



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MATHEUS HENRIQUE MARQUES SUSSAI

**OS USOS DA IDEIA DE “NAZISMO” DIFUNDIDA PELO MBL
– MOVIMENTO BRASIL LIVRE NO *FACEBOOK* (2017)**

Londrina
2019

MATHEUS HENRIQUE MARQUES SUSSAI

**OS USOS DA IDEIA DE “NAZISMO” DIFUNDIDA PELO MBL
– MOVIMENTO BRASIL LIVRE NO *FACEBOOK* (2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, linha de pesquisa História e Ensino, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Elisa Teté Ramos

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Sussai, Matheus Henrique Marques.

Os usos da ideia de "Nazismo" difundida pelo MBL - Movimento Brasil Livre no Facebook (2017) / Matheus Henrique Marques Sussai. - Londrina, 2019.
192 f. : il.

Orientador: Márcia Elisa Teté Ramos.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Didática da História - Tese. 2. História Pública - Tese. 3. Nazismo - Tese. 4. Ciberespaço - Tese. I. Ramos, Márcia Elisa Teté. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

MATHEUS HENRIQUE MARQUES SUSSAI

**OS USOS DA IDEIA DE “NAZISMO” DIFUNDIDA PELO MBL –
MOVIMENTO BRASIL LIVRE NO *FACEBOOK* (2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, linha de pesquisa História e Ensino, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Márcia Elisa Teté
Ramos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Luis Fernando Cerri
Universidade Estadual de Ponta Grossa –
UEPG

Londrina, 29 de abril de 2019.

*Dedico este trabalho à Rebeca, que
partilhou estes dois anos ao meu lado,
com muito amor e da forma mais
sincera e intensa possível.*

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, lembrar aqueles que estiveram comigo neste período foi algo muito agradável e que me trouxe muita paz. Diversas pessoas passam pela nossa vida e todas nos marcam de uma forma diferente. Não citarei todos aqueles que caminharam comigo esta jornada até aqui, mas os que estiveram mais presentes nesses dois anos de mestrado.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, a Cidinha “do Hospital” e o Sussai, o melhor pedreiro de Bela Vista do Paraíso; e ao meu irmão, Lucas, por dividirem a vida comigo, partilhando de muito amor, carinho e companheirismo. Mãe e pai, obrigado por todo o apoio que tive nas minhas escolhas e por tudo o que já fizeram por mim e pelo meu irmão nessa vida. Sei que a vida de vocês nunca foi fácil, e que fizeram e ainda fazem de tudo para que eu e o Lucas consigamos estudar. Lucas, muito obrigado por ser o irmão que você é, ocupando o posto de melhor companheiro para as maratonas de séries e um dos melhores amigos que eu poderia ter. Obrigado por tudo o que vocês são. Eu amo vocês.

À Rebeca Moreno Cianca, minha melhor amiga e namorada, a quem eu dediquei este trabalho, pois foi a pessoa que viveu comigo ao longo desses dois anos, desde os momentos mais difíceis até os mais prazerosos. O que preciso lhe agradecer não cabe nesta página, e fica aqui este pequeno escrito no qual quero deixar claro que sou muito grato por ter te conhecido e por ter tido a honra de viver ao seu lado esses últimos anos. Obrigado por aquilo que você é, pelas coisas lindas que você faz, por todo o amor, carinho, amizade, pelas aventuras, por todas as conversas e chocolates compartilhados. Você foi a força que me motivou a finalizar este trabalho, foi o suporte do qual tive e tenho a base para seguir em frente. Muito obrigado, eu te amo.

À professora Dra. Márcia Elisa Teté Ramos, que foi minha orientadora no Trabalho de Conclusão de Curso na graduação em História pela UEL, e também neste Mestrado em História. Obrigado por me aceitar como orientando em 2015, e por me ajudar desde lá nessa caminhada que trilhei até o momento. Obrigado por todas as correções, pela paciência, pelas dicas e conversas. Sou muito grato a você por conseguir chegar até aqui, não só pelas suas qualificações como pesquisadora, professora e orientadora, mas pela forma amiga e sincera que sempre me tratou, o que facilitou muito a passagem pelos momentos difíceis dessa jornada. Sou muito

grato a você e levarei toda a experiência que tive ao seu lado para toda a minha vida. Obrigado, Márcia, muito obrigado.

Aos professores doutores Rivail Carvalho Rolim e Luis Fernando Cerri, por aceitarem fazer parte da banca examinadora desta pesquisa, pelo tempo e atenção dedicados ao meu trabalho e pelas contribuições dadas na banca de qualificação. Além disso, agradeço ao professor Rivail pelos ensinamentos desde a graduação, na qual tive o prazer de ter sido seu aluno, e por sempre conversar comigo, mesmo que nos corredores, sobre como eu poderia melhorar minha pesquisa (desde o TCC até o Mestrado). Agradeço ao professor Cerri pelos seus vídeos no *YouTube*, pois mesmo não sendo pessoalmente, já aprendia muito com seus ensinamentos pelas vias da História Pública (além dos excelentes textos sobre Didática da História que li na graduação). Os dois já faziam parte da minha formação antes deste trabalho ter sido iniciado, e só tenho de agradecer por tudo.

Agradeço também ao meu cachorro, Barney, pois adotá-lo foi um dos feitos mais extraordinários para mim no ano de 2018. Graças a ele tenho um companheiro fiel ao meu lado o dia todo, que me faz feliz de uma forma muito pura e diferente. Muito obrigado, Barney.

Aos amigos, agradeço especialmente ao Marco Germano Palú Rodrigues, pelos 19 anos de amizade. Foi uma longa jornada até aqui, e você não deixou de fazer parte da minha vida em nenhum instante. Muitos dos meus melhores amigos apareceram nos últimos anos, já você, esteve comigo a vida toda. Eu te considero como um irmão e sou muito grato por viver ao seu lado. Eu te amo. Obs: foi ele que me ajudou com a parte matemática deste trabalho, as porcentagens e o restante dos números. Ger, muito obrigado.

Ao Lucas Bagio Furtoso, uma amizade que cultivo desde a graduação e sou muito grato por poder compartilhar esses últimos anos ao seu lado. Obrigado por assistir os jogos da Liga dos Campeões da UEFA no Bar Brasil comigo, torcendo sempre contra o Real Madrid. De coração, um abraço.

Ao João Miguel, Felipe Viotto e Lucas Rizardi, muito obrigado por me apresentarem o Choque de Cultura, por todas as discussões sobre *fake news*, Lei Rouanet, entre outras coisas que assombram nosso mundo. Fora as brincadeiras, obrigado pela amizade sincera dos últimos anos, pelas noites boêmias e as melhores conversas e discussões (sobre qualquer tema) que eu poderia ter. Também agradeço à Heloizy Viotto, Gabriel Faria, José Marcos, Aline Pallermo e

Thayse Guimarães pela amizade cultivada nos últimos anos. Todos vocês possuem um lugar especial no meu coração, muito obrigado.

Agradeço ao Nathan, por sofrer ao meu lado assistindo alguns jogos do São Paulo Futebol Clube durante os anos de 2017 e 2018.

Também agradeço ao golaço que o Mineiro fez pelo São Paulo Futebol Clube em cima do Liverpool, na final do mundial de clubes de 2005, após receber um lindo passe de “três dedos” de Aloísio Chulapa, dando o título de campeão do mundo ao São Paulo e fazendo muito feliz o autor deste trabalho.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por financiar minha pesquisa durante os dois anos de Mestrado. E também à Universidade Estadual de Londrina, da qual sou estudante desde 2013, quando entrei para o curso de licenciatura em História, e a partir dali minha vida seguiu um caminho que eu jamais poderia imaginar. A UEL faz parte de mim, sou muito grato por tudo que vivi nesta instituição e lutarei para que ela continue sendo de todos.

Fevereiro de 2019, Bela Vista do Paraíso (PR).

“Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia. A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão.

[...] A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto se acostumar, se perde de si mesma.”

(Marina Colasanti)

SUSSAI, Matheus Henrique Marques. **Os usos da ideia de “Nazismo” difundida pelo MBL – Movimento Brasil Livre no Facebook (2017)**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

O presente estudo visa apresentar os resultados de uma pesquisa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que investigou os usos e a ideia de “Nazismo” veiculada por uma página da rede social *online Facebook*, chamada *MBL – Movimento Brasil Livre*, no ano de 2017. Tal página representa um coletivo formado, em grande parte, por jovens que buscam se manifestar contra qualquer ideia que eles considerem parte da esquerda política. O MBL (sigla) possui 3.256.699 curtidas e 3.413.935 seguidores, números que continuam crescendo com o tempo. Ao manifestarem suas opiniões políticas, acabam por usar de ideias não especializadas com temas históricos que não são corroboradas pela historiografia, mas ainda assim são compartilhadas pela maioria dos seus seguidores. Assim, difundem diversas narrativas que usam de ideias históricas extraescolares e não acadêmicas, que possibilitam formar política e historicamente muitas pessoas que concordam com o MBL. Busca-se assim, a partir de autores que discutem a disciplina da Didática da História, sendo alguns deles Klaus Bergmann (1989/1990), Jörn Rüsen (2010a; 2010b; 2011a; 2011b), Rafael Saddi (2010), Luis Fernando Cerri (2003; 2010; 2011), entre outros; e autores que discutem a História Pública, como Sonia Wanderley (2016), Sara Albieri (2011), Ricardo Santhiago (2016), Gerald Zahavi (2011), Jill Liddington (2011), entre outros, levantar a concepção de “Nazismo” do MBL e de seus seguidores a partir de nove publicações filtradas pelo tema, levando em conta também os comentários respectivos de cada publicação. A metodologia utilizada foi a netnografia, uma técnica próxima à etnografia, mas realizada tendo como “campo” a internet, e que embasa o levantamento das ideias, noções, representações e práticas dos sujeitos na internet (KOZINETS, 2014). Podemos considerar que a ideia de “Nazismo” do MBL é que o regime se caracteriza como pertencente à esquerda política, ou pelo menos é isso o que o MBL tenta passar para os seus seguidores, justificando que o Nazismo possui a palavra “socialismo” no nome, que foi um regime com o Estado forte, doutrinação nas escolas, entre outros, que para o MBL caracterizariam um regime de esquerda.

Palavras-chave: Didática da História. História Pública. Usos do passado. Ciberespaço. Nazismo.

SUSSAI, Matheus Henrique Marques. **The uses of the idea of "Nazism" spread by MBL – Movimento Brasil Livre on Facebook (2017)**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

The present study, aims to show the results of a research from a master's degree in Social History, of the State University of Londrina (UEL), which investigated the uses and the idea of "Nazism" that were disseminated by a page of the social network Facebook, called *MBL – Movimento Brasil Livre*, in the year of 2017. This web page represents a mass mostly formed by young people, who seek to express themselves against any idea that they understand as part of the political left. The MBL (abbreviation) has 3.256.699 likes and 3.413.935 followers, numbers that continue to grow as time goes by. When expressing their political opinions, they end up using unspecialized ideas with historical themes that are not corroborated by historiography, but are still shared by most of their followers. Therefore, they disseminate several narratives that make use of the extra-curricular and non-academic historical concepts, making it possible to form political and historically many people who agree with the MBL. This way, it is sought, based on authors that discuss the Didactics of History discipline, some of them being Klaus Bergmann (1989/1990), Jörn Rüsen (2010a; 2010b; 2011a; 2011b), Rafael Saddi (2010), Luis Fernando Cerri (2003; 2010; 2011), among others; and authors who discuss the Public History, such as Sonia Wanderley (2016), Sara Albieri (2011), Ricardo Santhiago (2016), Gerald Zahavi (2011), Jill Liddington (2011), among others, to bring up the conception of "Nazism" of MBL and its followers, based on nine publications selected by the theme, also taking into account the respective comments from each post. The methodology used was the Netnography, a technique that is close to Ethnography, but that is accomplished by having the internet as a "field", and that supports the survey of ideas, notions, representations and practices of the individuals on the Internet (KOZINETS, 2014). We can consider that the thought of "Nazism" of MBL is that the regime is characterized as belonging to the political left, or at least that is what the MBL tries to pass to its followers, justifying that the Nazism has the word "socialism" in its name, which was a regime with strong State, indoctrination in schools, among others, which for the MBL, would characterize a left-wing regime.

Keywords: Didactics of History. Public History. Uses of the past. Cyberspace. Nazism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Políticos eleitos associados ao MBL em 2018. Fonte: Facebook do MBL - Movimento Brasil Livre, 10 de outubro de 2018.....	88
Figura 2: Categorias de doações ao mês para o MBL - Movimento Brasil Livre. Fonte: <i>website</i> do MBL - Movimento Brasil Livre, 31 de janeiro de 2019.....	96
Figura 3: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 13 de janeiro de 2017.....	106
Figura 4: Capa da Revista ISTOÉ do dia 13 de janeiro de 2017.....	107
Figura 5: Comentário masculino, 2017.....	109
Figura 6: Comentário masculino, 2017.....	110
Figura 7: Comentário masculino, 2017.....	110
Figura 8: Comentário feminino, 2017.	111
Figura 9: Comentário masculino, 2017.....	112
Figura 10: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 23 de fevereiro de 2017.....	113
Figura 11: Comentário masculino, 2017.....	117
Figura 12: Comentário feminino, 2017.	117
Figura 13: Comentário masculino, 2017.....	118
Figura 14: Comentário masculino, 2017.....	119
Figura 15: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 23 de março de 2017.....	121
Figura 16: Comentário masculino, 2017.....	125
Figura 17: Comentário feminino, 2017.	125
Figura 18: Comentário feminino, 2017.	125
Figura 19: Comentário masculino, 2017.....	126
Figura 20: Comentário masculino, 2017.....	126
Figura 21: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 25 de abril de 2017.....	128
Figura 22: Comentário masculino, 2017.....	131
Figura 23: Comentário masculino, 2017.....	132
Figura 24: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 02 de maio de 2017.....	133

Figura 25: Comentário masculino, 2017.....	137
Figura 26: Comentário masculino, 2017.....	137
Figura 27: Comentário masculino, 2017.....	137
Figura 28: Comentário masculino, 2017.....	138
Figura 29: Comentário masculino, 2017.....	138
Figura 30: Comentário masculino seguido de comentário feminino, 2017.	139
Figura 31: Comentário masculino, 2017.....	139
Figura 32: Comentário masculino, 2017.....	140
Figura 33: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 13 de junho de 2017.....	142
Figura 34: Comentário masculino, 2017.....	144
Figura 35: Comentário masculino, 2017.....	145
Figura 36: Comentário feminino, 2017.	145
Figura 37: Comentário masculino, 2017.....	146
Figura 38: Comentário masculino, 2017.....	146
Figura 39: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 10 de julho de 2017.....	147
Figura 40: Comentário masculino, 2017.....	150
Figura 41: Comentário masculino, 2017.....	150
Figura 42: Conversa entre alunos e professor, 2017.....	150
Figura 43: Comentário masculino, 2017.....	151
Figura 44: Comentário masculino, 2017.....	151
Figura 45: Comentário masculino, 2017.....	152
Figura 46: Comentário masculino, 2017.....	153
Figura 47: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 14 de agosto de 2017.....	154
Figura 48: Comentário masculino, 2017.....	159
Figura 49: Comentário masculino, 2017.....	160
Figura 50: Comentário masculino, 2017.....	160
Figura 51: Comentário feminino, 2017.	161
Figura 52: Comentário masculino, 2017.....	162
Figura 53: Comentário masculino, 2017.....	162
Figura 54: Comentário masculino, 2017.....	163
Figura 55: Comentário masculino, 2017.....	164

Figura 56: Comentário masculino, 2017.....	164
Figura 57: Comentários masculinos, 2017.	165
Figura 58: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 20 de agosto de 2017.....	167
Figura 59: Comentário masculino, 2017.....	169
Figura 60: Comentário feminino, 2017.	169
Figura 61: Comentário masculino, 2017.....	169
Figura 62: Comentário masculino, 2017.....	170
Figura 63: Comentário masculino, 2017.....	170
Figura 64: Comentário masculino e comentário feminino, 2017.....	171
Figura 65: Comentário masculino, 2017.....	171
Figura 66: Comentário masculino, 2017.....	171
Figura 67: Comentário masculino, 2017.....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Progressão de curtidas do MBL entre 2016 e 2019.	79
Tabela 2:	Políticos eleitos associados ao MBL em 2016. Fonte: Revista VEJA, 03 de outubro de 2016.	87
Tabela 3:	Reações da publicação 01.	108
Tabela 4:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 13 de janeiro de 2017.	109
Tabela 5:	Reações da publicação 02.	116
Tabela 6:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 23 de fevereiro de 2017.	116
Tabela 7:	Reações da publicação 03.	123
Tabela 8:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 23 de março de 2017.	124
Tabela 9:	Reações da publicação 04.	130
Tabela 10:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 25 de abril de 2017.	130
Tabela 11:	Reações da publicação 05.	136
Tabela 12:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 02 de maio de 2017.	137
Tabela 13:	Reações da publicação 06.	143
Tabela 14:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 13 de junho de 2017.	144
Tabela 15:	Reações da publicação 07.	149
Tabela 16:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 10 de julho de 2017.	149
Tabela 17:	Reações da publicação 08.	158
Tabela 18:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 14 de agosto de 2017.	159
Tabela 19:	Reações da publicação 09.	168
Tabela 20:	Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 20 de agosto de 2017.	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 01 - UM DIÁLOGO ENTRE A DIDÁTICA DA HISTÓRIA E A HISTÓRIA PÚBLICA	27
1.1 A separação da Didática da História da Ciência Histórica	27
1.2 Mudança de Paradigma: a Didática da História e os seus objetivos	31
1.3 História Pública: o interesse pelos usos do passado	37
1.4 Didática da História e História Pública: convergências	46
CAPÍTULO 02 - PESQUISANDO NO CIBERESPAÇO: DISCUSSÃO E METODOLOGIA DE CAPTURA E ANÁLISE DAS FONTES NA WEB	51
2.1 Discussões sobre a <i>Web</i> , o Ciberespaço e a Cibercultura.....	51
2.2 Metodologia de captura e análise das fontes	63
2.2.1 A Netnografia em um estudo de História.....	66
2.2.2 O Discurso do Sujeito Coletivo e a produção do discurso-síntese	70
CAPÍTULO 03 - A REDE SOCIAL FACEBOOK E AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E AÇÕES DO MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE	73
3.1 O <i>Facebook</i> e as suas possibilidades	73
3.2 O MBL – <i>Movimento Brasil Livre</i>	78
3.2.1 O MBL entrando no Estado e atuando na política brasileira	86
3.2.2 Estudantes Pela Liberdade (EPL) e <i>Atlas Network</i> , os “patrões” do MBL	90
CAPÍTULO 04 - OS USOS DA IDEIA DE “NAZISMO” DIFUNDIDA PELO MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE	98
4.1 Os “lados” da política no <i>Facebook</i>	98
4.2 O Nazismo e o seu uso como ofensa.....	100
4.3 Os usos da ideia de “Nazismo” pelo MBL – <i>Movimento Brasil Livre</i>	103
4.3.1 Publicação 01	105
4.3.2 Publicação 02.....	112
4.3.3 Publicação 03.....	120
4.3.4 Publicação 04.....	127

4.3.5 Publicação 05.....	133
4.3.6 Publicação 06.....	141
4.3.7 Publicação 07.....	147
4.3.8 Publicação 08.....	153
4.3.9 Publicação 09.....	166
4.4 O discurso-síntese da ideia de Nazismo veiculada pelo MBL.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
FONTE	190
REFERÊNCIAS.....	183
WEBSITES.....	191

INTRODUÇÃO

A Embaixada da Alemanha no Brasil, através de sua página¹ na rede social *online Facebook*, tornou público um vídeo sobre como se ensina a História na Alemanha, enfocando o tema do Nazismo para os próprios alemães e defendendo que estes não silenciam o seu passado, mas que desde cedo é importante conhecer os horrores do passado e aprender com a História, para que esta não se repita. O vídeo mostra que em muitas cidades na Alemanha é possível encontrar placas douradas no chão, em memória aos mortos no holocausto judeu, em frente das casas em que viviam os judeus assassinados. As cidades, por todos os lados, são repletas de monumentos, memoriais e museus que abordam o assunto do Nazismo para a conscientização da população (principalmente a mais jovem, que não presenciou o ocorrido).

O vídeo ainda explica que na Alemanha é crime negar o holocausto, exibir símbolos nazistas, fazer a saudação para Adolf Hitler, e que quando uma dessas coisas volta a aparecer em algum grupo da população alemã, isso se mostra uma vergonha para o país. Além de tais informações, o vídeo apresenta um trecho de uma fala do Ministro de Relações Externas, Heiko Maas, na qual este argumenta que os alemães devem fazer oposição aos extremistas de direita, e não ignorar tais ascensões, lutando contra grupos neonazistas e antisemitas.

Tal vídeo, publicado no *Facebook* no dia 05 de setembro de 2018, foi produzido em português e destinado ao público brasileiro, que reagiu de forma exacerbada em relação ao conteúdo do vídeo. As informações fornecidas pela Embaixada da Alemanha no Brasil evidenciaram a sua posição de que o Nazismo foi um regime político de extrema-direita, e isso irritou boa parte dos internautas brasileiros que ali disseminaram suas duras respostas negatizando as noções veiculadas pelo vídeo. Um comentário postado em resposta ao vídeo e que não agrediu verbalmente à Embaixada Alemã, foi: “Extremistas de direita? O partido de Hitler não se chamava Partido dos Trabalhadores Socialistas? Onde tem extrema direita?” (Masculino, 2018). Claramente uma crítica ao conteúdo do vídeo, buscando justificar que o Nazismo seria um movimento político de esquerda devido ao nome (Nacional-socialismo). Também surgiram comentários em defesa do vídeo da

¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/EmbaixadaAlemanha/>>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

Embaixada, por exemplo: “Brasileiros ensinando os alemães sobre a história da Alemanha. Realmente nosso povo está num nível acima do bem e do mal, oh glória” (Masculino, 2018). Este último, zombando daqueles comentaristas que quiseram ensinar a História do Nazismo para a Embaixada da Alemanha.

A embaixada declarou que não irá retirar o vídeo do ar, e que tais polêmicas, não esperadas, apareceram nos comentários devido à situação política do Brasil², que desde 2013 vive um clima radical de polarização política entre esquerda e direita; entre liberais, fascistas, “esquerdopatas” e comunistas (como são denominados pelos seus opostos). Tal polarização ocorreu principalmente após as Jornadas de Junho³ de 2013, quando os grupos de direita se uniram na defesa do *impeachment*⁴ da ex-presidente Dilma Rousseff (ocorrido em 2016), e os grupos de esquerda denominavam tais ações como parte de um golpe. Foi neste cenário, em nossa História do Tempo Presente, que o discurso de o Nazismo ser um movimento de esquerda apareceu e se fortaleceu nos grupos de direita do Brasil. O vídeo postado pela Embaixada da Alemanha talvez até fosse uma resposta ao surgimento dessa ideia que se difunde nas redes sociais, mas com as respostas a partir dos comentários, vimos que tal hipótese se mostra concreta: para muitos brasileiros, o Nazismo é considerado um movimento de esquerda.

No meio dessa polarização política na nossa História atual, noções e ideias de História apareceram em número significativo e sobre diversos temas. Podemos conjecturar que o Nazismo foi um dos temas que mais “ressurgiu” nos debates contemporâneos nas redes sociais brasileiras. Nossa pesquisa partiu da Didática da História como área de pesquisa, cuja investigação engloba as narrativas com temas históricos, presentes para além do mundo da academia e, provavelmente, da escola.

² ROSSI, Marina; OLIVEIRA, Regiane. Fremdschämen, a constrangedora ‘aula’ sobre Nazismo dos brasileiros aos alemães. **EL PAÍS**, 17/09/2018. <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605_958656.html>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

³ As “Jornadas de Junho” foram várias manifestações que inicialmente surgiram para protestar contra o aumento das tarifas do transporte público em todo o país. Diversas cidades tiveram suas localizadas manifestações de rua, que com o tempo ganharam a simpatia da população e tornaram-se manifestações com pautas maiores: má qualidade dos serviços públicos, gastos públicos com grandes eventos esportivos (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016) e indignação com a corrupção geral na política brasileira. Tais eventos tiveram repercussão nacional e internacional, e abriram o campo para o que seriam as manifestações que pediram o *impeachment* de Dilma Rousseff a partir de 2014.

⁴ O processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff iniciou-se com sua aceitação pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no dia 02 de dezembro de 2015, e foi efetivado no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma. A denúncia de “crime de responsabilidade” foi feita pelos advogados Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo.

O campo da Didática da História compreende que o sujeito aprende História em qualquer momento da sua vida, e não só na escola/universidade, e por isso mesmo, o estudo das narrativas históricas que circulam nas redes sociais *online* se faz necessário.

O atual trabalho buscou investigar as narrativas com ideias históricas sobre o Nazismo que circularam em uma página do *Facebook* denominada: *MBL – Movimento Brasil Livre*. O MBL (sigla), que trataremos mais especificamente neste trabalho, foi uma página influente nos últimos anos no cenário político brasileiro. Um grupo (que podemos considerar de maioria jovem) de pressão política que conseguiu um apoio da população, e difundiu ideias liberais, às vezes conservadoras e radicais desde a sua criação, em novembro de 2014. Ao opinar sobre os acontecimentos políticos do Brasil e do mundo, o MBL utilizou de ideias com conteúdos históricos em suas postagens. Ao fazer isso, quase sempre as narrativas difundidas na página não correspondiam à História especializada sobre os temas publicados. Por isso, a nossa pesquisa visou investigar as publicações do MBL que utilizaram de uma ideia de “Nazismo”. Não ignoramos o respaldo da população sobre as opiniões do MBL, e por isso também levamos em conta na nossa pesquisa os comentários que surgiram em tais publicações. Como veremos no trabalho, todos os comentários foram analisados e catalogados/categorizados juntamente com as respectivas publicações selecionadas na página do MBL.

O nosso objetivo central foi investigar a ideia de Nazismo difundida pelo MBL e pelos seus fieis seguidores a partir das publicações e dos comentários na página do *Facebook* do próprio MBL. Já como objetivos específicos: em primeiro lugar, a discussão da Didática da História e da História Pública como disciplinas que investigam a elaboração do conhecimento histórico em ambientes extraescolares; perceber o ciberespaço como lugar de pesquisa do historiador e da ciência de modo geral; apresentar as principais características e ações do MBL, desde sua criação dita “antipartidária” até as suas ações políticas totalmente partidárias (seus financiadores, sócios, etc.); e a produção de um discurso-síntese que condense os resultados da nossa análise sobre as ideias de Nazismo que circulam na página do *Facebook* do MBL.

Trabalhar com fontes virtuais ainda é um ofício recente para o historiador. A História ainda caminha devagar na aceitação desses novos instrumentos como documentos/fontes para o historiador. Ainda assim, é uma área que vem mostrando

a sua importância atualmente, pois a maioria das fontes disponíveis para estudar o nosso tempo presente, está na internet. É no ambiente virtual que várias pessoas expressam suas opiniões sobre o mundo em geral, difundem informações sobre suas vidas pessoais, informam-se e se relacionam com as pessoas. No século XXI o ciberespaço passou a ser parte importante da nossa vida, pois até aqueles que tentaram se relacionar virtualmente o menos possível, em algum momento precisaram frequentar o mundo virtual devido ao trabalho, aos estudos, ou outro fator essencial de suas vidas. Revistas, jornais, mercado, publicidade, todos migraram e se adaptaram aos seus modos no ambiente virtual.

Muitas áreas do conhecimento atualmente já viram a importância que o ciberespaço, e em especial, as redes sociais, tem na vida das pessoas, na compreensão do mundo. Alguns setores de pesquisa da História também trabalham neste sentido, buscando a ampliação das fontes para a História, e por isso, também olham o ciberespaço como seu local de trabalho e de pesquisa. Por ser algo recente, enquanto escrevemos nosso trabalho pode ser que alguma publicação relevante sobre o tema dentro do campo da História apareça e fique de fora de nossas discussões principais, mas esse é um dos desafios de se pesquisar a História do Tempo Presente. E também não pretendemos dar conta da totalidade de pesquisadores que trabalham com História no ciberespaço, mas apresentar algumas abordagens diferentes dos mesmos (levando em conta outros pesquisadores que não sejam historiadores, pois como dissemos, os trabalhos da História sobre o tema ainda são poucos e estão surgindo com o tempo).

Dito isso, veremos alguns pesquisadores que já se arriscaram em investigar as redes sociais, os grupos *online*, no campo da História e também aqueles que sendo de outras áreas científicas, acabaram colaborando para pensarmos nosso trabalho. Afinal, dialogar com outros campos pode ser uma forma de enriquecer o trabalho tanto metodologicamente, como também no aspecto teórico. São métodos novos que devem levar em conta a Teoria da História, o rigor científico da área, mas é importante lembrar que são metodologias adaptativas, e que precisam ser usadas de acordo com a forma que o pesquisador vai tratar o objeto. Não pretendemos mostrar aqui qual delas é a mais correta, pois se tratando de metodologias científicas, é preciso ver qual está mais de acordo com o seu trabalho.

Pierre Lévy, com suas obras *As Tecnologias da Inteligência* (1993) e *Cibercultura* (1999), é um autor que não pode faltar na hora de se falar em

ciberespaço. Lévy é um dos nomes da cibercultura, do estudo da cultura inserida na internet, na *web 2.0*, como também veremos no nosso trabalho. O autor é responsável por apontar as principais características do ambiente virtual, das comunidades virtuais, além de realizar uma genealogia do termo “ciberespaço”.

Manuel Castells é outro autor que também trabalha de forma mais abrangente as características da *web*, e suas discussões são utilizadas em diversas pesquisas de diferentes campos quando o assunto é a internet. Em seus livros *A sociedade em rede* (1999) e *A Galáxia da Internet* (2003), Castells oferece uma análise do desenvolvimento da nossa sociedade, mostrando as relações humanas com a tecnologia ao longo do tempo. Na última obra citada, Castells também traz um breve histórico da Internet, apresentando os diversos fatores de sua criação e desenvolvimento, que culminou na difusão dos computadores pessoais em meados da década de 1990 e colaborou para a expansão da internet como uso do indivíduo comum. Por esses e outros fatores, Manuel Castells é citado em trabalhos com o respectivo tema, como também é o caso do nosso.

Partindo dos dois autores citados acima, temos Francis Pisani e Dominique Piotet (2010), que seguindo tal linha de raciocínio sobre a *web*, também fazem uma leitura de como a *web* transformou o mundo contemporâneo, utilizando de Castells e Lévy. Pisani e Piotet, em seu livro *Como a web transforma o mundo* (2010), dissertam sobre as mudanças da *web 1.0* para a *web 2.0*; sobre as definições “internauta” e “*web* ator” para os usuários da *web*; pensando também nas mudanças que a *web* acarretou no funcionamento das mídias, no sistema de informação, nas propagandas, na economia, entre outros. Os autores merecem destaque aqui também por fazerem uma análise dos *websites*: *Wikipedia*, *Facebook*, *Twitter*, o conjunto de serviços da *Netflix*, e mais alguns, apresentando suas principais características e as transformações das quais estes passaram ao longo de suas histórias.

Outro modelo de textos que surgiu das pesquisas em História nos últimos anos, e que também nos auxiliou a pensar o trabalho, foram aqueles que se dispuseram a analisar os empecilhos e as novas possibilidades no que tange o trabalho do historiador com o advento da *web*. No livro *Desafios e caminhos da teoria da história e da historiografia*, de Estevão C. de Rezende Martins e Helena Mollo, a historiadora Anita Lucchesi apresenta um capítulo intitulado: *Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – Preocupações e questionamentos para*

historiadores do século XXI (2015). Como o título denuncia, Lucchesi busca as relações entre os historiadores e a internet desde a sua criação, e como isso modifica a forma de pensar também a historiografia, a produção do historiador. A historiadora também realiza a discussão sobre o ciberespaço, o que também buscamos fazer neste trabalho, e ainda defende uma historiografia própria para a cultura digital. Lucchesi alerta para as possíveis pesquisas em História na internet, e uma dessas opções seria investigar a “frequente publicação de notícias que se revestem de uma questionável carga histórica para falar de passado sem que sequer seja produzido um sentido estritamente histórico para os acontecimentos” (LUCCHESI, 2015, p. 31). Como veremos posteriormente, discutiremos tal perspectiva quando formos falar de História Pública.

Outros trabalhos surgiram de historiadores que se embasaram principalmente em Castells e Lévy para falar de internet e História. Não pretendemos fazer um levantamento completo aqui, mas cabe ainda citar os artigos de George Zeidan Araújo e de Fábio Chang de Almeida, respectivamente: *Ler, pesquisar e escrever história em tempos de internet: desafios e possibilidades* (2014); *O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas* (2011). Os dois textos também trabalham com as possibilidades e os empecilhos da relação História e Internet, realizando discussões a respeito da fonte histórica, do documento digital, e das transformações da forma de leitura no mundo virtual.

O Ensino de História não se distanciou dessas questões entre História e Internet, havendo diversos trabalhos sobre jogos eletrônicos e o ensino de História, estudos sobre o *Facebook* como um museu de documentos históricos para o ensino, entre outros. No trabalho *Ensino de História e Novas Tecnologias* (2012), o historiador Marcos Silva, além de discutir a inclusão digital de diversas classes sociais brasileiras na internet, também mostra que esse novo mundo do ensino necessita de uma nova postura pedagógica por parte dos professores, apresentando ao final de seu trabalho, algumas possibilidades de utilização didática fornecidas na *web* para o Ensino de História.

Os cientistas da computação João Ricardo Bittencourt e Lucia Maria Giraffa, no artigo *Role-Playing Games, Educação e Jogos Computadorizados na Cibercultura* (2003), trabalharam as relações entre os jogos de RPG computadorizados e as possibilidades para a Educação. É um texto mais

abrangente, propositivo, não voltado especificamente para a área de História, mas que pode auxiliar os professores de História a trabalharem com jogos de RPG. O texto também apresenta como alguns desses jogos estão sendo utilizados por professores para diversas áreas de ensino-aprendizagem.

Entrando para um grupo de estudos mais semelhantes com a nossa proposta, podemos citar o trabalho de Maria da Glória Gohn (2017), *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*, no qual a socióloga realiza um estudo sobre os novos movimentos políticos que surgiram durante e após as Jornadas de Junho de 2013. Este estudo nos auxiliou na análise do *MBL – Movimento Brasil Livre*, pois a autora também disserta sobre tal movimento. Além de apontar as principais características de diversos grupos que emergiram nos últimos anos da nossa História Política, a autora teoriza estes movimentos denominando-os de “novíssimos”, e mostrando suas recentes relações e possibilidades devido à utilização da *web* como forma de manifestação e difusão de informações.

Aléxia Pádua Franco, em um capítulo que utilizamos em nossas discussões sobre a Didática da História, discute a consciência histórica e as redes sociais. Ao trabalhar com a teoria do “presenteísmo”, a historiadora mostra a necessidade de “aprofundar as investigações sobre como o conhecimento histórico é acessado” (FRANCO, 2014, p. 102), pois a escola não possui o monopólio da difusão do conhecimento e da cultura. A autora também partilha da perspectiva de que comunidades das redes sociais *online* passaram a ter esse papel de forma influente nos jovens brasileiros. A autora faz pesquisas principalmente com o *YouTube*, e busca mostrar a necessidade do diálogo com as ideias de História que os alunos extraem das redes sociais *online* e levam para as salas de aula. Seu trabalho intitula-se: *Formação da consciência histórica e redes sociais: autorias discentes, saberes e práticas docentes* (2014).

A historiadora Márcia Elisa Teté Ramos também possui estudos que investigaram as ideias de História extraescolares e em ambientes virtuais. No trabalho *O estudante de Ensino Médio nas comunidades virtuais “eu amo história” e “eu odeio história” e uma questão antiga: para quê serve a história?* (2012), Ramos problematizou o que alunos do Ensino Médio (14 a 19 anos) pensavam a respeito da História e do ensino de História na escola através de um espaço virtual, a rede social *Orkut*, que não se encontra mais ativa. Contudo, a análise da autora ainda é pertinente quando diz respeito à natureza da fonte virtual. A autora investigou

especificamente dois grupos de comunidades inseridas nessa rede social: uma chamada “eu amo história”, e a outra “eu odeio história”, concluindo que, em geral, quem “odiava” história referia-se à História ensinada na escola, e quem “amava”, falava da História presente nos jogos eletrônicos, revistas de consumo, e principalmente em filmes.

Partimos desses estudos para investigar a nossa fonte, estudos que de alguma maneira nos auxiliaram investigar as comunidades dentro das redes sociais *online*. Dilton Cândido Santos Maynard é outro historiador que dedica estudos sobre História e cibercultura através de pesquisas sobre grupos políticos *online*. Em seu artigo *Ciberespaço e extremismos políticos no século XXI* (2013), o historiador analisa os usos do ciberespaço por grupos de extrema-direita especificamente na América do Sul. Maynard defende que os grupos de extrema-direita fizeram uso pioneiro da *web* como forma de manifestação e difusão de ideias, e esse é um dos motivos desses grupos serem tão fortes atualmente em vários países do mundo, incluindo o Brasil. Ao analisar grupos extremistas da América do Sul, o autor deu prioridade ao provedor argentino “*Ciudad Libertad de Opinión*”⁵, um dos maiores hospedeiros sul-americanos de páginas de extrema-direita. Este site abrigava grupos neonazistas, xenófobos e racistas, que utilizavam de uma ideia deturpada de liberdade de expressão para difundir preconceitos e intolerâncias. Dilton Cândido Santos Maynard é um historiador que se atenta para a ascensão desses grupos de extrema-direita na América do Sul e analisou alguns deles, como apresenta em seu trabalho.

Entrando mais especificamente nos estudos realizados sobre o nosso objeto, Kátia Gerab Baggio apresenta um trabalho chamado: *Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas* (2016). A historiadora investiga as relações do MBL – *Movimento Brasil Livre* com o grupo de formadores de líderes de direita política: *EPL – Estudantes Pela Liberdade*, que também possui relações de financiamento e treinamento com a *Atlas Network*. Inspeccionando mais a fundo os financiadores do MBL, Baggio conseguiu traçar uma linha de treinamento e embasamento (intelectual e financeiro) entre esses três grupos. Assim, a autora explica as ideias neoliberais do MBL, que tiveram o apoio e o treinamento do EPL e da Atlas.

⁵ Disponível em: <www.libreopinion.com>. Acesso em 25 de setembro de 2018. Atualmente o site tem o nome de “*Bandera Vecinal*”. Disponível no mesmo link.

Ainda especificamente sobre o MBL, vale comentar do trabalho de Thaiza de Carvalho dos Santos, que dentro da área de Linguística, realizou um estudo chamado: *Movimentos sociais em rede: uma aproximação das ações sociodiscursivas do “Movimento Brasil Livre”* (2016). Em seu trabalho, a autora investigou as práticas sociodiscursivas do MBL e como o grupo utilizou deste aparato, misturando imagens e textos, para criar representações do governo de Dilma Rousseff (PT). Ao fazê-lo, o MBL também criou representações da própria presidente, como a autora abordou em outros trabalhos, utilizando de ideias políticas para construir e difundir uma imagem negativa da ex-presidente, que naquele momento ainda não havia sofrido o *impeachment*, sendo essa uma das formas de ação do MBL: a construção e difusão de uma ideia negativa daquilo que eles fazem oposição.

Falemos então um pouco do nosso trabalho. No primeiro capítulo, chamado de *Um diálogo entre a Didática da História e a História Pública*, objetivamos dar atenção às discussões referentes às disciplinas da Didática da História e da História Pública, buscando relacionar as duas disciplinas no que tange a investigação dos usos das ideias sobre o passado. Com o embasamento de autores como Jörn Rüsen, Klaus Bergmann, Luis Fernando Cerri, Rafael Saddi, entre outros, buscamos apresentar a Didática da História, uma disciplina que emergiu com força na Alemanha, mas que vem influenciando as pesquisas do Ensino de História no Brasil, e que luta em mostrar que a História tem que estar conectada com a vida prática, com o cotidiano, com a orientação no tempo presente. Além disso, segundo os autores, como buscamos enfatizar, a Didática da História é a disciplina que investiga todas as formas de aprendizagem histórica, seja na escola, na academia, ou no mundo em geral, que não necessariamente prioriza o conhecimento científico.

Partindo desse objetivo de investigar também ambientes extraescolares, não especializados, procuramos dialogar a Didática da História com a História Pública, que traz discussões relevantes da História que circula nas mídias sociais, na televisão, rádio, filmes, internet, entre outros, e que geralmente não são produzidas por historiadores. A historiadora Jill Liddington é uma das autoras que nos auxiliaram a contextualizar a História Pública e o seu campo de trabalho, geralmente relacionado com o desemprego de profissionais formados em História em outros países. Ricardo Santhiago, Sara Albieri, Jurandir Malerba, Anita Lucchesi, Bruno Carvalho, entre outros, são historiadores que buscaram inserir as discussões da

História Pública na historiografia brasileira, com trabalhos recentes, dos quais discutimos no nosso primeiro capítulo. O Brasil vive um momento no qual existem diversas versões sobre o passado sendo difundidas na *web*, e as discussões da História Pública em diálogo com a Didática da História nos auxiliaram a compreender este feito, e a importância de darmos atenção a tais narrativas que se utilizam de ideias de História para justificar ações no presente.

No segundo capítulo, *Pesquisando no ciberespaço: discussão e metodologia de captura e análise das fontes na web*, o foco encontra-se em teorizar o ciberespaço e a cibercultura através de autores como Pierre Lévy, Robert Kozinets, Manuel Castells, Francis Pisani, Dominique Piotet, entre outros. Tais autores possuem trabalhos relevantes no estudo do ciberespaço e das relações desenvolvidas em tal ambiente. Neste capítulo, trabalharemos as transformações da *web* 1.0 para a *web* 2.0, as definições de “internauta” e “*web* ator”, entre outros detalhes sobre o ciberespaço e como ele se transformou neste espaço de criação e ativismo (não só leitura) de leigos em programação, de pessoas comuns. Também dedicamos um espaço para falar das novas possibilidades e dos empecilhos de se trabalhar com a pesquisa histórica na internet, com o documento digital.

Após trabalharmos com o funcionamento do ciberespaço, partiremos para a metodologia de captura e análise das fontes, explicando como selecionamos as publicações do MBL e como estas foram analisadas. Principalmente a partir de Robert Kozinets e os autores Fernando e Ana Maria Lefevre, falaremos de duas metodologias que utilizaremos em nossas análises de forma adaptativa a um trabalho de História: a Netnografia e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que forneceram instrumentos metodológicos dos quais adaptamos à nossa pesquisa.

Já no terceiro capítulo, intitulado *A rede social Facebook e as principais características e ações do MBL – Movimento Brasil Livre*, dissertamos brevemente sobre a História do *Facebook* e as suas principais características e possibilidades, que o caracterizaram como uma rede social abrangente e viciante. Neste capítulo, Manuel Castells, Francis Pisani, Dominique Piotet, Pedro Correia e Maria Moreira nos auxiliaram na História da rede social e das transformações pelas quais a plataforma passou até ser o que é hoje. Também apresentamos como os usuários atuam no *Facebook*, compartilhando, reagindo, comentando e produzindo informação.

Posteriormente, dedicamos páginas para uma descrição mais detalhada do *MBL – Movimento Brasil Livre*, mostrando a sua origem e as principais ideias, assim como os criadores, os embasamentos teóricos e os financiadores do movimento. Maria da Glória Gohn, Kátia Gerab Baggio, e algumas considerações dos próprios criadores e ativistas do movimento, nos auxiliaram neste capítulo para uma elucidação maior do grupo e de seus objetivos. Neste terceiro capítulo apresentaremos como o MBL atuou na política, conseguindo eleger vários membros/parceiros nas eleições de 2016 e 2018.

E por fim, no quarto e último capítulo, com o auxílio de Norberto Bobbio, discutiremos brevemente o termo “Nazismo”, objeto central de investigação nas publicações do MBL. Tal capítulo é destinado especificamente para apresentar os resultados obtidos com a nossa pesquisa, a partir da exposição das publicações selecionadas, a análise de tais publicações, juntamente com as análises dos comentários e a catalogação dos mesmos. Todas as reações e comentários respectivos a cada publicação foram analisados e categorizados em tabelas, que expuseram de maneira mais clara as ideias sobre o Nazismo que circulavam nas publicações do MBL durante o ano de 2017. O quarto capítulo chama-se *Os usos da ideia de “Nazismo” difundida pelo MBL – Movimento Brasil Livre*, e além de apresentar as nove publicações e os comentários analisados, traz também um discurso-síntese como resultado do nosso trabalho.

CAPÍTULO 01 - UM DIÁLOGO ENTRE A DIDÁTICA DA HISTÓRIA E A HISTÓRIA PÚBLICA

O capítulo inicial tem o objetivo de discutir dois campos da História pretendendo um possível diálogo entre eles. A Didática da História, disciplina oriunda da Alemanha; e a História Pública, perspectiva de estudo dos usos do passado que vem sendo desenvolvida em vários países, sendo que são considerados os primeiros estudos vindos de lugares diferenciados: Estados Unidos da América, Austrália e Grã-Bretanha (cada um à sua forma).

Tal discussão teórica tem o intuito de embasar a nossa análise de fontes, e por isso, pretendemos realizar essa conversa entre duas disciplinas que se interessam em investigar os usos do passado, as elaborações de narrativas com temáticas históricas que alcançam o público leigo. Narrativas essas geralmente não especializadas, mas que ganham respaldo de muitos leitores nas redes sociais *online*.

Começaremos com a Didática da História que se renova na Alemanha, e toda a sua relação com a Ciência Histórica. Posteriormente, falaremos da História Pública, quais países foram expoentes nas discussões pertinentes a essa disciplina, e quais as suas problemáticas e abordagens. Assim, teremos uma noção dos objetivos das duas disciplinas que se convergem em suas preocupações, mas que trazem autores e trajetórias diferentes para embasar as discussões.

1.1 A separação da Didática da História da Ciência Histórica

A Didática da História e a Teoria da História são campos que integram o arcabouço da Ciência Histórica. Muitas pessoas, quando se fala em “didática da história”, apresentam uma opinião padrão de que ela é uma “ferramenta que transporta conhecimento histórico dos recipientes cheios de pesquisa acadêmica para as cabeças vazias dos alunos.” (RÜSEN, 2011b, p. 23). A Didática da História é vista como uma estratégia que media o conhecimento científico e complexo para uma forma mais básica, e até mais “fácil” de conhecimento histórico destinado às escolas. Mas, para os autores que discutiremos aqui, esta não é a definição mais coerente sobre a Didática da História.

Jörn Rüsen (2011b) nos mostra que a História serviu durante muito tempo como orientação para a vida, seguia-se então, “a máxima ciceroniana da *Historia Magistra Vitae* [...]” (ALVES, 2013, p. 54-55). Esta foi uma perspectiva que era inquestionável até fins do século XVIII, no qual prevalecia a “noção de que a didática ocupava um papel central na formulação de qualquer história” (SADDI, 2010, p. 67).

Para Rüsen, antes de os historiadores pensarem a História como uma disciplina científica com seus métodos próprios, e antes dos historiadores se declararem apenas como “cientistas”, estes tomavam o ensino e a aprendizagem como elementos fundamentais da vida humana, e por isso, também da História, o que não era restrito apenas ao contexto escolar. O autor destaca o conhecido ditado *historia vitae magistra* (história mestra da vida), que caracterizou a historiografia ocidental desde a antiguidade até as últimas décadas do século XVIII, denota que “a escrita da história era orientada pela moral e pelos problemas práticos da vida, e não pelos problemas teóricos ou empíricos da cognição metódica” (RÜSEN, 2011b, p. 24).

A História era vista como fundamental em vários aspectos da vida, e não só na escola. Os problemas que levavam ao interesse da investigação e do conhecimento histórico estavam relacionados com a vida prática, com as questões cotidianas, e nem tanto com os problemas teóricos. Tanto Ronaldo Cardoso Alves (2013), quanto Rafael Saddi (2010), estão partindo das discussões produzidas pelos historiadores alemães, principalmente Jörn Rüsen, Klaus Bergmann, Karl-Ernst Jeismann, entre outros, sobre essa “expulsão” da Didática da História da Ciência Histórica. Como considera Jörn Rüsen, “devido à crescente institucionalização e profissionalização da história, a importância da didática da história foi esquecida ou minimizada.” (RÜSEN, 2011b, p. 25). Foi principalmente no final do século XIX, com a cientificação da História, que se consolida a separação da História da vida prática (SADDI, 2010, p. 69).

Assim, a História como ciência ficou reservada apenas para um grupo considerado especialista na área. Enquanto a Didática da História “reduzia-se à elaboração de métodos para transmissão de um conhecimento que ela mesma não produzia. O historiador produzia o conhecimento, o didático transmitia.” (SADDI, 2010, p. 70).

Saddi remete a ideia de Rüsen, de que como “os historiadores do século XIX se esforçaram para tornar a história uma ciência, este público foi esquecido ou

redefinido para incluir apenas um pequeno grupo de profissionais especialistas treinados”. Desta forma, para Rüsen, “didática da história não era mais o centro da reflexão dos historiadores sobre sua própria profissão. Ela foi substituída pela metodologia da pesquisa histórica”. Segundo Rüsen, a “cientifização” da História acabou tirando de pauta a função do ensino de História. O historiador torna-se autorreferente, sem pensar que sua escrita pode interessar o público para além dos seus pares. Desta forma, o conhecimento histórico se separa da vida prática: “[...] a cientifização da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática.” Por isso estes autores concordam em defender que a “história científica, apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar ‘irracionalização’ da história”. (RÜSEN, 2011b, p. 25).

Como vemos, para Jörn Rüsen o processo de cientifização da História ocorrido no século XIX, que substituiu a Didática da História pela ênfase na Metodologia da História, acabou por ignorar as reflexões do pensamento histórico para com a vida prática. Por mais que a defesa era de uma forma mais racionalista de História, o que aconteceu foi um afastamento da História como área do conhecimento para com a vida.

Em outras palavras, a História se distanciou da vida. Ronaldo Cardoso Alves (2013), ao também discutir esse processo, argumenta: “A cientifização da História que poderia aprofundar sua aproximação à Vida, por meio da sistematização do pensamento histórico, utilizou esse atributo para dela se distanciar.” (ALVES, 2013, p. 55). Esse afastamento da Didática da História e da Ciência da História também pode ser notado à medida que a Didática fica destinada a “pragmática função de treinar professores que simplesmente deveriam transformar saber histórico acadêmico em saber histórico escolar.” (ALVES, 2013, p. 55). Aquela disciplina que deveria dar total importância à vida dos sujeitos comuns, também dos aprendizes, estava se distanciando do seu objetivo. Assim, o que ocorreu foi uma hierarquização dos saberes, nos quais os especialistas ficavam na academia “produzindo” o saber histórico (mesmo este saber não fazendo nenhuma ligação com a vida dos sujeitos), e o didático com o papel de mediar esse saber acadêmico para o público leigo.

Na Alemanha, durante as décadas de 1960 e 1970, ocorreu o que os autores que discutem essa cisão entre as disciplinas chamam de “crise de legitimidade da Ciência Histórica e do Ensino de História” (SADDI, 2010, p. 71). Era considerada

uma perda de legitimidade do pensamento histórico o fato de ter a articulação com a esfera pedagógica. Essa crise, ou seja, esta separação entre Didática e historiografia, também ocorria na escola. Neste espaço, esta dicotomia se expressa em um ensino de História que reproduz de forma simplificada a ciência de referência. É o que Rüsen chama de “didática da cópia”, na qual os “didáticos seriam transportadores, tradutores, encarregados de fornecer ao cliente ou à cliente – comumente chamado de ‘aluno’ ou ‘aluna’ – os produtos científicos.” (2010a, p. 89). A Didática da História era considerada apenas um mero veículo de “transporte” do saber científico para os setores não científicos.

Tal crise também estava relacionada ao fato de que “nem a Ciência da História nem o Ensino de História estavam em condições de atender às demandas e necessidades que a sociedade alemã apresentava.” (SADDI, 2010, p. 71). Para esclarecer, os historiadores se viram confrontados: tinham pela frente o desafio “do papel legitimador da história na vida cultural e na educação.” (RÜSEN, 2011b, p. 29). O conhecimento histórico que circulava naquela sociedade, naquele momento, não fazia mais sentido, não dava as respostas para as perguntas dos jovens alemães.

Conforme nos apresenta Jörn Rüsen, a resposta dos historiadores a esse desafio se deu: ampliando o campo da autorreflexão e do autoentendimento histórico. Os historiadores tiveram que rever “aquelas dimensões dos estudos históricos onde necessidades, interesses e propósitos apareciam como fatores determinantes do pensamento histórico”, ou seja, os alemães precisaram mudar o centro de interesses. Em termos simples, o estudo da História na Alemanha Ocidental passou por aquilo que poderíamos descrever como uma mudança de paradigma. (RÜSEN, 2011b, p. 29-30).

Essa ampliação do campo da autorreflexão histórica significava voltar às atenções para as necessidades e interesses dos sujeitos da História. Assim, temos a reinserção da Didática da História à Ciência da História. Estas duas disciplinas voltam a se relacionar, pelo menos no plano das reflexões, na qual a importância da vida prática, da orientação temporal no tempo presente, ganha atenção novamente para a Ciência da História. A proposta rüseniana é que a História se aproxime da vida, que o cotidiano ou mundo da vida seja tratado como lugar de onde surgem os interesses para a pesquisa histórica.

1.2 Mudança de Paradigma: a Didática da História e os seus objetivos

Como vimos, a partir dos anos 60 e 70 na Alemanha, temos essa “mudança de paradigma” que altera os olhares para com os objetivos da Didática da História na Alemanha. Isso se desenvolveu nos últimos anos, chegando até ao Brasil como uma perspectiva do Ensino de História que ganha cada vez mais pesquisadores interessados na área. É uma diferença que cabe ser ressaltada, pois, no caso alemão, a Didática da História é apresentada como uma disciplina da Ciência Histórica. O que se sucedia no Brasil é que a Didática da História foi apartada da Ciência da História, vista apenas como estratégia ou técnica de ensino. A Didática da História é vista ainda, como área em que se pensa na metodologia de ensino e apenas atualmente está sendo pensada como ligada ao Ensino de História de forma para além da técnica (CERRI, 2003, p. 08).

Para nos auxiliar, não vemos melhor forma de contextualizar a nova concepção de “Didática da História” que surgiu nos últimos anos, do que nas palavras de Ronaldo Cardoso Alves (2013). Alves comenta que nos últimos 40 anos o campo de pesquisa do Ensino de História, com mais consistência empírica e metodológica, buscou caminhos para a História que viram como fundamental o desenvolvimento da consciência histórica dos indivíduos, visando a sua utilização no cotidiano do sujeito histórico. Para o autor, foi neste contexto que surgiram novas concepções para a área de estudo da Didática da História na Alemanha, e a partir disso, esta área tem influenciado diversas pesquisas brasileiras que estão no campo do Ensino de História. Alves ainda destaca como referência epistemológica da área, o trabalho de Jörn Rüsen, já citado neste trabalho, que “parte de referenciais epistemológicos que têm como premissa relacionar a produção historiográfica oriunda da ciência da História com a Vida prática dos indivíduos na sociedade.” (ALVES, 2013, p. 56-57).

A pragmática pergunta “Para que serve a História?”, como coloca Alves, é de interesse para os estudos históricos. É com ela que podemos pensar uma História na qual as pessoas participem ativamente, atuando, interpretando e colaborando para a construção do conhecimento histórico na sociedade. A História, de alguma maneira, tem que fazer sentido para o sujeito que aprende. Todo mundo se orienta no tempo, usa do passado de alguma maneira. O que podemos fazer é historicizar o mais racionalmente possível esse passado, mas levando em conta as pessoas que

o aprendem, que o viveram, e que hoje também o interpretam, mesmo sem métodos rigorosos dos cientistas da História. A Didática da História se interessa em saber como as pessoas apreendem o passado, como o usam, para depois pensar em como capacitar as pessoas para lerem o passado, o presente e o futuro historicamente, com um olhar crítico, contextualizado e mais elaborado.

Assim, a Didática da História assume o seu papel dentro da História, buscando investigar as consciências históricas dos sujeitos. Por consciência histórica, entendemos que é a “constituição de sentido sobre a experiência do tempo [...]. A capacidade de constituir sentido necessita ser aprendida, e o é no próprio processo dessa constituição de sentido.” (RÜSEN, 2010a, p.104). Em outro trabalho, o historiador Jörn Rüsen complementa que a “consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana.” (RÜSEN, 2011b, p. 37). A História tem que ter conexão com a vida prática, é isso que defende o campo da Didática da História ao investigar as formas de elaboração do conhecimento histórico em diversos meios. Para a teoria da História de Rüsen, “a consciência histórica não é meta, mas uma das condições da existência do pensamento [...]” (CERRI, 2011, p. 27). Ao darmos sentido ao tempo, à nossa experiência, estamos realizando essa operação mental na qual o passado, o presente e o futuro se relacionam. “Dessa forma, a operação mental constituinte da consciência histórica é o estabelecimento do sentido da experiência no tempo [...]” (CERRI, 2011, p. 30) que realizamos ao narrar algum acontecimento passado.

A teoria da História de Jörn Rüsen pode ser considerada narrativista, “uma vez que reconhece na narrativa o fundamento mais elementar da historiografia” (ASSIS, 2010, p. 11). Para Rüsen, a narrativa é uma questão-chave para o estudo da consciência histórica, pois, é através dela que damos sentido à experiência e expressamos/manifestamos/constituímos nossa consciência histórica. Ainda assim, diferentemente do que ocorre com a maioria das variantes pós-modernas do narrativismo, “Rüsen enfatiza que as narrativas históricas estabelecem com a ‘realidade histórica’, de que pretendem dar conta, uma relação de referência diversa daquela observada em outros tipos de narrativa.” (ASSIS, 2010, p. 11-12). Ou seja, mesmo o autor acatando o narrativismo, existe a ressalva de que as narrativas históricas acabam revelando certo realismo distinto do realismo literário, um realismo histórico. Para o autor, “a consciência histórica produz uma estrutura unificada [...]”,

sendo “narrativa” o termo técnico para tal estrutura. Só que Rüsen não fala de toda e qualquer narrativa, mas “especificamente a que orienta ou quer orientar elementos e momentos da vida prática.” (CERRI, 2011, p. 48-49). Estabelece-se assim uma relação “passado-presente-futuro”, na qual ao interpretar e narrar sobre o passado, damos sentido ao mesmo, objetivando ações no presente que levam em conta o futuro a ser alcançado (os objetivos). “O passado não está a salvo das intenções do presente de dar tal ou qual significado ao tempo, aos personagens históricos, à nação.” (CERRI, 2011, p. 11-12), e é através da narrativa que podemos investigar quais são essas intenções do presente sobre o passado. É assim que se aprende História, narrando e dando sentido. “O aprendizado histórico pode [...] ser compreendido como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica [...]” (RÜSEN, 2011a, p. 43).

Para compreendermos esta nova concepção da Didática da História para as questões relacionadas à pesquisa histórica - e não mais apenas como mediadora do ensino – é também necessário falar da *Função Didática Básica da História*. Quem cria essa significação é Karl-Ernst Jeismann, referenciado nos textos traduzidos do alemão Jörn Rüsen, e pelo brasileiro Rafael Saddi, autor que utilizaremos aqui para a tradução. Para Jeismann, o objeto central da Didática da História é a Consciência Histórica.

De acordo com Rafael Saddi, Jeismann defende que a *Função Didática Básica da História* (da *didaktische Grundfunktion der Historie*), significa que qualquer afirmação que determinado indivíduo faça sobre o passado, essa afirmação possui um elemento didático inerente. Nas palavras de Saddi: “toda História, metodicamente regulada (científica) ou não, ‘nos diz alguma coisa’, ou ‘significa alguma coisa para nós’, no presente.”. E isso ocorre porque uma afirmação sobre o passado sempre se submete a uma aspiração de orientação presente (SADDI, 2010, p. 74).

A partir dessa discussão, resulta-se que temos que nos atentar para todas as formas de elaborações do passado. Tanto aquelas que passam pelo crivo da ciência, quanto às produções culturais extraescolares e não acadêmicas (filmes, jogos, livros, entre outros), pois “refletir didaticamente a História passa por indagar-se e buscar quais são as imagens do senso comum sobre o período da História em foco. Como é representado na mídia em geral, nos filmes, histórias em quadrinhos, games, etc.” (CERRI, 2013, p. 45).

O “MBL – Movimento Brasil Livre”, que é o nosso objeto de estudo, e sua página no *Facebook*, que é nossa fonte, difunde ideias políticas carregadas de noções, ideias, argumentos históricos, os quais a Didática da História considera como documento do historiador. Essas ideias que são difundidas geram ações que configuram a orientação temporal. “Neste sentido, a Didática da História não lida simplesmente com a educação ou com o ensino, mas com o modo como as representações sobre o passado produzem compreensões do presente e projeções do futuro.” (SADDI, 2010, p. 75). A Didática da História investiga como o que interpretamos do passado produz orientação no presente.

Para continuarmos o diálogo a partir dos apontamentos de Saddi, Klaus Bergmann (1989/1990) nos atenta para algumas “tarefas” da Didática da História. Para o autor, a Didática da História pode ser considerada a disciplina que “investiga sistematicamente os processos de ensino e aprendizagem de História”, e dessa forma, “trata de todos os modos imagináveis de História”. Tal disciplina é quem investiga tanto a elaboração da História, quanto sua recepção, que se apresenta como a formação de uma consciência histórica, e “se dá num contexto social e histórico e é conduzida por terceiros, intencionalmente ou não”. Bergmann mostra que as informações históricas são assimiladas a partir da História vivida e experimentada no cotidiano; pela História não vivida, e por sua vez, transmitida, seja ela científica ou não; e pela História que é “exposta” a partir da Ciência Histórica enquanto disciplina científica (metodologia, teorias, hipóteses, intenções e resultados). “A investigação desses processos de recepção ou transmissão de conhecimento histórico é a tarefa empírica da Didática da História” (BERGMANN, 1989/1990, p. 30).

Já como tarefa normativa, Klaus Bergmann mostra que a Didática da História, ao se preocupar com todas as formas de elaboração de História na sociedade, também se ocupa com a “fundamentação da disciplina da História no ensino, no contexto histórico e social, e com a educação e formação intencionais nela contidas”. Investiga as representações históricas feitas pelos meios de comunicação de massa, e explicita os “pressupostos, condições e metas de aprendizagem” referentes à História enquanto uma disciplina específica, também “os conteúdos a serem transmitidos” e a própria estruturação destes conteúdos. Por fim, analisa também “as técnicas e materiais de ensino e as várias possibilidades da

representação da História, seja no ensino ou nos ambientes fora da escola.” (BERGMANN, 1989/1999, p. 31).

Jörn Rüsen escreveu que existe uma diferença “qualitativa” entre os saberes históricos. Então:

Por causa dessa diferença qualitativa é igualmente necessária uma disciplina científica específica que se ocupe do ensino e da aprendizagem da história, na medida em que não são idênticos aos processos mediante os quais o conhecimento científico especializado da pesquisa histórica se efetiva: a didática da história. (RÜSEN, 2010b, p. 51).

É a Didática da História esta tal disciplina científica específica que vai se ocupar dos processos de elaboração da História. Devido ao fato de várias dessas páginas trazerem ideias históricas não especializadas, pretendemos utilizar da Didática da História para analisar as nossas fontes. Para Klaus Bergmann, a Didática da História “não apenas tematiza a História regulada e disciplinada pela ciência e pelo ensino mas também abarca a História transmitida no processo de socialização, que não é filtrada por nenhuma disciplina científica.” (BERGMANN, 1989/1990, p. 32). Assim, vale salientar, vemos como essa orientação teórica se interessa pelas formas de elaboração da História que se inserem em socializações e ambientes extraescolares, como as redes sociais *online*, ou mais especificamente ainda: as páginas do *Facebook*.

Jörn Rüsen (2010a) nos mostra que “os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes [...]” (p. 91). É por isso que nos surgiu o interesse de investigar as elaborações das narrativas históricas difundidas pela página do *Facebook*: “MBL – Movimento Brasil Livre”, nos quais foram publicadas postagens definindo “comunismo” e “Nazismo” como tendo o mesmo significado; definições de “Ditadura Militar Brasileira” (muitas apologias por parte dos seguidores da página); entre outras ideias com conteúdos históricos. Essas ideias de História estão fazendo sentido para algumas pessoas. Por isso mesmo, podemos dizer que existe nestas concepções a relação do passado e a orientação para a vida prática. A partir das concepções que eles possuem de eventos históricos, atuam no presente defendendo as suas ideias, mesmo que em alguns casos essas ideias estejam permeadas de estereótipos e preconceitos, elas estão fazendo sentido na vida prática dessas pessoas.

Jörn Rüsen, ao falar da Didática da História, diz que tal disciplina “analisa agora todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; [...]” (RÜSEN, 2011b, p. 32). Rüsen é importante para a nossa discussão sobre essa orientação teórica que prevê o levantamento sobre o que as pessoas pensam sobre a História. Para o autor, o objetivo específico da Didática da História é investigar o aprendizado histórico (2011b, p. 39), pois esta é uma dimensão fundamental para a construção do conhecimento histórico entre os “sujeitos comuns”. O autor ainda complementa que: “A disciplina da história não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática.” (RÜSEN, 2011b, p. 38). A História tem que estar ligada com a vida, com a orientação temporal no presente a partir das experiências passadas, pensando nas perspectivas futuras. Como defende Cerri (2013), de forma mais ampla, “a ciência não é uma torre isolada do mundo [...]” (p. 37), ela também está inserida e é, de certa forma, produto do mundo que estuda.

A Didática da História é a disciplina que analisa todas as formas de elaboração sobre o passado: as acadêmicas, as extraescolares e as não acadêmicas. Essa renovada Didática da História se interessa pelos “usos públicos da história”, sendo assim, passa a investigar:

[...] todos os espaços produtores/divulgadores de conhecimento histórico: a academia, a escola, o museu, o teatro, a propaganda, e também as mídias – sejam as clássicas, jornal, cinema, televisão, ou as novíssimas, como as relacionadas à informática, em especial a *web*. Todos são vistos como espaços de produção e uso público da história. (WANDERLEY, 2016, p. 208).

As pessoas aprendem História em vários lugares, e não só na escola (navegando na internet e se deparando com páginas como o MBL, por exemplo). Os sujeitos dão significados ao passado e a partir desse exercício de significação, orientam-se no presente. É por isso que a Didática da História se interessa por todas essas formas de elaboração da História. Rüsen, ao tentar propor uma definição mais modesta do objeto de pesquisa da Didática da História, diz: “Seu objetivo é investigar o aprendizado histórico” (RÜSEN, 2011b, p. 39). No Brasil, a Didática da História, sustentada na Teoria da História, vem buscando “debruçar-se sobre o fenômeno da aprendizagem histórica e da circulação social do conhecimento

histórico.” (CERRI, 2010, p. 277). Estudando essa perspectiva alemã da Didática da História, Oldimar Cardoso (2008) sustenta que tal bibliografia surgiu também como um movimento opositor à definição de Didática apenas como a “arte de ensinar” (p. 165). Tal disciplina tem como objetivo investigar não apenas a escola, mas qualquer espaço que se expresse a cultura histórica e a consciência histórica. E mesmo quando a Didática da História investiga o espaço e o cotidiano escolar, “visa compreender a cultura e a consciência históricas de uma forma mais ampla.” (CARDOSO, 2008, p. 166).

A citação que se encontra mais acima, retirada do texto “Narrativas contemporâneas de História e Didática da História Escolar”, da autora Sonia Wanderley (2016), faz parte de um livro chamado: *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. É uma obra que faz um levantamento de alguns trabalhos iniciais de História Pública no Brasil. Sonia Wanderley é uma das poucas autoras que se arriscou a relacionar História Pública com Didática da História. Por isso utilizamos dela aqui para fazer essa ponte e começar a falar da História Pública.

1.3 História Pública: o interesse pelos usos do passado

Os historiadores já chegaram a um consenso sobre a época de seu aparecimento, mas isso não ocorre quando o assunto é o local onde surgiu o termo História Pública. A historiadora Jill Liddington (2011) nos apresenta pelo menos três lugares nos quais surgiram discussões acerca da História Pública, mostrando as semelhanças e diferenças das preocupações levantadas nesses países. O primeiro país tratado pela historiadora são os Estados Unidos da América, no qual a História Pública teria surgido em meados da década de 1970, e foi relacionada ao desemprego dos profissionais da área de História nos EUA. Acredita-se que em 1976 foi a primeira vez que o termo “História Pública” foi empregado, usado na Universidade de Califórnia, em Santa Barbara, por Richard Kelly. “O historiador fundador dali declarou: ‘A história pública refere-se ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia’ [...]” (LIDDINGTON, 2011, p. 34). Para alguns, a denominação da “História pública” é apenas um novo nome para uma forma de História que já é antiga: o estudo dos usos do passado. De qualquer forma, essa nomenclatura vem ganhando espaço nos programas de pós-graduação em História.

Segundo Gerald Zahavi (2011), nos Estados Unidos da América, país no qual o autor tem mais conhecimento sobre o assunto, a História Pública é considerada um campo de pesquisa já definido há quase cinco décadas. Isso pode ser percebido pela variedade de especializações existentes em universidades sobre a História Pública: “certo programa enfatiza as práticas de arquivismo e museologia, e outro, cultura material e preservação histórica; um é forte em história *aplicada* ou voltada a políticas públicas; outro, em documentarismo histórico.” (ZAHAVI, 2011, p. 55). Nesta mesma perspectiva de Zahavi, Liddington (2011) mostra que no Reino Unido, Oxford foi pioneira em questão de História Pública institucionalizada, no Ruskin College. A universidade “oferece um Mestrado em História Pública, enquanto outras instituições dão cursos em história aplicada [...] ou estudos de patrimônio [...] com um componente de história pública.” (LIDDINGTON, 2011, p. 32).

No Brasil, o termo “História Pública” só ganhou popularidade a partir de 2011, devido a um evento ocorrido na Universidade de São Paulo. Após o evento, foi lançado também um livro⁶ chamado *Introdução à história pública* (2011), de Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Rovai como organizadoras (SANTHIAGO, 2016, p. 26-27). Sobre tais acontecimentos, o êxito da História Pública no Brasil se mostrou também com a popularidade do livro a partir das frequentes referências a ele, e mais alguns desdobramentos, vale destacar: “o 1º Simpósio Internacional de História Pública: A história e seus públicos, realizado em 2012, na Universidade de São Paulo, e, como seu resultado direto, a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), no mesmo ano.” (SANTHIAGO, 2016, p. 27). A RBHP já realizou o seu quarto simpósio, ocorrido na Universidade de São Paulo em agosto de 2018, além de outros eventos mais regionais e o aumento de simpósios temáticos sobre História Pública nos eventos de História ao redor do Brasil.

A Austrália também tem parte nesse movimento pioneiro da História Pública, na qual surgiu um pouco mais tarde que a dos EUA (década de 1990), até certo ponto como uma crítica ao que vinha dos EUA, mas também relacionada com questões referentes ao desemprego dos graduados em História. “Ela atuou com energia, por vezes com uma crítica mordaz aos historiadores universitários, refestelados no langor de seu *tenure* (estabilidade empregatícia)” (LIDDINGTON, 2011, p. 37-38). Era hora de achar outro lugar para a atuação de historiadores.

⁶ Livro que utilizamos várias vezes neste trabalho.

A Grã-Bretanha também não ficou de fora dessa discussão, com um movimento que também apareceu na década de 1990, mas a História Pública que veio da América não deu certo. Foi principalmente a área do “Patrimônio e Memória” que se dedicou a essa perspectiva de estudo. Em 1997, a revista *Oral History* lançou uma seção de História Pública com o enfoque nos usos e representações públicas do passado, já levando em conta as novas tecnologias e os *web sites*. (LIDDINGTON, 2011). Muito disso se deve as discussões feitas por David Lowenthal sobre como aprendemos sobre o passado, e também Raphael Samuel que “celebrava o ‘conhecimento não oficial’ e a memória popular” (LIDDINGTON, 2011, p. 38-41).

Podemos considerar que enquanto a Didática da História parte da reflexão sobre a Teoria da História, o campo investigativo da História Pública esteve relacionado diretamente à vida prática: principalmente ao desemprego dos profissionais da História. Enquanto a Didática da História aparece como um campo de pesquisa e reflexão, a História Pública nasce como expansão do mercado de trabalho do historiador. Só depois veio a reflexão e a fundamentação, que ainda é recente com trabalhos significantes surgindo apenas nos últimos anos.

Mas afinal de contas, o que seria essa “História Pública”? Jill Liddington diz: não há uma resposta única sobre o que ela é (2011). Jurandir Malerba (2016) nos atenta para a expansão vertiginosa do público consumidor de História nos últimos anos. O autor ainda diz que: “A história não mais [...] se produz somente na academia; muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado.” (MALERBA, 2016, p. 11). Nessas bases digitais, qualquer pessoa pode colaborar na compreensão sobre o passado, e também nos usos deste.

Nesta área da História Pública podemos perceber uma:

[...] recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado. Esses mesmos fenômenos acontecem em maior ou menor medida no Brasil: constata-se uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades, novos lugares de exercício da profissão, uma demanda crescente de consumo popular de história [...] (MALERBA, 2014, p. 32).

Como vemos, para o historiador, considerando o Brasil, a História Pública não apareceu tanto como uma expansão do mercado de trabalho, mas como expansão

do público consumidor de História nos últimos anos. Então, para Jurandir Malerba, esse público consumidor de História que vem crescendo nos últimos anos também criou uma demanda social por História. O problema que ocorre é que essa demanda crescente por História não está sendo suprida pelos historiadores brasileiros. Estes, dificilmente produzem para fora da academia, deixando o espaço aberto para jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgarem versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a Academia passa ao largo desse tipo de atividade. (ALBIERI, 2011, p. 23). É comum que historiadores que ainda pensam dentro da perspectiva de que “professores de história” e “historiadores” são profissões diferentes, acabem preferindo falar apenas para os pares, ditos historiadores, e não para o público, muito menos para o público inserido na escola. No Brasil, a História Pública não surge pelo desemprego dos historiadores, pelo menos não em grande escala, mas com relação a esse aumento da demanda pública por História e que acaba não sendo respondida pelos historiadores, pois como defende Rüsen (2011b), estes preferem dialogar apenas com os pares. Para Liddington (2011), os últimos anos presenciaram uma “[...] explosão de representações populares do passado.” (p. 31), e a autora pensa a História Pública como sendo justamente “[...] a apresentação popular do passado para um leque de audiências [...]”. (LIDDINGTON, 2011, p. 34).

A História Pública ainda pode ser considerada um veículo para ampliar a nossa visão de passado de forma sofisticada e criativa. É importante lembrar que ela também é palco de disputas ideológicas ao redor das memórias. Gerald Zahavi (2011) escreve que a História Pública “é uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão de desdobrando.” (p. 53). Vemos a semelhança nas discussões de Zahavi e Malerba de que é na História Pública que se disputa a memória do país. Não é raro a memória pública entrar em confronto com as identidades nacionais, e ferir os orgulhos do país. É a História Pública que oferece o palco para “Disputas explosivas, e às vezes violentas,” que “surgem em torno de assuntos ligados às comemorações históricas, à seleção e ao planejamento de patrimônios históricos, e a narrativas documentais de vários tipos.” (ZAHAVI, 2011, p. 56). Percebemos tais apontamentos ao lidar com as publicações do MBL, que ao difundirem ideias históricas, estão na disputa sobre aquele passado específico. Nos comentários, é possível perceber narrativas

carregadas de emoção sobre o passado, principalmente em temas mais “difíceis” e geralmente não resolvidos⁷ no nosso país: ditadura civil-militar, escravidão, genocídio indígena, etc. É necessário deixar claro que História Pública não é equivalente à memória, sendo esta última também um objeto de estudo da própria História Pública, caso o pesquisador pense dessa forma. A História Pública, em suma, é uma área dentro da historiografia que visa atingir espaços diversos e comunicar-se com públicos mais amplos do que o mundo universitário, e por isso, acaba lidando com temas que circulam na sociedade e que fazem parte da memória coletiva desse grupo.

Percebemos que as disputas sobre a memória histórica, da qual o MBL e outras páginas participam (a respeito de Ditadura Militar, dos governos petistas, do Nazismo, Comunismo, etc.), são comuns quando vemos por este ponto de vista. A memória sempre está em disputa, e na História Pública, centrada nas publicações do *Facebook*, podemos perceber estas competições ideológicas acontecendo na nossa História do Tempo Presente.

Ricardo Santhiago, ao falar de História Pública, expõe bem o que acontece com os trabalhos dos historiadores. São poucos os trabalhos que conseguem se destacar no meio das produções de alguns jornalistas e outros profissionais que não são da História⁸. “São poucas apreciações sérias em meio a muitos aforismos polemistas. Infelizmente, o Brasil não tem tido muita originalidade [...]” (SANTHIAGO, 2016, p. 29).

Tivemos algumas produções que ficaram conhecidas na nossa História recente e que se enquadram nesse tipo de narrativa que não foram realizadas com uma rigorosa análise, mas principalmente por algum juízo de valor. Eduardo Bueno, um jornalista esportista gaúcho, de grande perspicácia editorial, publicou quatro livros após a década de 1990 que passaram de um milhão de cópias vendidas. São

⁷ Usamos a expressão “temas não resolvidos” não porque a historiografia deixa esses temas em aberto, mas porque o nosso país se mostrou falho nas suas políticas públicas em relação a estes temas, com impunidades acontecendo até hoje no cenário político, e um discurso surgindo e ganhando mais força a cada dia na sociedade em defesa do fim das cotas para negros e indígenas. Tais fatos nos mostram que a sensibilização sobre esses temas históricos, os “temas difíceis” da nossa História, não obtiveram tanto sucesso como gostaríamos, o que deixa tais casos “não resolvidos” na nossa História Pública.

⁸ Não estamos querendo defender que um jornalista não possa fazer um trabalho historiográfico com qualidade. Muitos já o fazem com o respaldo científico da História. Mas as produções que queremos chamar a atenção aqui são aquelas em que o objetivo foi apenas mercadológico, na qual se inserem várias “teorias da conspiração” em trabalhos de História que deveriam ser sérios. Produções que o maior objetivo foi causar algum impacto, fazer polêmica e vender, não tendo nenhum respaldo científico ou seriedade metodológica.

as obras: *A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral* (1998); *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil* (1998); *Capitães do Brasil: a verdadeira história da expedição de Cabral* (1999); e *A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia, 1548-1558* (2006).

Para Jurandir Malerba, que analisou as obras de Eduardo Bueno, o autor se preocupa mais em apresentar uma narrativa prazerosa, em forma de saga, do que uma análise e contextualização histórica eficaz. Para Malerba, “o destaque recai em personagens excêntricos envolvidos em grandes aventuras, quase no estilo ‘capa e espada’” (2014, p. 35). A base teórica dessas obras baseia-se numa noção de ação de pessoas iluminadas, de grandes homens taxados de heróis que conduzem a História do país a partir de suas ações, abrangendo também os estereótipos de homens malvados e sem caráter, e das mulheres sem moral. “Politicamente, a obra de Bueno é muito conservadora, pois sua narrativa linear não comporta crítica nem análise [...]” (MALERBA, 2014, p. 35).

Vemos como o autor faz a crítica a essa narrativa histórica em forma de saga, que mais vale a facilidade e o envolvimento com a leitura, do que a análise crítica das fontes, das pessoas históricas, e de uma contextualização do tempo. Jurandir Malerba também faz críticas à Laurentino Gomes, que possui características parecidas com Eduardo Bueno. Malerba também analisa a obra *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (2009), de Leandro Narloch, também jornalista e escritor brasileiro. Partindo de uma receita que já havia feito sucesso em outros países, Narloch “se apoia na historiografia disponível, ora para corroborar seus argumentos, ora para detratá-la quando dela discorda. Sob a bandeira do ‘politicamente correto’, mal se disfarça uma visão altamente conservadora [...]”. (MALERBA, 2014, p. 38). A diferença principal de Leandro Narloch para os outros dois autores falados acima, é que Narloch se mostra mais reacionário, retrógrado e eurocêntrico em sua narrativa histórica sobre o Brasil.

A partir do sucesso da obra, Narloch emplacou em outros livros do mesmo gênero, utilizando da mesma receita. O que vemos nessas narrativas não especializadas, são posições muitas vezes conservadoras disfarçadas de “politicamente incorretas”. São leituras que dão o tom de uma teoria da conspiração sobre a História do Brasil, apresentando-se como reveladoras de coisas fascinantes sobre a História, informações que você não sabia, ou foram escondidas de você

(principalmente pelo seu professor de História). Mas o que acontece mesmo é apenas uma retomada de uma modalidade de escrita da História que é antiga, baseada numa narrativa rápida e alegórica. Para finalizar sobre Eduardo Bueno, Laurentino Gomes e Leandro Narloch, Jurandir Malerba ainda diz: “Os dois primeiros são apenas produtores de histórias anódinas, de pouco fôlego analítico, de baixa complexidade; o último, autor de uma história ruim e perniciosa, reacionária.” (MALERBA, 2014, p. 43).

Com todo o sucesso dessas obras comentadas acima, e adicionando agora o nosso objeto de pesquisa, uma página do *Facebook* que divulga informações sobre o passado do país (à sua maneira), temos que compreender que a escola não possui o monopólio da difusão do conhecimento e da cultura. Para Aléxia Pádua Franco (2014), os professores dividem tal espaço com outros veículos de comunicação (sempre foi assim, apenas as instituições e o acesso que mudaram com o tempo), sendo o conhecimento histórico do aprendiz construído de uma mescla entre o que o professor fala em sala de aula, e as informações que esses entram em contato por outras instituições: “como os meios de comunicação, a família, a igreja, os sindicatos e os partidos políticos. [...] a consciência histórica se forma em cada um destes espaços [...]” (FRANCO, 2014, p. 92).

Voltamos então para a problemática principal discutida neste texto: temos que nos atentar para as formas de elaboração da História em todos os meios. Os professores não são os veículos exclusivos da razão na visão dos alunos. Estes formam as suas opiniões sobre a História, a política e o mundo em geral, a partir de páginas do *Facebook*, vídeos do *YouTube*, entre outros.

Quando se fala do que estuda a História Pública, Ricardo Santhiago comenta que desde o surgimento das mídias, não são só os historiadores que possuem voz sobre o passado, mas que diversos jornalistas, cineastas, escritores, artistas em geral, e outros profissionais, têm falado ao público não acadêmico sobre o passado, usando o texto, o som e a imagem. “Com o aguçamento de demandas sociais por história e memória, a disseminação de recursos tecnológicos e, por fim, a popularização da internet [...]”, as estruturas do que os autores da História Pública chamam por “espírito público da história” se moldaram “pouco ou nada dependendo da instituição de um campo formalizado de debates.” (SANTHIAGO, 2016, p. 24).

Como escreve Santhiago, a História sempre achou uma forma de sair do campo da academia e ir para um público mais amplo ganhando respaldo e interesse

de uma população não acadêmica. Isso também aconteceu nos últimos anos, como mostra o autor, devido à popularização que a internet teve. E podemos especificar: a popularização também das redes sociais, pois já que a academia não dá a devida atenção a esse público, a História “vaza” pelos poros e chega a um público amplo a partir de diversas narrativas não produzidas por historiadores. “Erro” dos historiadores, que não ocuparam estes espaços e outros o fizeram. É como se essa História que vaza pelos poros “formasse uma intrincada rede de vasos comunicantes que sustenta e alimenta a visão comum do que é a história.” (ALBIERI, 2011, p. 21). Tanto como Ricardo Santhiago escreveu acima, quanto a outros historiadores que discutem essa questão da História Pública, concordam que a internet se mostrou um lugar propício para a difusão de narrativas populares do passado.

Anita Lucchesi e Bruno Leal Pastor de Carvalho dizem que esse fascínio pelo passado achou na *web* um lugar proveitoso para resultar em “produções culturais, de variados portes, ou, simplesmente para se manifestar publicamente em perfis pessoais, comerciais e institucionais das mais diversas redes sociais, como *Facebook, Instagram, Twitter, Flickr.*” (LUCCHESI; CARVALHO, 2016, p. 155). São variadas as redes sociais *online* nas quais podemos encontrar essas produções culturais, como falam os autores, incluindo as narrativas populares do passado, que são do nosso interesse. Tanto a História Pública, quanto a Didática da História se interessam pelos usos do passado. O objetivo está em investigar essa História que circula na sociedade, nos *mass* mídia, no museu, na escola, na *web*, etc. Definições extraescolares e não acadêmicas de “Nazismo”, “Comunismo”, “Ditadura Militar brasileira”, entre outros, estão fazendo sentido para algumas pessoas. Vemos diversas defesas a regimes totalitários nas redes sociais *online*, confusão nas leituras sobre “Comunismo” e “Nazismo” (por vezes vistos como ambos pertencentes à esquerda política e representantes das mesmas causas).

Sonia Wanderley argumenta que a narrativa midiática tende a reforçar a ideia de um presente que se auto explica. Para a autora, o resultado disso pode ser um “fortalecimento de certa nostalgia por um passado idealizado, construído pela supervalorização dos relatos e da memória.” (WANDERLEY, 2016, p. 213). E essa supervalorização às vezes se expressa também em narrativas, sendo esta uma característica inerente à História. “O sucesso popular das narrativas acerca do passado produzidas na imprensa e telejornais é um exemplo disso.” (WANDERLEY,

2016, p. 213). Mas, ultimamente, essas narrativas históricas (muitas vezes não acadêmicas) também vêm sendo difundidas por páginas do *Facebook*.

Sobre essa produção de narrativas com conteúdos históricos no ambiente virtual, Daniel Carvalho Pereira (2017) pensa ser comum o fato de que “grupos e indivíduos produzam e reproduzam discursos que se utilizam de elementos da História como disciplina, mas que de tão distantes de suas premissas teóricas e metodológicas, beiram a inviabilidade racional.” (p. 65). Isso decorre também devido à popularização da internet e a facilidade que esta proporciona na comunicação global. Dentro da internet, a propagação que as redes sociais conseguiram nos últimos anos também possui a sua parcela de culpa devido a essa liberdade narrativa que amplificou discursos sem precedentes. Para o autor, em decorrência disso, “a História, e principalmente sua tradição disciplinar, é apropriada como legitimadora de narrativas infundadas, sem nenhum ou quase nenhum aparato científico.” (PEREIRA, 2017, p. 65). Como exemplos, Pereira cita a emergência de discursos negacionistas sobre os holocaustos na História, e o aumento do discurso de ódio a minorias, que também tratamos aqui quando falamos dos “temas difíceis” da nossa História, e que nos últimos anos vimos surgir discursos “que se dizem basear em premissas históricas, mas que não passam de elucubrações muitas vezes politicamente intencionadas e enviesadas.” (2017, p. 65).

Não podemos deixar a metodologia da História de lado. Como Pereira mostrou acima, as premissas teóricas e os métodos históricos para a análise de fonte é a receita para uma interpretação histórica embasada, não produzindo uma narrativa infundada. A História Pública deve se interessar por essas narrativas, mas tem de se preocupar em manter a qualidade histórica, mesmo em postagens do *Facebook*. Aquela racionalização apregoada à História em seu processo de institucionalização, não pode ser ignorada. A crítica feita pelos autores que aqui discutimos retrata o fato dessa cientifização ter excluído a Didática da História da Ciência Histórica. Mas, como vimos, tal disciplina hoje, passa a ter importância dentro da História levando em conta os métodos e o rigor científico da disciplina. Para Klaus Bergmann, o que diferencia as elaborações da Ciência Histórica de todas as outras narrativas que se utilizam de temas históricos, é justamente este acréscimo de racionalidade (1989/1990).

1.4 Didática da História e História Pública: convergências

As ideias históricas veiculadas por páginas como o MBL estão fazendo sentido para as pessoas que seguem e concordam com o grupo. São usos do passado no nosso presente, no qual tanto a Didática da História, quanto a História Pública, podem nos ajudar a investigar essas questões, fazer um levantamento dessas noções, e perceber como o MBL faz uso da palavra “Nazismo” em suas publicações. Qual o sentido histórico que eles estabelecem ao conceito? Qual o sentido político? Enfim: investigar qual a ideia de “Nazismo” difundida pelo MBL entre os meses de janeiro e agosto de 2017. Assim, pretendemos utilizar das bases teóricas da Didática da História e da História Pública para colaborarmos com os estudos do Ensino de História no Brasil.

O nosso objetivo está então em investigar o uso público do passado, exclusivamente, o uso da palavra “Nazismo” pela página do MBL. Tentaremos levar a Ciência para mais perto das pessoas, analisando narrativas que atingem um significativo número de pessoas que atuam em rede.

Para Rafael Saddi:

[...] no uso público da História, quando a Ciência da História se abstém de intervir com seu método e seu avanço de reflexão sobre a produção de afirmações sobre o passado, ela permite que políticos e a grande mídia construam interpretações simplificadas sobre o passado, com o objetivo de orientar um tipo de ação política ou manter determinadas relações de dominação (SADDI, 2010, p. 76-77).

O que vemos no Brasil na nossa História Recente é o que Rafael Saddi comenta acima. Problematizando um pouco mais, temos no Brasil políticos que souberam lidar com as redes sociais a seu favor, divulgando propostas e utilizando de pesquisas de opinião no *Facebook* (ou em outras redes sociais) para benefício próprio. A chamada “grande mídia” também aparece nas redes sociais com seus próprios *websites* e perfis nas redes, divulgando sua programação e suas informações. Discutiremos mais no segundo capítulo sobre essa relação entre as novas mídias e as instituições mais antigas de mídia, a própria televisão, mesmo este não sendo o nosso foco aqui. O que interessa ressaltar é que a grande mídia também tem influência nas ideias históricas que circulam socialmente nas redes sociais.

No caso do MBL, vemos um grupo bem organizado que vem ganhando espaço nos meios de comunicação no Brasil, conseguindo respaldo da população. Como vimos nos escritos de Saddi, as versões difundidas de passado possuem o objetivo de “orientar um tipo de ação política”. No MBL poderemos perceber estes interesses a partir da análise de suas publicações, no quarto capítulo deste trabalho. A página, ao longo da sua História, relacionou-se com diversos políticos famosos na campanha do *impeachment*⁹ da presidente Dilma Rousseff (ocorrido oficialmente em 31 de agosto de 2016). Dessa forma, ganharam força, fizeram conexões políticas com interesses próprios, e hoje acabam por ser até mais fortes e reconhecidos do que vários desses políticos. Uma parte desse sucesso deve-se à sua máscara de ser “contra todo tipo de corrupção”. Após esse crescimento, a página ultrapassou essas relações com os políticos, lançando os seus próprios candidatos. O MBL conseguiu eleger, nas eleições de 2016, sete vereadores e um prefeito; e nas eleições de 2018, quatro deputados federais, dois senadores e três deputados estaduais. É importante lembrar que essas duas eleições foram as primeiras do MBL, que ainda mostra interesse em eleger cada vez mais pessoas “sócias” ou participantes do grupo.

Bom, falemos então mais a respeito desse nosso espaço de pesquisa, pois é um meio de comunicação ainda considerado novo, sem muitos trabalhos na área de História que tratem do assunto. O tema vem ganhando espaço nas instituições de pesquisa de História, Ciências Sociais, Ciências Humanas no geral, justamente pelo ambiente virtual se mostrar um local no qual os assuntos pertinentes a essas disciplinas científicas estão sempre em pauta, em discussão pelos usuários das redes sociais.

Para finalizar essa discussão que expusemos até aqui sobre os usos da História nos veículos de comunicação, abordando autores da Didática da História e da História Pública, Rafael Saddi argumenta que em uma análise de como esses meios de comunicação de massa usam da História, a Didática da História não pode ignorar as “especificidades da linguagem midiática” da qual está investigando. Pois, se o fizer, “ela atua ingenuamente, condenando sua análise ao esquecimento e sua intervenção a um voluntarismo acadêmico inócuo”. Por isso, o autor defende que a Didática da História, “como sub-disciplina da Ciência da História”, ela “deve se

⁹ Considerado um golpe por vários juristas, cientistas políticos, sociólogos e historiadores brasileiros.

relacionar com as demais ciências.” (SADDI, 2010, p. 77-78). Além disso, Oldimar Cardoso já atentava para o fato de que mesmo que um pesquisador da Didática da História busque apoio “em metodologias oriundas da antropologia ou da etnografia da escolarização, seu trabalho estará sempre subordinado à Teoria da História” (2008, p. 166-167). Utilizamos Cardoso aqui para defender que mesmo que os pesquisadores da Didática da História se utilizem de outras metodologias e áreas do conhecimento, que dialoguem com elas (como é o nosso caso), ainda assim seu trabalho deve buscar responder principalmente à História enquanto disciplina científica, logo, à sua teoria.

Luis Fernando Cerri (2011), trabalhando também com a perspectiva da Didática da História, comenta sobre essa necessidade constante que temos de atribuir sentido (p. 14), e que quando atribuímos sentido à nossa experiência no tempo, o produto vem através de uma narrativa, como foi falado, mas também em forma de orientação para a vida prática (p. 49). A formação histórica dos sujeitos está relacionada à subjetividade e à práxis, produzindo assim, efeitos práticos, ações (RÜSEN, 2010b). Assim, partimos da perspectiva de que as representações do “Nazismo” difundidas pelo MBL promovem intencionalidades políticas naqueles que se informam e formam-se politicamente e historicamente com tais ideias. Relacionando o conhecimento histórico com a política, Rüsen sublinha o “engajamento ponderado”, sendo a “realização da própria existência na luta social pelo reconhecimento, na adoção e na defesa das próprias convicções”, enfim, em tudo o que produz alguma ação (2010a, p. 102). O passado como objeto de estudo está intrinsecamente ligado ao presente e ao futuro, pois se situa em uma temporalidade e implica em intencionalidades. Portanto, a formação histórica (seja ela científica ou advinda de processos sociais extraescolares), está totalmente ligada ao engajamento, às ações na vida prática, e por isso, à política.

Uma convergência que deve ser ressaltada é quando Rüsen destaca a matriz disciplinar da história. Nesta, a História como Ciência e a História Pública são interdependentes. Embora, como já mencionado, Rüsen critique a cientificização histórica, isto não significa que não pense a História como Ciência. Por conta disso, retomando Thomas Kuhn quanto ao paradigma científico, que se constitui como uma rede de compromissos ou adesões conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais compartilhados; para a História, Rüsen sistematiza uma matriz com

cinco “fases” que são a expressão da construção do conhecimento histórico, não só dos historiadores.

O primeiro princípio ou fator da matriz disciplinar é formado pelas “carências de orientação”, o que Rüsen chama de Interesses. As carências de orientação, as necessidades, as problemáticas do presente vão direcionar o interesse cognitivo pelo passado: É esse interesse “o ponto de partida que o pensamento histórico toma, na vida prática do quotidiano, ainda antes de se constituir como ciência” (RÜSEN, 2010b, p. 30). Portanto, a realidade presente com suas necessidades e problemáticas nos remete ao passado.

Os Interesses advindos da vida prática nos remetem à fase dois da matriz disciplinar, as Ideias, que são os referenciais com os quais formulamos nossas interpretações, os alicerces teóricos que sustentam nossa pesquisa histórica. Rüsen entende que “é justamente no ponto em que os interesses se transformam em ideias que se pode fixar o limite de uma ciência especializada” (RÜSEN, 2010b, p. 36), quando existe o empenho deliberado em se interpretar/esquadrinhar a história.

Para Rüsen, a fase do Método está diretamente ligada à anterior. É a fundamentação teórica – as Ideias – que permitirão lidar com a parte empírica da pesquisa histórica. Método implica em “procedimentos regrados” que confere plausibilidade ao conhecimento histórico: “Os métodos de pesquisa empírica consistem no exercício de investigação da experiência concreta do passado. É esse processo de efetivação metódica que constitui o que se entende como história enquanto especialidade científica” (SILVA, 2011, p. 28).

A quarta fase diz respeito à Apresentação do discurso histórico e implica nas relações possíveis entre história especializada e História Pública, na preocupação de que os resultados da pesquisa historiográfica tenham uma forma de apresentação de um passado capaz de “inserir-se nos processos culturais da vida humana prática” (RÜSEN, 2010a, p. 29). A retórica e a estética são para Rüsen, importantes como “força interpeladora do discurso”, ou, em outras palavras, como fatores que permitem a inteligibilidade do destinatário da narrativa historiográfica (RÜSEN, 2010a, p. 31). Ressalva Rüsen que a “qualidade literária” do discurso ou narrativa histórica lida com o aspecto sensorial, simbólico e representativo do público-alvo, portanto, interfere de forma pré-cognitiva no modo de pensar historicamente (RÜSEN, 2010a, p. 30-31). O historiador constrói seu texto como

resultado de sua pesquisa também utilizando recursos discursivos com “força de convencimento” (RÜSEN, 2010a, p. 29).

A última/primeira fase é aquela em que existe um tipo de “retorno” à vida prática, pois “a satisfação de determinadas carências é sempre também o processo de produção de novas carências” (RÜSEN, 2010b, p. 57). O conhecimento produzido, se bem apresentado ao destinatário, serve para intervir em seu modo de viver, pensar e agir, portanto, assume “utilidade existencial”, assumindo Funções na vida prática: pois se tomamos como pressuposto que são as carências de orientação temporal que promovem “o pensamento histórico e lhes conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função” (RÜSEN, 2010b, p. 34).

A construção do conhecimento histórico só é possível completando tais fases da matriz disciplinar, e o que Rüsen critica é o fato de que os historiadores, embora partam das problemáticas da vida prática (Interesses), privilegiem a fundamentação teórica (Ideias), a metodologia como uso das fontes (Método), acabam desprezando, na maioria das vezes, a parte quatro: a apresentação do discurso histórico na História Pública (Apresentação). Este desinteresse pelo acesso aos resultados da pesquisa histórica especializada, faz com que este não consiga chegar na História Pública de modo a orientar a vida prática de forma racionalizada (Funções).

Para que não ignoremos as especificidades da linguagem midiática da qual vamos tratar, como nos ensina Saddi, passamos agora ao segundo capítulo desta dissertação, no qual iniciaremos discutindo as características dessa mídia. Temos que nos relacionar com as demais ciências, e para isso, utilizaremos de autores que discutiram o ciberespaço, as novas mídias, o ambiente virtual, e as relações humanas dentro deste lugar. Posteriormente, tomando como base teórica as discussões da Didática da História e da História Pública, realizadas neste capítulo, analisaremos as publicações do MBL no ano de 2017, buscando os usos da palavra “Nazismo” realizados pela página. Enfim, o modo específico como as ideias são apresentadas no *Facebook* pelo MBL, por meio da depreciação do Outro, do sensacionalismo e da crítica contundente, parece ter mais capacidade de retroalimentar determinadas ideias circulantes na sociedade do que a História dos historiadores.

CAPÍTULO 02 - PESQUISANDO NO CIBERESPAÇO: DISCUSSÃO E METODOLOGIA DE CAPTURA E ANÁLISE DAS FONTES NA WEB

Como vimos no final do primeiro capítulo, não podemos desconsiderar as especificidades da linguagem midiática com a qual vamos trabalhar. Para isso, utilizaremos de discussões já realizadas anteriormente em nossas pesquisas, que culminaram num trabalho de conclusão de curso de Graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina. Neste capítulo, aproveitaremos das discussões realizadas naquele trabalho acerca do ciberespaço e da cibercultura, buscando atualizar essas discussões e direcioná-las à nossa pesquisa atual.

Após discutir a *web*, o ciberespaço, a cibercultura e as suas especificidades, apresentaremos a metodologia utilizada para captura e análise das fontes. Para isso, falaremos da Netnografia sendo utilizada em um estudo de História, e apresentaremos a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e a produção de discursos-síntese como instrumentos para analisar nossas fontes.

2.1 Discussões sobre a *Web*, o Ciberespaço e a Cibercultura

Das diversas fontes que estão disponíveis na História do Tempo Presente, a internet, ou *web*, mostrou-se um lugar propício para pesquisas em História e outras áreas. Não só como um objeto de estudo, mas também como um acervo considerável de documentos. Páginas com os mais variados tipos de assuntos: futebol, religião, política, lazer, notícias diárias, *blogs* pessoais, etc.

A internet pode ser considerada como uma nova categoria de fontes para os historiadores. Pode ser definida como uma rede de computadores de alcance global que conecta milhares de computadores no mundo todo. No começo, esses equipamentos eram especificamente os chamados “computadores de mesa”. Com o tempo, mais e mais equipamentos se juntaram a essa gama de instrumentos que conseguem se conectar à rede (ALMEIDA, 2011, p. 27). Hoje vemos celulares *smartphones*, impressoras, notebooks, *tablets*, televisões, câmeras de vídeo, o próprio computador de mesa, entre outros, fazendo parte dessa grande rede. Ou seja, não é mais uma rede apenas de computadores, mas de vários aparelhos que se conectam. “Apesar de ser difícil precisar uma data específica, uma vez que a internet se originou da confluência de elementos diversos, costuma-se afirmar que

suas origens remontam ao ano de 1969.” (ARAÚJO, 2014, p. 153). Mas é só no final da década de 1990 que a Internet já estava privatizada e com a arquitetura estética mais parecida com qual conhecemos.

Segundo Manuel Castells (2003), mesmo a internet já sendo pensada por cientistas da computação no início da década de 1960, e em 1969 já ter sido formada uma rede de comunicações por computadores, para a maioria dos empresários, das pessoas (sociedade em geral) e dos sujeitos que atuavam nesse meio, foi apenas em 1995 que a internet nasceu. Havia também registros de comunidades dispersas de comunicação que reuniam cientistas e hackers ao redor do mundo desde o final da década de 1970, mas os anos que ficaram conhecidos devido ao surgimento da internet foram os da década de 1990 (p. 19).

Isso ocorre porque é só durante a década de 1990 que a internet vai ser privatizada e comercializada. O sociólogo apresenta alguns pontos importantes da História da internet em seu estudo, colocando a cultura hacker¹⁰ como um deles. Uma das importâncias da cultura hacker é o movimento hacker provar ter ações de cooperação e construção coletiva do conhecimento, baseados em uma comunicação livre. Outro ponto é a não dependência de instituições (sejam elas públicas ou privadas) para a atuação dos hackers. Foi só com a cultura hacker e a ideia suprema de liberdade que acompanha o movimento, que foi possível a criação de diversos sistemas operacionais, aplicativos, programas e empresas que possuem a estética e a funcionalidade da qual conhecemos hoje. A cultura hacker é a maior lição de que a História da Tecnologia é baseada no uso dos usuários, tema que abordaremos mais à frente.

Para concluir sobre a cultura hacker, Manuel Castells argumenta que o que é comum a essa cultura em qualquer contexto social, “é a premência de reinventar maneiras de se comunicar com computadores e por meio deles, construindo um sistema simbiótico de pessoas e computadores em interação na Internet.” (2003, p. 45). É um processo convergente e de interação entre os seres humanos e suas

¹⁰ Segundo Manuel Castells, “os hackers não são o que a mídia diz que são. Não são uns irresponsáveis viciados em computador empenhados em quebrar códigos, penetrar em sistemas ilegalmente, ou criar o caos no tráfego dos computadores. Os que se comportam assim são chamados de ‘crackers’, e em geral são rejeitados pela cultura hacker [...]” (2003, p. 38). Hacker é aquele que cria. “Começa-se a ser um hacker a partir do ímpeto individual de criar, independentemente do cenário institucional dessa criação. [...] Eles não dependem de instituições para sua existência intelectual, mas dependem, efetivamente, de sua comunidade autodefinida, construída em torno de redes de computadores.” (CASTELLS, 2003, p. 43).

máquinas, no qual se expressam “a criatividade intelectual fundada na liberdade, na cooperação, na reciprocidade e na informalidade.” (2003, p. 45).

Vemos que Castells enfatiza a questão da liberdade ser o foco da cultura *hacker*. E graças a ela, criou-se um processo de interação liberta e uma cultura de criação intelectual baseada na cooperação tendo como fundamento a liberdade. Como dissemos, para nos ajudar neste trabalho, utilizaremos das discussões teóricas de outra pesquisa que realizamos. Tal pesquisa investigou as manifestações e ideias dos *Revoltados ON LINE* sobre o governo federal brasileiro no período de julho a dezembro de 2014¹¹. Os *Revoltados ON LINE*, sendo também uma página do *Facebook*, manifestaram-se contra o governo federal brasileiro petista, promovendo ideias favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), e outras políticas de direita da época. Páginas como os *Revoltados ON LINE* e o *MBL – Movimento Brasil Livre* foram, nos últimos anos, influentes na formação de opiniões políticas e históricas em uma parcela da sociedade.

A *web* mostrou-se um lugar convidativo para debates políticos, principalmente com as redes sociais *online*. Quando falamos de uma parcela mais jovem da população, mesmo no mundo virtual, no qual as mídias antes consideradas tradicionais se adaptaram para não ficarem obsoletas, a maioria dos jovens “não prestam atenção às atualidades cotidianas. [...] Mesmo on-line, os noticiários aborrecem os jovens” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 40). Mas quando o assunto é *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *Instagram*, entre outros, não só os jovens, mas boa parcela dos usuários da *web* passa horas do seu dia nesses locais. As redes sociais *online* ganham cada vez mais usuários, destacando-se como lugares nos quais as pessoas se relacionam, estabelecem novas amizades, interagem e se informam. É nas redes sociais que a maioria dos jornais virtuais alcança o seu público. Logo, acaba sendo também o lugar no qual ocorrem discussões sobre política, difusões de ideias e usos do passado.

Para falar da validação do “documento digital”, pensamos ser essencial o escrito de Marc Bloch (2001), no qual este diz que: “Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores [...] nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens.” O bom historiador, “onde

¹¹ Referência completa: SUSSAI, Matheus H. M. História e Cibercultura: os “Revoltados ON LINE” e as suas manifestações e ideias do governo federal brasileiro (julho a dezembro de 2014). 2017. 97 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)** – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (p. 54). As redes sociais “cheiram” carne humana para nós. São páginas e páginas impregnadas com o aroma das opiniões das pessoas, as suas vivências, seus relatos do cotidiano, entre outros. O que faz as redes sociais são as pessoas que estão se relacionando. Por isso, cabe a nós farejar essas relações e colaborar para o estudo da nossa sociedade e do nosso tempo.

Manuel Castells, sociólogo e estudioso da sociedade da informação, afirma que vivemos em uma sociedade em rede e que é medida por essas novas tecnologias de comunicação. O sociólogo chama a atenção para uma “geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o seu uso” (CASTELLS, 1999, p. 69). Os instrumentos tecnológicos vão se desenvolvendo, e dele nós fazemos uso. Ao fazer isso, várias vezes descobrimos novos usos nesse instrumento. Usos que não necessariamente foram pensados no momento do desenvolvimento do aparato tecnológico. Ao usar as novas tecnologias, os *websites*, as redes sociais, nós atuamos e mostramos os nossos gostos, assim, mudamos a rede com o passar do tempo. Produzimos informação, inovando e continuando a alimentar a rede. Por isso, quando pesquisamos as novas tecnologias, também estamos pesquisando os usos e apropriações que os usuários fazem dela.

Um ponto interessante sobre as novas tecnologias e a internet é que “as pessoas acabam fazendo com ela algo diferente daquilo para que foram originalmente criadas. [...] a Internet é o resultado da apropriação social de sua tecnologia por seus usuários/produtores.” (CASTELLS, 2003, p. 160). Ao utilizar a *web*, damos novos significados e caminhos diferentes para o seu futuro e o de suas funcionalidades.

Para Pierre Lévy (1999), o ciberespaço é “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores” (p. 17). Tal conceito não abrange apenas a estrutura material do universo digital, mas também o oceano de informações que ali estão presentes, “assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (p. 17). O filósofo da cultura virtual contemporânea chama atenção ao ciberespaço não ser apenas material da comunicação digital, da programação, etc., mas para o fato de que ele é feito também pelos seres humanos ali inseridos, não ignorando a sua enormidade de informações. As pessoas ali

navegam, atuam, discutem, conversam, alimentando o ciberespaço de informações, fazendo-o ser o que é.

Sobre a origem do termo “ciberespaço”, Lévy mostra que o conceito foi inventado por William Gibson, em 1984, aparecendo em seu romance de ficção científica chamado: *Neuromante*. Em tal obra, o conceito de “ciberespaço” designa todo o universo da comunicação digital, “descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural.” (1999, p. 92). No livro de Gibson, ainda cabe dizer que “alguns heróis são capazes de entrar ‘fisicamente’ nesse espaço de dados para lá viver todos os tipos de aventuras” (LÉVY, 1999, p. 92). Assim, com o surgimento das redes digitais, os criadores das mesmas logo utilizaram o termo de William Gibson para denominar esse universo das redes, o “local” que elas habitam.

Como podemos ver, o termo foi retirado de uma literatura do final do século XX, e com essa ideia de pessoas que seriam capazes de entrar fisicamente nesse espaço, temos a melhor alegoria para o ciberespaço real. Nele, as pessoas atuam em rede, dialogam, produzem e entram em contato com os mais variados tipos de informação.

Para que fique mais clara a diferença entre os termos *web* e *internet*, Francis Pisani e Dominique Piotet definem como:

A internet é a rede de informática mundial que nos permite acessar correios eletrônicos ou *websites*, por exemplo. A *web*, ou World Wide Web, é uma das maiores aplicações permitidas pela internet. É um sistema que possibilita consultar, por meio de um navegador, páginas contidas em sites. Temos, então, de um lado, um conjunto de computadores conectados entre si e, de outro, um conjunto de documentos modificáveis, igualmente conectados entre si. [...] A internet é a rede, a *web* é um de seus serviços mais populares. (2010, p. 16-17).

Essas especificidades das diferenças entre *web* e *internet* não são tão essenciais para o objetivo do nosso trabalho, mas resolvemos expor essas informações para que fique mais claro para o leitor. Outro ponto que é necessário ser discutido é a separação entre *web* 1.0 e *web* 2.0. Não se sabe bem quando foi inventado o termo “*web* 2.0”. O consenso que existe é que o termo foi “popularizado a partir de 2004 por Tim O’Reilly, um entusiasta do movimento do software livre e do

código-fonte aberto¹².” (ARAÚJO, 2014, p. 154). “*Web 2.0*” surge justamente para ressaltar as diferenças entre a *web 1.0* e a *web 2.0*. Na *web 1.0*, os “usuários eram inicialmente viajantes, que passavam, graças a essa rede, de site em site da *web*, sem poder fazer outra coisa senão recolher as informações disponíveis.” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 17). Mas com o tempo, as páginas foram mudando, a *web* foi se transformando, tornando-se mais aberta aos usuários, que passaram, com a *web 2.0*, a poder criar páginas e produzir informações mesmo não sabendo nada de programação. Os internautas deixaram de apenas navegar em rede, para atuarem em rede. A utilização do termo *web 2.0* não é consensual entre todos os teóricos da computação. Dentre os que discordam da utilização do termo está Tim Berners-Lee, “o criador do sistema de documentos em hipermídia conhecido como ‘www’ [...]”. Berners-Lee não vê “sentido na utilização desse termo, uma vez que a internet atual continuaria a basear-se nos mesmos mecanismos de antes.” (ARAÚJO, 2014, p. 154-155).

Em seu artigo, George Zeidan Araújo nos mostra que o termo “*web 2.0*” não foi um consenso entre os teóricos da internet na época de sua popularização. Mas em defesa do termo, os seus protetores argumentaram que a *web 2.0* superava as novidades trazidas pela *web 1.0* (*websites*, hipertexto¹³, e-mails, etc.) trazendo mais interatividade e criatividade por parte dos usuários. Diferentemente da *web 1.0*, na qual as páginas eram uma cópia digital do papel e os internautas só podiam acessar e consumir passivamente os seus conteúdos, na *web 2.0* vemos a “possibilidade não só de acessar, mas também de alterar o conteúdo de uma página *online* sem necessidade de conhecimento sobre edição de páginas da *web* [...]” (ARAÚJO, 2014, p. 155). Os usuários deixam de apenas navegar e passam a atuar.

Sobre a escolha de um termo mais adequado aos usuários da *web 2.0*, Pisani e Piotet defendem o termo “*web ator*” em comparação com o mais comumente utilizado “internauta”. Para os autores, o termo “internauta” serviu mais para designar

¹² Mais especificamente sobre a abertura do código-fonte: “A distribuição aberta dos códigos-fonte permite a qualquer pessoa modificar o código e desenvolver novos programas e aplicações, numa espiral ascendente de inovação tecnológica, baseada na cooperação e na livre circulação de conhecimento técnico.” (CASTELLS, 2003, p. 35).

¹³ Segundo Pierre Lévy (1993): “[...] um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmo ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira.” (p. 33).

os usuários da *web* 1.0, e não da 2.0. A parte “nauta” do termo, segundo os autores, como em “astronautas” ou “argonautas”, remete-se a um significado mais de “viajante”, “navegador”. Para Pisani e Piotet, isso não seria mais suficiente para os usuários da *web* 2.0, preferindo assim o termo “*web* ator”, “que dá melhor ideia de sua capacidade de produzir, de agir, de modificar, de aperfeiçoar a *web* de hoje”, ou seja, de atuar em rede (2010, p. 119).

Vemos então como os autores elaboram um novo termo para tratar este usuário contemporâneo da internet, da *web* 2.0. *Web* ator é o usuário que navega e atua, produz informação para a rede. Nas redes sociais *online* como conhecemos hoje, os usuários podem ser considerados *web* atores, uma vez que publicam textos, fotos, vídeos, entre outros tipos de mídia que eles mesmos produziram. Assim, surgiram vários grupos de informação que se dedicaram em difundir suas ideias políticas e históricas, e ganharam certo respaldo de uma parte da população.

Ainda sobre a *web* 2.0, Dilton Ribeiro do Couto Junior (2013) diz que uma de suas vantagens é a “facilidade de acesso às informações, além do compartilhamento de arquivos e da resignificação desses pelos usuários, que passam a participar ativamente de processos de ensino-aprendizagem mediados pelas interfaces digitais”. Justamente porque nela também temos professores, pesquisadores e estudantes que interagem, tornam-se colaboradores, “autores e coautores numa parceria que propicia a produção coletiva do conhecimento na/em rede.” (p. 22).

Devido essa facilidade de acesso e de produção de informação, a *web* pode ser “abordada como uma plataforma dinâmica. [...] Tudo isso contribui para o nascimento de uma nova economia e de uma nova cultura” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 28). O ciberespaço é apenas um lugar no qual isso se estabelece, criando uma nova forma de cultura: a Cibercultura, que é fruto das novas relações sociais existentes do ciberespaço. Pierre Lévy entende por “cibercultura” o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17). Com o crescimento do uso e do acesso à internet e o advento dessas novas práticas no ambiente virtual, cabe o termo “cibercultura”, como nos mostra Pierre Lévy, para tratar essas novas relações *online*.

Já Robert V. Kozinets (2014) define “cibercultura” como um “tipo distinto de cultura que se desenvolveu juntamente com as tecnologias de comunicações e informação digital, especialmente a internet” (2014, p. 176). Como em qualquer outra

cultura, a cibercultura também se caracteriza por possuir um sistema de significados que deve ser aprendido para dela fazer parte. Para o autor, tal sistema de significados inclui “crenças, valores, práticas, papéis, e línguas, que ajuda a direcionar e organizar determinadas formações sociais *online* ou relacionadas à tecnologia.” (2014, p. 176). Vemos como Kozinets leva em conta a questão de ser necessário aderir às práticas dos *web* atores. Existem sistemas de significados, crenças, valores, símbolos. O ciberespaço não é um lugar sem regras. E essas “regras” não foram postas apenas por quem planejou o ambiente, mas também pelos *web* atores que foram ressignificando o ciberespaço, criando práticas comuns e práticas estranhas¹⁴, como em qualquer cultura.

George Zeidan Araújo diz que a leitura que é realizada em ambiente digital pode ser problemática, pois, “geralmente, é descontínua e costuma engendrar uma fragmentação da própria obra, documento ou meio através do qual são veiculados.” (2014, p. 156). E isso, segundo o autor, seria indiferente em relação a um *website*, um trecho de um livro digital ou um artigo de um periódico. Para o autor, um dos problemas da leitura na *web* é o seu caráter de “leitura descontínua”. São leituras que muitas vezes ocorrem por meio de buscas de palavras-chave, e que não levam em conta toda a complexidade da obra ou de um tema.

Sobre a escrita hipermidiática, Roger Chartier (2002) argumenta que a cibercultura constitui uma alteração importante na História dos textos e/ou mídias. Na opinião do autor, são alteradas as estruturas e formas de suporte, a modalidade técnica de produção do escrito, e as percepções dos hábitos de leitura (p. 24 e p. 113). Mesmo que a tela do computador apresente o mesmo texto que poderia estar em um papel escrito, este texto, para Chartier, não será o mesmo, já que foi alterada a modalidade de sua escrita, e por consequência, também a sua leitura. O texto eletrônico, por ser maleável, móvel, aberto, desterritorializado, repleto de labirintos e incomensurável, faz com que os leitores tenham de enfrentar “o desaparecimento

¹⁴ Podemos tomar como exemplo um fato interessante que ocorre com certa frequência na rede social *online Facebook*. Cada usuário da rede social possui uma foto de perfil, sendo que o usuário pode escolher qualquer imagem do seu computador ou celular para carregar naquele local. Existe a possibilidade dos usuários do *Facebook* compartilharem as publicações, vídeos e fotos de outros usuários, inclusive a foto de perfil. A rede social enquanto plataforma não impede os usuários de compartilharem fotos de perfis de outros usuários, mas quando isso ocorre, geralmente por pessoas que estão iniciando sua atividade *online* no *Facebook*, a comunidade mais experiente vai interpretar tal ato com certo estranhamento. Essas “regras sociais” não foram incorporadas pelo *Facebook*, que realmente possibilita esta ação comentada, mas pelos *web* atores no uso cotidiano que fazem do *Facebook*.

dos critérios imediatos, visíveis e materiais que lhes permitam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos” (CHARTIER, 2002, p. 23).

Na cibercultura, temos um tipo de comunicação chamado de “todos-todos”. Esta perspectiva vai de encontro com a que vemos nas mídias mais tradicionais como a televisão, o rádio, etc. Nestas mídias mais antigas, tínhamos um processo de comunicação “um-todos”: existia um veículo com o monopólio da informação que transmitia para o público tal informação. Na cibercultura, os teóricos mostram que existem grupos que monopolizam alguns centros de informação, mas ainda prevalece a comunicação “todos-todos”, na qual qualquer pessoa pode produzir informação e ter alcance para todos. (COUTO JUNIOR, 2013, p. 22-39). Claro que isso vai depender da publicação, do perfil da pessoa na rede social, entre outros fatores, mas é possível.

A própria interface da *web* atual vem colaborando para o foco da atuação *online* ser justamente o *web* ator, sendo ele que obtém o papel principal. Blogs, sites, redes sociais, entre outros, facilitando o seu uso para abranger um número maior de pessoas. A linguagem está ficando mais fácil, pois não é preciso saber sobre linguagem de programação para modificar a *web* (PISANI; PIOTET, 2010, p. 123).

Outra discussão importante que fazem os autores Francis Pisani e Dominique Piotet, é o que estes chamam de “alquimia das multidões”. Os estudiosos da *web* mostram que a partir dessas relações “humanas” na *web*, juntamente com os dados, grupos, materiais do ciberespaço, etc., é possível o surgimento de “alguma coisa”. Então, os autores debatem os termos “Inteligência coletiva”, de Pierre Lévy com complementos de Tim O’Reilly, e “Sabedoria das multidões”, de James Surowiecki. Os dois termos tentam categorizar essa “alguma coisa” que surge dessa relação entre os *web* atores, os dados, os materiais do ciberespaço, e etc. Mas para Pisani e Piotet, nenhum destes termos corresponde especificamente ao que é a *web* 2.0 e a sua coletividade.

Ao escolher o termo “Alquimia das multidões”, Pisani e Piotet argumentaram que “as multidões não produzem só sabedoria, os coletivos não somente inteligência.” (2010, p. 172), ou seja, nem tudo que é feito por multidões produz resultados benéficos. Uma multidão enfurecida pode julgar de forma errada e antecipada uma determinada pessoa e tomar a violência como um método de ação (como vemos nos linchamentos). Disso resulta também a escolha do termo

“alquimia”, pois nem sempre se produz ouro em seu processo, ou seja, juntar “um grande número de pessoas e consultando-as, é possível, eventualmente, criar ouro, mas nem sempre. Mas pode acontecer e é o grande mérito de James Surowiecki e de Pierre Lévy que valorizam isso.” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 172). Sobre “multidão”, a escolha veio principalmente porque o termo chama a atenção para a grande quantidade, sem dar uma conotação positiva ou negativa. “Alquimia das multidões aparece, portanto, como um processo aberto sobre o qual podemos agir. Ela representa uma aproximação racional da *web*, de suas possibilidades e de suas fraquezas.” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 191).

Como vemos, os autores preferem o termo “Alquimia das multidões” devido à neutralidade que ele traz. É importante frisar que este termo leva em conta que uma multidão, uma comunidade, nem sempre produz ações benéficas. E é justamente por isso a escolha dos autores pela palavra “multidão”, que por ser neutra, pode abranger tanto uma comunidade neonazista, quanto uma comunidade defensora dos direitos humanos. A cibercultura e seus fenômenos, as relações humanas a partir do mundo virtual, não necessariamente “produzem ouro”. Às vezes, esse acúmulo de massa, essa possibilidade de se agrupar em um ambiente virtual também produz resultados não tão saudáveis. No ambiente virtual também são reproduzidos os conflitos políticos e os embates ideológicos da sociedade fora do ciberespaço. São conhecimentos e informações que circulam na sociedade, e por consequência, também na *web*. Por mais que essa possibilidade de se comunicar pelo ciberespaço tenha ótimas pretensões de melhorias para o ensino, para a ciência, contribuindo de forma geral ao conhecimento, também tornou possível o surgimento de enciclopédias eletrônicas com orientação ideológica voltada à extrema-direita (ALMEIDA, 2011, p. 28).

Nos últimos anos, devido à facilidade que a *web* traz em conectar pessoas com interesses parecidos, surgiram diversos grupos com características neonazistas, fascistas, negacionistas do holocausto, apoiadores de ditaduras militares, grupos que relativizam e tentam justificar a escravidão, entre outros. Essa facilidade desses grupos se formarem ultimamente se dá também pelo fato de o ciberespaço ter se tornado “uma forma de contatar pessoas não mais em função de seu nome ou de sua posição geográfica, mas a partir de seus centros de interesses.” (LÉVY, 1999, p. 100). É importante ressaltar que o *Facebook*, assim como outras

plataformas de interações sociais *online*, não pode ser visto como portador do bem ou do mal, do bom ou do mau, do justo ou do injusto.

Martín-Barbero e Rey (2001) pensam que nesse processo de projeção, fabricação, difusão e consumo dos artefatos midiáticos (trazemos a discussão aos artefatos virtuais), resultam diferentes racionalidades, experiências, intersubjetividades e sociabilidades. Nenhuma delas sendo superiores ou inferiores às outras. Todas diferentes, formando “um ecossistema comunicativo no qual o que emerge é outra cultura, outro modo de ver e de ler, de aprender e conhecer” (p. 60).

É na *web 2.0* que as pessoas podem se comunicar quando o espaço físico coloca empecilhos. São nas comunidades virtuais que as pessoas se relacionam e conseguem, de forma mais eficaz, encontrar outros que possuem o mesmo centro de interesses:

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. [...] longe de serem frias, as relações on-line não excluem as emoções fortes. Além disso, nem a responsabilidade individual nem a opinião pública e seu julgamento desaparecem no ciberespaço. Enfim, é raro que a comunicação por meio de redes de computadores substitua pura e simplesmente os encontros físicos: na maior parte do tempo, é um complemento ou um adicional. [...] A vida de uma comunidade virtual raramente transcorre sem conflitos [...]. Por outro lado, afinidades, alianças intelectuais, até mesmo amizades podem desenvolver-se nos grupos de discussão, exatamente como entre pessoas que se encontram regularmente para conversar. Para seus participantes, os outros membros das comunidades virtuais são o mais humanos possível, pois seu estilo de escrita, suas zonas de competências, suas eventuais tomadas de posição obviamente deixam transparecer suas personalidades. (LÉVY, 1999, p. 127-129).

Pierre Lévy nos mostra como é humano o aspecto do ciberespaço, pois as pessoas se relacionam e seguem regras como em uma sociedade normal. Aquele ou aquela que desobedecer a essas regras pode ser rechaçado pelo restante da comunidade, e até mesmo excluído de determinado grupo. São comunidades que são caracterizadas, dentro ou fora do ciberespaço (pois várias ultrapassam a barreira virtual e produzem ações fora da *web*), pela comunicação entre o grupo, interesses em comum, atividades *online* ou off-line, etc.

Existe uma “partilha de significados em espaços virtuais e por sentimentos de pertença, reciprocidade e identidade.” (AIRES; AZEVEDO, 2010, p. 35). Junto com essa partilha de significados em espaços virtuais, temos que perceber que esses

grupos atuais como o MBL, acabam construindo suas relações sem outras referências, em um círculo com a maioria de pessoas que concordam com suas ideias. É construído um sentimento de pertença da comunidade, que é resultado também de “um sentimento de diferença diante de outras comunidades. Pertencer significa simultaneamente ser incluído em uma comunidade e estar separado e diferenciado de outra” (AIRES; AZEVEDO, 2010, p. 38-39).

O MBL, como outras páginas do *Facebook* que possuem essas características de “comunidades” trabalhadas aqui, expressam esses sentimentos de “pertença” em relação aos outros seguidores da página, e os sentimentos de “diferença” para com os opositores das ideias do MBL. Na conjuntura política atual, expressada nas redes sociais *online*, vemos bem essa diferenciação das páginas. É como se estivessem postos dois lados com características de pertença diferentes. O lado A e o B, o azul e o vermelho, e infelizmente: o lado bom e o mau. A formação de opinião política e histórica atualmente, via *Facebook*, acaba caindo nesse embate. É difícil ver páginas com informações históricas baseadas em historiografia científica fazerem sucesso com suas publicações. O que vemos circulando na sociedade é uma maioria de alegorias históricas totalmente condicionadas, tanto de um lado, quanto de outro. O problema é que um desses lados acaba por aflorar ideias neonazistas na nossa sociedade atual, releituras de momentos históricos como a “Ditadura Militar” sendo vistas como necessárias e “boas” para o nosso país, entre outras ideias mais radicais. Essas comunidades tentam incessantemente estabelecer as diferenças uma para com a outra, de uma forma que se a pessoa está em um desses lados, deve, concomitantemente, concordar com todas as ideias defendidas por este lado, e o mesmo é válido para o outro lado.

Para Robert V. Kozinets (2014), as comunidades virtuais são experiências diárias das pessoas que interagem *online*. Participar de uma comunidade *online* é “um componente comum das vidas sociais das pessoas. A maioria dos membros de comunidades *online* conecta-se com sua comunidade ao menos uma vez ao dia [...]” (p. 20). Tal sucesso das comunidades se dá também pela diversidade de comunidades que existem e abrangem “uma ampla faixa de interesses sociais e culturais humanos” (p. 20). Dentre os temas dessas comunidades, incluem-se: fãs de esportes, de leitura, de filmes, séries televisivas, artistas e bandas, gêneros musicais, celebridades, grupos comunitários, “associações comerciais; grupos políticos e grupos de discussão política” (p. 20). A maioria das pessoas que

participam de comunidades virtuais, que seguem páginas do *Facebook* e apreciam suas postagens com afinco, que se relacionam da maneira que for, *online*, o fazem diariamente. O mundo é culturalmente diversificado, e no ciberespaço podemos encontrar comunidades para cada uma dessas culturas, ou seja: o ciberespaço é tão diversificado quanto o mundo é.

Nos últimos anos da História do Brasil, vimos a retirada de uma presidente democraticamente eleita, através de um processo de *impeachment* criticado por diversos cientistas políticos, juristas, historiadores, etc.; a ascensão de grupos separatistas; campanhas a favor e contra a presidente Dilma, e também a favor e contra a prisão do ex-presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva; logo depois, a condenação do mesmo; entre outros acontecimentos que marcaram a nossa História recente. No meio disso, páginas do *Facebook* foram importantes na formação política e histórica das pessoas. Páginas que, como o MBL, difundiram suas opiniões e obtiveram respaldo dos *web* atores, deixando, em uma plataforma virtual chamada *Facebook*, seus traços na nossa História. Traços estes que tomamos atualmente para estudo da História.

Para finalizar, ainda sobre o ciberespaço, Pierre Lévy nos diz que o ciberespaço “tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação.” (1999, p. 93). E a partir dessa perspectiva de digitalização geral das informações, para o autor, o ciberespaço possivelmente será o “principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século” (LÉVY, 1999, p. 93). Lembrando que Pierre Lévy escreveu este trecho no final do século XX, vemos como o autor argumentou que o ciberespaço se tornaria o principal canal de comunicação e suporte da memória do século em que vivemos (XXI). Atualmente, o ciberespaço já é o canal de comunicação mais utilizado, e pode se tornar o principal suporte da memória da maioria da população. Dessas memórias, especificamente as publicações do *Facebook*, criamos nossos documentos históricos para estudo do Ensino de História no tempo presente.

2.2 Metodologia de captura e análise das fontes

A *web* e suas transformações ao longo de sua História trouxeram inovações para o campo científico. Diversas áreas da ciência foram renovadas devido à

internet, seus instrumentos, sua plataforma não física, sua facilidade de contatar e de se comunicar com as pessoas. Com a Ciência Histórica não foi diferente: a *web* trouxe facilidades e desafios pela frente, sendo que alguns desses desafios estamos enfrentando agora, com diversas páginas que utilizam de ideias com conteúdos históricos não especializados, mas que possuem mais popularidade e um maior alcance do que a Academia. Outros desafios nós já comentamos acima, como a leitura histórica descontínua, a perda da hierarquização de textos, as novas formas de linguagem e comunicação no ciberespaço, entre outros.

Apesar disso, a era da *web* também veio com vários instrumentos que podem auxiliar o trabalho do historiador. Atualmente, “ler, pesquisar e escrever história sem que isso implique, em alguma medida, o uso da internet e dos meios digitais parece hoje assaz difícil.” (ARAÚJO, 2014, p. 161). No tempo presente, todo historiador ativo no campo acadêmico, utiliza da internet. Temos periódicos científicos da História que começaram a produzir suas versões *online*, e também aqueles que já surgiram apenas neste espaço. Revistas de História que são exclusivas do ciberespaço, não existindo a sua versão em impresso.

Sobre os pontos positivos dessa relação entre pesquisa histórica e internet, podemos destacar que várias atividades relacionadas à pesquisa histórica mudaram substancialmente, sendo a partir da incorporação de novas práticas, mas também da alteração das já existentes. Sobre tais inovações, George Zeidan Araújo destaca: “as visitas interativas ao acervo de museus virtuais, a consulta a fontes digitalizadas, a participação em fóruns especializados e redes sociais *online* que discutem temáticas relacionadas à história e à historiografia, etc.” (2014, p. 157). Como vemos, o autor apresenta que a possibilidade que a internet trouxe de o pesquisador conseguir visitar museus virtuais, acessar a fonte da sua casa, participar de debates historiográficos *online*, são benefícios para a História. Nesse quesito, o trabalho do historiador pode ser facilitado dependendo da fonte e do tema que o mesmo estuda. Não precisar se locomover até a fonte para analisá-la é algo inovador e que rompe com diversas barreiras institucionais. Não são todos os programas e nem todos os pesquisadores (principalmente alunos de programas de pós-graduação, seja especialização, mestrado ou doutorado) que possuem recursos financeiros e capacidade de se locomover até o seu documento.

A *web* não auxilia apenas os historiadores que se dedicam ao estudo do Tempo Presente. Um medievalista que pesquisa um quadro na França e não possui

condições de viajar até este país para entrar em contato com a sua fonte, pode ter acesso a esse documento sem sair de sua casa. Nunca devemos esquecer-nos do método histórico, é claro. Mesmo com todas essas facilidades que a *web* traz, devemos lembrar que o método crítico da História deve ser mantido e aplicado às fontes virtuais.

Falando especificamente da nossa fonte, ela não se caracteriza como um documento que existia no mundo não virtual e depois foi digitalizado. A página que estudamos nasceu no ciberespaço, dentro do *Facebook*, por isso se caracteriza como um tipo novo de fonte que não existe na versão impressa. “O texto eletrônico, tal qual o conhecemos, é um texto móvel, maleável, aberto. [...] Pode deslocar, recortar, estender, recompor as unidades textuais das quais se apodera” (CHARTIER, 2002, p. 25). Ou seja, podemos denominá-la como uma fonte com caráter movedição, pois, em um momento está de uma forma, e no dia seguinte, pode ser sido modificada. A fonte pode mudar sem aviso prévio, dificultando o trabalho do historiador, que ainda utiliza métodos antigos para analisar o que é novo. É uma fonte que se modifica constantemente e com rapidez.

Devido a essa dificuldade de pesquisar a fonte em um ambiente *online*, Fábio Chang de Almeida diz que:

[...] o pesquisador do Tempo Presente tem acesso exclusivo a esse material, pois ele só é acessível em uma restrita janela temporal. Como se estivesse em um trabalho de “arqueologia do salvamento”, o historiador torna-se responsável pela análise e também pela preservação da informação. Não fosse a sua intervenção, o documento poderia ser perdido em caráter definitivo. (2011, p. 16).

O autor mostra que precisamos fazer este trabalho de “arqueologia do salvamento”, que em suma seria a modificação dessas fontes para o ambiente off-line. Muitos sites são retirados do ar, excluídos e modificados, e, no nosso tempo e com as ferramentas que temos atualmente, precisamos salvar nossos documentos em ambientes off-line. Depois de selecionar as fontes, utilizamos o recurso *print screen* do computador para transformar as publicações do MBL em imagens congeladas. Levamos em conta que as publicações do *Facebook* não podem ser contidas somente em imagens, pois muitas delas são acompanhadas de vídeos ou de documentos sonoros. De qualquer forma, esta foi a maneira que achamos de poder criar um “acervo” dos nossos documentos, para que não houvesse nenhum

perigo destes serem excluídos ou desaparecerem, qualquer que fossem os motivos¹⁵. Temos uma fonte que é móvel, e pensamos ser necessário este processo de salvamento, como nos mostraram outros autores.

2.2.1 A Netnografia em um estudo de História

Utilizamos das discussões a respeito da netnografia para nos ajudar na análise das fontes. O termo “netnografia” foi cunhado em 1995 por pesquisadores norte americanos (AMARAL, et al, 2008, p. 34) e tem relação principalmente com a área do *marketing* e outras pesquisas relacionadas ao consumo (KOZINETS, 2014, p. 10). Ou seja, é um termo que os pesquisadores do espaço virtual resolveram emprestar de outras áreas porque o acharam apropriado.

É um campo metodológico novo, que se altera e se constrói a cada nova pesquisa que o adere. Alguns preferem o termo “etnografia virtual”, e outros o “netnografia”; mas é importante lembrar que estamos tratando da mesma metodologia. Por ser um campo relativamente novo, “a etnografia virtual ou netnografia é um processo que se desenvolve a partir da ação do pesquisador, de suas escolhas dentro do contexto pesquisado e, por isso, não tem uma estrutura rígida [...]” (GUTIERREZ, 2009, p. 04). Não existe um método certo a ser seguido, pois, a interface do ciberespaço muda constantemente, e com isso, também os métodos que são utilizados nas pesquisas. Desta maneira, utilizamos da netnografia como uma metodologia adaptativa (AMARAL, et al, 2008, p. 37).

Para Robert V. Kozinets, estudioso da netnografia voltada ao consumo de comunidades e da cultura da internet, a netnografia pode ser definida como uma: “pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo *online*. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal.” (2014, p. 61-62). Assim como em qualquer outra etnografia, a netnografia partirá de uma observação para a inclusão de outros elementos na metodologia da pesquisa, como entrevistas, grupos focais, arquivamentos, etc. No caso do nosso trabalho,

¹⁵ Como exemplo: durante a pesquisa da página *Revoltados ON LINE*, no Trabalho de Conclusão de Curso em História pela UEL, já citado neste texto, a página foi bloqueada pelo *Facebook* por meio do pedido do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. As fontes que utilizamos para o trabalho naquele momento já haviam sido salvas, mas foi impossibilitado qualquer acesso à página novamente, não sendo mais possível coletar novos dados sobre o crescimento do grupo.

como ficará mais claro, optou-se por arquivar em ambiente off-line, através de imagens, as publicações e os comentários que analisaremos do MBL. Também a partir da netnografia, percebemos que caberia no trabalho a utilização da metodologia do Discurso do Sujeito-Coletivo (DSC), que veremos logo em seguida.

Percebemos que o autor privilegia a netnografia como uma metodologia participativa embasada na etnografia, enxergando-a com suas práticas próprias. Mas, como vimos anteriormente, é um método adaptativo e que deve variar de acordo com as pesquisas. Muitos pesquisadores que usam da netnografia se utilizam dessa observação participante, mas “isto não impede que eles também pesquisem ambientes já encerrados, não estando presentes *on-line* junto aos sujeitos da pesquisa.” (FRANCO, 2014, p. 95). No nosso caso, nós buscamos analisar aquilo que já está publicado, sem a intervenção com perguntas ou entrevistas. Não interferimos para conseguir a nossa fonte, e dessa forma, utilizamos de instrumentos metodológicos de uma netnografia não participante. Os documentos são publicações e comentários dos *web* atores que foram escritos e publicados *online* sem nenhuma pergunta do pesquisador os mediando. É como se fosse aberta “uma janela ao olhar do pesquisador sobre comportamentos naturais de uma comunidade durante seu funcionamento, fora de um espaço fabricado para pesquisa [...]” (AMARAL, et al, 2008, p. 36).

Para Suzana de Souza Gutierrez (2009), uma das principais diferenças entre a netnografia e a etnografia tradicional, é que a primeira não exige a presença física do pesquisador. “Assim, a abordagem inicial, a chegada ao campo de pesquisa, assume um formato diferente. Se não houver interação, o pesquisador poderá passar despercebido, por exemplo.” (p. 11). Quando se fala em pesquisas com interação *online*, estas também dependem das peculiaridades de cada tecnologia, pois é a estrutura da plataforma que mostra as possibilidades e os empecilhos de se pesquisar ali.

A autora descreve o que acontece, por exemplo, em nosso trabalho. Não exigindo a presença física do pesquisador, nós acabamos passando despercebidos, pois não há intervenção na comunidade. Ainda assim, para um trabalho comprometido e metódico, passamos boa parte do nosso dia acompanhando as publicações e os comentários, percebendo as principais preocupações e objetivos da página, e como isso é recebido pelo seu público *online*.

No nosso trabalho, a netnografia tem como função nos auxiliar a compreender as práticas culturais complexas que se desenvolveram no ciberespaço, trabalhando com “ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos” (KOZINETS, 2014, p. 31). A cibercultura expressa em sua prática regras, significados, ações, etc. A netnografia é o aparato metodológico que vai nos ajudar a investigar tais elementos. É uma metodologia que leva em conta “os processos de sociabilidade e os fenômenos comunicacionais que envolvem as representações do homem dentro das comunidades virtuais [...]” (AMARAL, et al, 2008, p. 35).

Outro elemento importante de ser mencionado, que é trazido pela discussão da netnografia, é que as pesquisas de comunidades virtuais, de *websites*, de páginas do *Facebook* (tomando aqui o MBL como um grupo, um coletivo de pessoas), geralmente, não dão conta da comunidade inteira. Da mesma forma, no nosso trabalho, não analisamos o MBL como um todo, não temos nem como fazer isso. É claro que vamos especificar suas origens, sua trajetória histórica, a fim de explicitar o máximo de informações pesquisadas possíveis. Ainda assim, é preciso lembrar que existe um recorte temporal dentro do espaço do *Facebook* e da página do MBL. Por isso, temos que ter consciência de que analisamos “um recorte comunicacional das atividades de uma comunidade *online*, e não a comunidade em si [...]” (AMARAL, et al, 2008, p. 39).

Na atual dissertação, o período escolhido para análise foi o ano de 2017. Após as manifestações de 2014 (antes e após as eleições), que se agravaram nos anos de 2015 e 2016, com grande força vinda das redes sociais *online*, e conseqüentemente, a aprovação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em agosto de 2016, o ano de 2017 veio para que essas páginas que se dedicaram tanto contra a ex-presidente tivessem que pensar em algo novo para agir. Muitas delas diminuíram sua atividade *online*, outras foram bloqueadas (como é o caso da nossa antiga fonte de estudo, os *Revoltados ON LINE*), e as mais ativas, como o MBL, tiveram que mudar o seu alvo, reestabelecer os seus objetivos. No ano de 2017, essas e outras páginas que surgiram, empenharam-se em defender a prisão de Lula, outro ex-presidente petista caçado por muitos. A cruzada em favor da prisão de Lula já era mais um motivo para que as páginas de direita continuassem ativas, publicando, disseminando e formando opiniões. E claro, o mais importante, movimentando dinheiro para o seu próprio bolso. A prisão do ex-presidente Lula

ocorreu no dia 07 de abril de 2018¹⁶, após diversas campanhas a favor e contra tal ato, manifestações de rua, discussões na *web*, entre outros. De qualquer forma, as redes sociais tornaram-se palco dos embates políticos no Brasil contemporâneo, desde as Jornadas de Junho de 2013, as manifestações pró e contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e o mesmo para a prisão de Lula. Um dos diversos pontos de semelhança desses dois últimos acontecimentos é a atuação do MBL.

A página, além de toda a campanha em favor da prisão do Lula, aproveitou o ano para mostrar ao que veio. Veremos as ideias do grupo mais especificamente no tópico sobre a página, mas cabe dizer aqui que 2017 foi um ano significativo para o MBL, que dobrou seu número de seguidores, e difundiu diversas ideias sobre o Livre Mercado, defendendo o Estado Mínimo, criticando o Comunismo, a suposta “Ditadura de Esquerda” em que vivíamos, entre outras ideias. Foi o ano de posse dos vereadores que o grupo apoiou, e também o ano de suas primeiras ações na política dentro do campo executivo e legislativo (municipal). Por isso, pensando na importância do ano para o grupo, buscamos, através do próprio filtro de pesquisa do *Facebook*, as publicações que tinham relação com a palavra-chave “Nazismo”.

Diferente de outros trabalhos que já produzimos (inclusive a pesquisa sobre os *Revoltados ON LINE* já citada aqui), no qual o objetivo era um levantamento geral das ideias veiculadas por páginas do *Facebook*, nesta pesquisa o tema foi selecionado anteriormente. As difusões e releituras publicadas de “Nazismo” chamaram a nossa atenção para estudo desse conhecimento histórico que circula na sociedade. Assim, buscamos a palavra “Nazismo” diretamente na página do MBL, a partir do filtro de busca do *Facebook*, e selecionamos as publicações significativas do ano de 2017. Foram 09 as que apareceram com repercussão e ao mesmo tempo com relação à temática pesquisada, no período de janeiro a agosto de 2017. “Nazismo” e “Comunismo” foram (em 2017) e ainda são termos constantes nas discussões da página.

Das publicações selecionadas, nem todas fazem uso da palavra “Nazismo” diretamente. Mas todas expressam alguma opinião, direta ou indiretamente, da ideia de Nazismo difundida pela página. Então preferimos optar pela investigação do uso da ideia de Nazismo, e não da palavra. Por este filtro de busca, concomitantemente,

¹⁶ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/lula-se-entrega-%C3%A0-pol%C3%ADcia-federal/a-43293959>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

vieram publicações que ao falar de Nazismo, forçavam uma comparação ao comunismo. Tínhamos uma hipótese de que isso ocorreria, mas com o filtro de busca e as publicações já selecionadas, nossa hipótese foi confirmada. De qualquer maneira, para sermos objetivos, a pesquisa se dedicará exclusivamente à ideia de Nazismo. É claro que quando necessário, traremos essa comparação feita pela página nos nossos estudos.

2.2.2 O Discurso do Sujeito Coletivo e a produção do discurso-síntese

A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi produzida na Universidade de São Paulo, e desde os anos de 1990 vem sendo utilizada em pesquisas de representação social, pesquisas de opinião, de atribuição social de sentido, entre outras. Tal metodologia serve ao propósito de reunir depoimentos verbais e não-verbais em discursos-síntese, pensando que em qualquer sociedade os indivíduos compartilham e também divergem em noções, opiniões, ideias e representações. Devido a isso, estas noções podem ser percebidas conforme “padrões”, fazendo o pensamento coletivo “falar diretamente” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 24). A própria produção deste discurso-síntese acaba sendo uma forma de categorizar os resultados. É uma forma de reconhecer, diferenciar, e classificar aproximadamente as representações sociais.

Na metodologia do DSC, a pesquisa é realizada a partir de diversas opiniões que se assemelham sobre um determinado tema. Assim, a produção do discurso-síntese seria um resumo dessas ideias, ou como o próprio termo denuncia, uma “síntese” da soma de todas essas opiniões na forma de um discurso, e por isso, um discurso-síntese.

Para Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre (2012), tal método possibilita um ganho significativo de qualidade nas pesquisas, uma vez que “os resultados podem ser generalizados e aparecem, numa escala coletiva, como uma opinião naturalmente se apresenta, isto é, como depoimento sob a forma de discurso” (p. 16). No método em questão não se usa da diferença entre o qualitativo e o quantitativo, adaptando os termos para a criação de um método “qualiquantitativo”, pois durante toda a pesquisa, “fica preservada a natureza essencialmente discursiva e qualitativa da opinião ou representação e, inseparável dela, a dimensão quantitativa, associada à representatividade e generalização dos resultados” (p. 16).

Como podemos ver, os autores chamam atenção para os resultados aparecerem na forma de depoimento sob a forma de discurso. Outro ponto é a admissão de um trabalho que leve em conta não só a parte qualitativa ou quantitativa dos resultados, mas as duas. É qualitativa devido ao conteúdo dos discursos, analisados separadamente e de acordo com cada opinião, que juntas, montam apenas um discurso qualitativo; e é quantitativa dado que o discurso tem uma expressão numérica, “considerando-se que as sociedades são coletividades de indivíduos que compartilham ideias e opiniões disponíveis.” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 18).

Assim, consideramos cada comentário publicado pelos *web* atores que geralmente participam ativamente das discussões nas publicações do MBL. Todos os comentários publicados nas postagens que analisamos foram lidos e categorizados, para que nos resultados finais, fosse possível a elaboração de um discurso-síntese sobre a ideia e o uso do Nazismo pela página do MBL. É como se, metodologicamente, juntássemos todas as opiniões que se assemelham, tirássemos aquilo que não é necessário para o estudo, e apresentássemos como um único discurso. É bom deixar claro que este discurso será de autoria nossa, é claro, produzido de acordo com os resultados da pesquisa qualiquantitativa que realizamos das publicações.

Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre explicam:

E não há nenhum “truque” nisso: o DSC é o desdobramento natural do seguinte raciocínio lógico: se, em qualquer sociedade (como todos sabem), os indivíduos compartilham ideias, opiniões, crenças ou representações, a expressão dessas opiniões compartilhadas poderia comportar a *reunião em discursos-síntese dos conteúdos e argumentos que conformam essas opiniões semelhantes*. Ou, dito de outro modo, se os sentidos dos depoimentos podem ser semelhantes, o mesmo poderia ser dito dos conteúdos em que tais sentidos se desdobram. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 17).

É partindo dessa perspectiva de que os sujeitos compartilham ideias parecidas sobre um determinado tema, que temos uma oportunidade de uso da metodologia do DSC. Ao final, teremos produzido um discurso-síntese que conforma essas opiniões semelhantes em um único texto como se fosse um depoimento coletivo construído “com estratos literais do conteúdo mais significativo dos diferentes depoimentos que apresentam sentidos semelhantes.” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 17).

Para finalizar o capítulo e o tópico sobre a metodologia do DSC, Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre ainda chamam a atenção para a necessidade de “depurar o discurso de tudo o que é irrelevante”, para que possamos ficar o mais próximo possível da “essência do pensamento” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 74). Na confecção do discurso-síntese sobre a ideia e o uso do Nazismo pelo MBL, o foco está em deixar especificamente os principais pensamentos da página (e de seus seguidores) sobre o Nazismo. O discurso-síntese, como veremos, será composto por trechos dos documentos originais e ignorando aquilo que não acrescenta na pesquisa.

Portanto, a produção do discurso-síntese, neste trabalho, se resumirá em um breve texto no final das análises que sintetizará tudo o que compõe a ideia de Nazismo que foi veiculada pela página e por seus comentadores. As oposições, apresentaremos na hora na análise, mas não categorizaremos em um discurso-síntese. Embora haja essa similaridade nas narrativas que possibilitam a criação de um discurso-síntese somando os comentários dos usuários do *Facebook*, é necessário salientar que existe um produtor principal das páginas, aqueles que escreveram as publicações (o grupo principal do MBL) e os financiadores, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 03 - A REDE SOCIAL FACEBOOK E AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E AÇÕES DO MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Neste capítulo apresentaremos um pouco da História do *Facebook*, mas focaremos em expor suas principais características e suas ferramentas, das quais o MBL utiliza para atuar em rede e difundir suas opiniões. Para tal tópico, também traremos alguns dados sobre os usuários da internet em geral, enfocando também no Brasil e em quantos destes usuários se utilizam da rede social *Facebook*.

Posteriormente, estudaremos o *MBL – Movimento Brasil Livre* mais a fundo, mostrando suas ações, seus idealizadores, principais representantes e objetivos. O MBL atuou na política brasileira não só a partir de manifestações *online*, mas com vitória nas eleições municipais de 2016 e nas eleições gerais de 2018, colocando representantes do movimento em várias cidades do país. Por fim, apresentaremos duas instituições que compõem uma rede maior de ligações do MBL. Estas instituições são a *Atlas Network* e os *Estudantes Pela Liberdade*, financiadores diretos do MBL e de suas ideias.

3.1 O Facebook e as suas possibilidades

O *Facebook* é uma rede social *online* criada em fevereiro de 2004, mas aberta ao público apenas em 2006. A rede social foi fundada por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, apesar de Zuckerberg ser o principal criador e conhecido mundialmente pelo feito. A História do *Facebook* é ainda um impasse, sendo que “existem poucas fontes fidedignas acerca da história desta rede social [...]” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 169). Principalmente sobre a relação dos criadores, existindo posteriormente denúncias de traição contra Mark Zuckerberg, e outras tentativas de desqualificar a imagem do *Facebook*. Não nos deteremos a respeito desta situação, interessando-nos apenas expor ao leitor as principais características da rede social *Facebook*.

Para Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia e Maria Faia Rafael Moreira (2014), o *Facebook* é definido como um *website* capaz de interligar as páginas de perfis dos seus usuários. “Tipicamente, é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores” (p. 168). Com isso, aqueles que se

conectam via *Facebook* podem acessar essas informações publicadas pelos outros perfis categorizados de “amigos”. Atualmente existem diversos aplicativos funcionando dentro do próprio *Facebook*, relacionados a compras, publicidade, jogos, entretenimento, entre outros. Mas em suma, para os autores, as características principais se resumem em três tipos de atividades: “publicar informação pessoal relevante numa página individual com o seu perfil, ligar-se a outros utilizadores e criar listas de amigos, e interagir com outros utilizadores [...]” (p. 168).

Continuando na ideia dos autores acima, no Facebook também é possível patrocinar as suas publicações caso elas sejam propagandas de algum produto (ou opinião política, por exemplo), para que a informação chegue até mais pessoas do que o seu círculo de conexão (não só às pessoas que você se conecta pelo *Facebook*, chamadas de “amigos”). Por isso, é possível vender diversos tipos de produtos *online* pelo *Facebook*. Mas esta ferramenta também pode ser utilizada para uma maior propagação das ideias das páginas, como faz o MBL.

Na sua criação, o *Facebook* não possuía as características e os objetivos que tem atualmente. Tal mudança está associada também ao *Facemash*, um *website* que foi colocado no ar em outubro de 2003 por Zuckerberg, Hughes e Moskovitz. Era um site que “permitia aos seus visitantes votar na pessoa mais atraente, com base em duas fotografias de estudantes, apresentadas lado a lado [...]” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 169). Tais fotografias eram retiradas da base de dados de Harvard, a instituição que Zuckerberg era estudante do curso de Psicologia. E inicialmente a rede social era de uso exclusivo para os estudantes desta mesma instituição. Mas o *Facemash* foi desativado pela universidade que acusou os estudantes de violarem as regras de segurança informática.

É só no ano seguinte, em janeiro de 2004, que “Zuckerberg começa a definir o código para um novo *website* com o nome *Thefacebook*, referindo num artigo do jornal diário, *Harvard Crimson*, que o incidente do *Facemash* serviu de inspiração para a criação do *Thefacebook* [...]” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 170). Mas o propósito, desta vez, era produzir um *website* que estivesse de acordo com todas as regras de segurança e privacidade de Harvard. No mês seguinte é colocado *online* o *website Thefacebook*. Em 2005, o nome “*Thefacebook*” é substituído apenas por “*Facebook*”, como conhecemos atualmente. E devido ao seu crescimento numeroso em questão de inscritos, no ano de 2006 a rede social é aberta ao público geral,

“com o alargamento da permissão de acesso a qualquer internauta com idade superior a 13 anos e com um endereço de *e-mail* válido.” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 171).

Desde 2004, o ano oficial de sua criação, o *Facebook* vem sendo um sucesso tremendo, com milhões de inscrições diárias e uma das redes sociais mais populares do mundo. O que era “no início uma simples galeria eletrônica de fotos para estudantes universitários, expandiu-se grandemente por volta de 2006 e conheceu um grande sucesso.” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 34). Atualmente, os dados que temos mostram que o *Facebook* tem 1.979.703.530¹⁷ perfis cadastrados no mundo. Considerando aproximadamente este número, em um anúncio de 2016, o *Facebook* já havia dito que tinha chego à marca de 1 bilhão de usuários conectados todos os dias¹⁸. Esse número provavelmente aumentou, considerando que o número de inscrições da rede social continuou a subir.

No Brasil, temos uma população de aproximadamente 210 milhões de pessoas (2018). Já o número de pessoas com acesso à internet é próximo de 149.057.635 (Dezembro de 2017). E, por último, o número de usuários do *Facebook* é cerca de 139 milhões (Dezembro de 2017)¹⁹. Vemos que em torno de 10 milhões de pessoas é o número que diferencia, no Brasil, aqueles que têm acesso à internet, daqueles que na internet, utilizam o *Facebook*. Atualmente, é a rede social que tem o maior número de usuários no mundo, e por consequência, o maior alcance da informação. O *Facebook* é gratuito para o usuário, gerando receita principalmente a partir dos anúncios e das propagandas, tanto de empresas com considerável capital, quanto ao que já comentamos de os usuários poderem patrocinar as suas publicações.

Como nos mostra Pisani e Piotet, não são só os jovens que utilizam as redes sociais *online*. “Se o MySpace é marcado pela juventude de sua população, em parte pela presença da forte cultura musical que o sustenta, um site como o Facebook, vindo da cultura universitária, apresenta uma maior mistura” (2010, p. 44). Com a abertura da rede social em setembro de 2006 para um público mais

¹⁷ Disponível em: <<https://www.internetworldstats.com/facebook.htm>>. Acesso em 28 de janeiro de 2019.

¹⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.html>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

¹⁹ Todos os dados deste parágrafo foram fornecidos pelo site da Internet World Stats, na partição destinada ao Brasil. Disponível em: <<https://www.internetworldstats.com/south.htm#br>>. Acesso em 28 de janeiro de 2019.

amplo, o *Facebook* recebeu muitos jovens na sua plataforma, mas também pessoas mais velhas. Para Pisani e Piotet, isso fez com que não houvesse uma ruptura de gerações, o que acarretou no *Facebook* tornar-se, em menos de um ano, “um dos sites mais utilizados no mundo, não somente graças aos jovens que o usam, mas também graças à reunião de todos os outros que ali encontram um interesse real” (2010, p. 44).

Pisani e Piotet nos atentam para essa não quebra de gerações, responsável pelo *Facebook* conseguir aderir um público mais diverso. A cultura é jovem, é claro, e os jovens também são os mais numerosos, mas isso não impede a rede social de ter um público mais adulto. Isso ocorre devido também à sua capacidade de abranger tantas comunidades, tantos grupos de pessoas e tipos de cultura. No *Facebook* existem páginas tanto mais sérias, quanto mais voltadas ao entretenimento. Páginas destinadas apenas à difusão de informações políticas, religiosas, atualidades do mundo, entre outras; mas também as páginas que dedicam todas as suas publicações para o entretenimento, à diversão, e aos memes²⁰. “O mundo social da Internet é tão diverso e contraditório quanto a própria sociedade.” (CASTELLS, 2003, p. 48).

Falando um pouco da interface do *Facebook*, este é formado principalmente pela “página de perfil” do usuário e o “*feed* de notícias”. Cada usuário se cadastra no site, e conseqüentemente possui uma página de perfil, podendo colocar uma foto sua para o perfil, suas atividades profissionais, os estudos, os gostos, etc. No perfil, também podemos acessar todas as fotos que estão no álbum do usuário, os vídeos, e o que mais ele publicar no *Facebook*. “A página de perfil do Facebook é uma tela em branco sobre a qual o utilizador tem total liberdade para construir, publicamente ou semi-publicamente, uma imagem de si próprio.” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 181). Mas é no *feed* de notícias que os usuários passam a maior parte do seu tempo, entrando em contato com o mundo da rede social *online* da qual atuam.

Quando o usuário acessa o *Facebook*, é ao *feed* de notícias que ele é conectado, “ao invés de ver o seu perfil, é-lhe apresentada uma listagem das ações

²⁰ Janderson Toth e Viktor Chagas Mendes comentam que “Dez entre dez artigos que se incumbem de definir conceitualmente o que é um meme fazem referência ao trabalho seminal de Richard Dawkins [...]. O autor é reconhecidamente o criador do termo, a partir de uma abreviação do grego *mimeme* [...]. Sua intenção era estabelecer um paralelo com o conceito de gene, apresentando o meme como uma unidade de transmissão cultural ou imitação (social). [...] Mas, quando adotamos o termo ‘meme’ para nomear conteúdos que circulam pela internet, como piadas imagéticas ou audiovisuais, o meme deixa de ser algo que se reproduz através de uma mídia e passa a ser encarado, ele próprio, como mídia.” (2016, p. 213-214).

e atualizações feitas na rede, por todos os amigos (incluindo alterações de perfil, atualizações de aniversários e de eventos)” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 174).

Os autores mostraram as funcionalidades do *feed* de notícias, que em suma, é apresentar ao usuário as atualizações de todos os seus amigos e das páginas que este curte e segue no *Facebook*. Várias mudanças já ocorreram na interface do *Facebook*, e como já vimos, as fontes virtuais mudam rápido e sem aviso prévio. Atualmente, não utilizamos mais a expressão “*feed* de notícias” para falar deste lugar comum de atualizações do *Facebook*. A partir do final de 2011 passou a vigorar o que é conhecido como “*timeline*”, ou, “linha do tempo”, em português. Em suma, a linha do tempo passou a ser “o novo espaço virtual onde todo o conteúdo gerado pelos utilizadores do Facebook se encontra organizado e é exibido [...]” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 176).

No final de 2012, a linha do tempo deixou de ser uma opção facultativa, para se tornar obrigatória a todas as páginas do *Facebook*, contrariando muita gente que gostava da interface antiga. É na linha do tempo que os usuários do *Facebook* entram em contato com todas as atualizações dos amigos e das páginas com as quais eles estão conectados, e também com as propagandas patrocinadas de milhares de empresas. “Na cronologia, as fotografias, os vídeos e os comentários do utilizador são categorizados de acordo com a data em que foram publicados.” (CORREIA; MOREIRA, 2014, p. 177).

Cada linha do tempo é diferente para cada usuário do *Facebook*. O que aparece na sua linha do tempo é direcionado a partir do seu centro de interesses e de amigos conectados. Isso significa que as atualizações dos amigos que você tem no *Facebook* vão aparecer na sua linha do tempo juntamente com as das páginas que você curte (bares, futebol, política, religião, memes, entre outros). O que vai aparecer de informação nova para você, de propaganda e anúncios, será direcionado a partir da opção de botão “gosto”, ou como é mais conhecido: o “*like*”. Atualmente, existem outras “reações” possíveis no *Facebook*, e não só a reação de gostar de uma publicação. O botão gosto, o mais antigo e o mais conhecido, aponta o número de “curtidas” que uma página ou uma publicação possui. Além dele, existem mais outras cinco reações: “Amei”, “Haha”, “Uau”, “Triste” e “Grr”. Junto com o botão “Curtir” (ou “gosto”), representam as seis formas de reação do *Facebook*. O botão “Amei” deixa explícito o seu significado, sendo o “Haha” para aquilo que o *web*

ator acha engraçado, o “Uau” para o que é impressionante, o “Triste” o nome também já explica, e por último, o “Grr”, que expressa alguma forma de raiva.

O *web* ator pode utilizar dessas reações a vontade, de acordo com o que ele pensa sobre cada publicação, pessoa, fotografia, vídeo, entre outros. Cabe a ele “reagir” ao que o *Facebook* apresenta na sua própria linha do tempo e, assim, o *Facebook* vai direcionando as publicações e as propagandas certas para o *web* ator. Muitos podem não dar importância às reações, mas são elas que direcionam não só a informação que o *web* ator entra em contato no *Facebook* (a partir do seu próprio centro de interesses), e também são as fontes principais para o mercado interno do *Facebook*. É a partir das reações do usuário que o *Facebook* direciona o anúncio que mais combina com o mesmo. É por isso que na linha do tempo de cada *web* ator é possível encontrar a maioria dos produtos que o mesmo tem interesse em comprar, e a maioria das notícias e publicações que este *web* ator tem interesse em ter contato. É tudo direcionado a partir do centro de interesses do usuário que reage, mostrando aquilo que gosta, que ama, e o que não gosta.

O *Facebook* é um dos principais exemplos de que na *web*, e também em relação às tecnologias em geral, os usuários fazem toda a diferença. “O criador do Facebook procurava simplesmente construir uma comunidade virtual da própria universidade [...]”, mas as mudanças que a plataforma sofreu, suas atualizações de interface e de utilidades foram, em sua maioria, definidas de acordo com os usos (e novos usos) que os usuários fizeram da rede social. “Foram os usuários que decidiram!” (PISANI; PIOTET, 2010, p. 48). São estes que desenham o futuro da internet, dando usos inimagináveis às tecnologias da informação. Falando da internet como um todo, Manuel Castells a define como uma criação cultural, uma “rede de comunicação global, mas seu uso e sua realidade em evolução são produto da ação humana [...]” (2003, p. 12). Os *web* atores do presente, ao atuar em rede, ao participar de discussões do *Facebook*, desenham a *web* de amanhã. Ao atuar em rede, dão novas funcionalidades às tecnologias e novos rumos à internet.

3.2 O MBL – Movimento Brasil Livre

O MBL – Movimento Brasil Livre é uma página²¹ da rede social *online* *Facebook* criada no dia 01 de novembro de 2014. A página possui 3.256.699 curtidas, e 3.413.935 seguidores. O MBL também possui contas em outras redes sociais, tais como: *Instagram*²², *Twitter*²³, e *YouTube*²⁴, além do seu *website* principal²⁵. Mas como já dissemos, nosso foco está especificamente na página do *Facebook*. Muito pouco se sabia sobre o grupo além das informações expostas na página do *Facebook* e nas outras redes sociais. Atualmente, devido ao sucesso que o MBL vem conseguindo com seus seguidores, alcançando um cenário político nacional, a página chamou a atenção de vários estudiosos de diferentes áreas que nos ajudaram aqui a entender um pouco mais o que é esse grupo, quais os seus interesses e seus principais investidores. Começamos a acompanhar o MBL com olhos voltados para a pesquisa desde 2016, e naquele ano a página possuía 1.347.061 curtidas. Em 2017, este número subiu para 2.272.180, e em 2018, para 2.716.678. No ano de 2018, durante as campanhas políticas do segundo turno das eleições para a presidência da República, e conseqüentemente após os resultados da mesma, o MBL atingiu o número de 3 milhões de curtidas. Finalizaremos nossa contagem com o início do ano de 2019, apresentando a página com os números já citados anteriormente: 3.256.699 curtidas.

Apresentaremos tais números em uma tabela para percebermos o aumento do público do MBL nos últimos anos:

Tabela 1: Progressão de curtidas do MBL entre 2016 e 2019.

ANO	CURTIDAS
2016	1.347.061
2017	2.272.180
2018	2.716.678
2019	3.256.699

A porcentagem de aumento entre os números de 2016 e 2019 foi de 141,8%, representando um crescimento de 1.909.638 curtidas ao longo desses anos. O MBL

²¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

²² Disponível em: <<https://www.instagram.com/mblivre/>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

²³ Disponível em: <<https://twitter.com/mblivre>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

²⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWAQg3AOCCFDCOYw/featured>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

²⁵ Disponível em: <<http://www.mbl.org.br/>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

é uma das páginas mais acessadas do *Facebook* brasileiro que falam de política nessa forma de coletivo, de grupo de pressão. Junto com o MBL, nas manifestações em defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff, a página *Vem Pra Rua Brasil*²⁶ também se destacou, possuindo atualmente 2.081.220 curtidas no *Facebook*. Uma pesquisa de 2016 mostrou que as páginas mais curtidas no Brasil eram, em sua maioria, as de artistas, predominando os jogadores de futebol²⁷. A página do jogador Neymar da Silva Santos Júnior era a mais curtida, com 56.424.860. Atualmente, esta se encontra com 60.372.381 curtidas²⁸. O mundo do futebol no Brasil ainda interessa mais ao público do que o da política, na qual Jair Bolsonaro, uma das figuras mais populares do país, possui 9.473.539 curtidas²⁹. A própria rede de comunicação *Esporte Interativo*³⁰ possui 17.076.714 curtidas, ultrapassando a do presidente do país. Vemos que no ambiente político brasileiro o MBL é popular, já que é exceção uma página sobre política (ou de algum político) passar dos 10 milhões de curtidas no Brasil. Acumular seus 3 milhões de curtidas já é um feito considerável.

O movimento que, desde 2014, destacou-se organizando manifestações de rua contra o governo petista de Dilma Rousseff, assistiu, com considerável protagonismo, a efetivação do processo de *impeachment* da mesma presidente em 2016. A partir da difusão de suas ideias *online*, vendeu uma imagem estereotipada do PT e de Dilma Rousseff, buscando fazer relações do partido e da ex-presidente com momentos polêmicos da História. Por se considerarem liberais, tomam o socialismo como o maior mal do mundo, e dedicam a maioria das suas postagens para menosprezar a esquerda e tudo que a ela está relacionado.

Para fortalecer os seus argumentos, tomam o Nazismo como “claramente” de esquerda. Buscam reforçar esta ideia muitas vezes com os mais variados argumentos, fazendo com que não haja outra opção senão as ideias do próprio grupo. Dessa maneira, difundem ideias neoliberais de um lado, e conservadoras de outro, pelas redes sociais, mas também a partir de palestras e entrevistas em vários locais, já alcançando inclusive, muitas universidades.

²⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/vempraru.net/>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

²⁷ KLEINA, Nilton. As 10 páginas mais populares do Facebook no Brasil e no mundo [vídeo]. **TecMundo**, 15/04/2016. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/facebook/103611-10-paginas-populares-facebook-brasil-no-mundo-video.htm>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/neymarjr/>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

²⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

³⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/esporteinterativo/>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

Os integrantes mais famosos do MBL, aqueles que mais aparecem nas redes sociais e ficaram marcados como “a cara” do movimento, são: Kim Kataguirí, Fernando Holiday e Arthur do Val. Os dois primeiros ficaram mais conhecidos nas redes sociais justamente por causa do MBL, sendo que Arthur do Val apareceu depois como um “sócio-amigo”, após fazer sucesso com seus vídeos no *YouTube* defendendo as mesmas opiniões que o MBL.

Arthur Moledo do Val, que estudou Engenharia Química na Escola de Engenharia Mauá, devido às “dificuldades em empreender no Brasil”, em 2015 criou seu canal no *YouTube* com os interesses voltados para a política³¹. Com o seu canal³², ficou conhecido por invadir manifestações de esquerda e tentar expor as “ideias sem sentido” de tais manifestações. A direita brasileira gostou de seu método, e logo em seguida o MBL e Arthur do Val já estavam realizando trabalhos em parceria. Não podemos deixar de lado o Renan Santos, que mesmo não tendo uma visibilidade equivalente a de seus companheiros nas redes sociais, este último tem tanta importância quanto os outros, sendo um dos idealizadores do movimento ao lado de Kim Kataguirí, e co-fundador do MBL.

Fernando Silva Bispo, mais conhecido como Fernando Holiday, atualmente é vereador da cidade de São Paulo pelo partido Democratas (DEM) e estudante de direito pelo IDP – Instituto de Direito Público³³. Também coordenador do MBL, conseguiu sua candidatura justamente pela difusão das suas ideias pela página do MBL. Holiday é um dos primeiros políticos que o MBL conseguiu eleger no Brasil, mas falaremos dessa atuação política mais adiante. O que marca a liderança de Fernando Holiday no MBL é a crítica que sofre da esquerda por ser negro, homossexual, e lutar contra os movimentos negros³⁴ e LGBT³⁵ no Brasil e no mundo. É uma das maiores controvérsias do vereador, mas faz sentido para o MBL ter esta representatividade como uma tentativa de também alcançar o público negro e pessoas que são do grupo LGBT. O problema é que na maioria das publicações

³¹ Disponível em: <<https://www.linkedin.com.br/lp-profile/Arthur+do+Val/>>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³² Canal de título “Mamaefalei”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCkSjy-IOEq-eMtarZI2uH1Q>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

³³ Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday/>>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³⁴ Postagem no *Twitter* de Fernando Holiday dizendo: “O movimento negro no Brasil é um conto de fadas”. Disponível em: <<https://twitter.com/fernandoholiday/status/1064871528192446464>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

³⁵ Acrônimo de “Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros”.

difundidas pelo MBL e por Fernando Holiday, o movimento negro e o movimento LGBT não se sentem nada representados³⁶. Nas suas ações políticas, o vereador busca acabar com as cotas voltadas para negros nas universidades e nos concursos públicos, e não reconhece e geralmente vitimiza a luta dos que aderem ao movimento LGBT.

Mas é com tranquilidade que podemos dizer que a principal figura do MBL, a mais falada, que possui mais visibilidade e com maior influência, é Kim Patroca Kataguiiri. Kim Kataguiiri, como é publicamente conhecido, apareceu nas manifestações de 2014, ganhando visibilidade ao organizar alguns grupos e difundir suas ideias. Segundo o próprio Kim Kataguiiri, em entrevistas ao portal do *iG*³⁷ e à *Época*, este diz que ingressou no curso de economia na Universidade Federal do ABC, mas que deixou a faculdade antes de terminar o primeiro ano pois sabia mais que o professor³⁸. Para Kim, os professores da universidade não conheciam os economistas liberais, e logo, não ensinavam sobre os mesmos. Mas existe uma controvérsia em relação a essa afirmação de Kataguiiri, pois o professor Ramon Vicente Garcia Fernandez, que naquele momento era coordenador do curso de economia da Universidade Federal do ABC, disse na mesma matéria do *iG* citada acima, que Kim Kataguiiri não teve contato com nenhum professor de economia desta instituição, e que o curso de economia da universidade em questão possui disciplinas que passam pelos pensamentos dos economistas liberais, rebatendo a afirmação de Kim.

Aos poucos, o MBL foi tomando uma proporção inimaginável por qualquer outra página do *Facebook* que buscava, naquele momento, manifestar-se contra o governo petista. Mesmo que as manifestações fossem fragmentadas em seu início, ocorreu um processo de “empoderamento de grupos e pessoas via participação a cada nova manifestação, que foi apropriado por agendas e agências conservadoras

³⁶ GAUTHIER, Jorge. Vereador eleito em São Paulo, Fernando Holiday, defende fim de secretarias para negros e LGBTs. **Me Salte**, 07/10/2016. Disponível em: <<http://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/vereador-eleito-em-sao-paulo-fernando-holiday-defende-fim-de-secretarias-para-negros-e-lgbts/>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

³⁷ NEY, Thiago. Roqueiro e ativista na web, líder anti-Dilma defende privatizar saúde e educação. **iG**, 12/03/2015. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-12/roqueiro-e-ativista-na-web-lider-anti-dilma-defende-privatizar-saude-e-educacao.html>>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³⁸ QUAIS são os grupos que prometem levar 100 mil às ruas contra Dilma em 15 de março. **Época**, 09/03/2015. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/03/quais-sao-os-grupos-que-prometem-levar-100-mil-ruas-contradilma-em-15-de-marco.html>>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

ou liberais do mundo da política.” (GOHN, 2017, p. 79). Kim Kataguiiri, mais conhecido por ser o criador e líder do movimento, foi uma dessas pessoas e conseguiu espaço em outras mídias, concedendo diversas entrevistas a programas de televisão e rádio, e também obtendo colunas em dois grandes jornais: a *Folha de S.Paulo* e o *The Huffington Post Brasil*. Ainda em 2015, foi considerado um dos trinta jovens mais influentes do mundo³⁹.

De sua coluna na *Folha de S.Paulo*, foi produzido um livro com os artigos de Kim Kataguiiri naquele espaço. O livro possui o título: *Quem é esse moleque para estar na Folha?* (2017), e é um compilado dos seus textos, nos quais Kim expôs as suas opiniões sobre o Brasil e o mundo.

Utilizando aqui deste livro como uma fonte complementar ao nosso estudo, exporemos o seguinte relato de Kim Kataguiiri sobre o MBL:

Em meus textos, busquei esclarecer a opinião e mostrar a atuação do Movimento Brasil Livre durante todos esses acontecimentos. Acredito ter deixado uma espécie de registro histórico involuntário, afinal, o MBL foi peça-chave em todas essas discussões: organizou as manifestações pelo impeachment, participou das eleições municipais, entrou de cabeça no debate sobre a PEC do teto - da mesma maneira que está participando agora dos conflitos envolvendo a reforma da Previdência - e tem vigiado incessantemente o Congresso e o Planalto para impedir intervenções na Operação Lava Jato. (KATAGUIRI, 2017, p. 147).

Como vemos, Kim Kataguiiri deixou claro que utilizou da sua coluna na *Folha de S.Paulo* para esclarecer a opinião do movimento para com a situação do país. Além de mostrar algumas das pautas pelo qual o MBL lutou, Kim Kataguiiri consegue perceber o peso do seu movimento nos caminhos da História recente do nosso país, veiculando informações e moldando diversas opiniões sobre política, História, economia e religião. No entanto, é possível perceber uma tentativa de ocultação dos financiadores do movimento, ao alegar que o grupo defende ideias liberais e luta em favor do Livre Mercado, Kataguiiri nunca fez menção alguma aos seus reais financiadores, e fora o que traremos neste trabalho, não existe transparência sobre as contas do MBL. Outros jornalistas já tentaram entrar em contato com o MBL para passarem os dados dos financiadores, mas estes sempre responderam com represálias.

³⁹ Matéria da revista TIME: The 30 Most Influential Teens of 2015. **Time**, 27/10/2015. Disponível em: <<http://time.com/4081618/most-influential-teens-2015/>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

Não só no *Facebook*, mas nas redes sociais *online* em geral, não temos apenas páginas com o viés político da direita. No próprio contexto histórico das manifestações pós-2014, diversas páginas se manifestaram contra e a favor à saída de Dilma Rousseff da presidência. O ciberespaço se fez um campo de disputa política, tendo atuado páginas autodenominadas de esquerda e de direita. Segundo Dilton Cândido Santos Maynard (2013): “Entre os ciberativistas, aqueles de extrema-direita ganharam destaque, em primeiro lugar, pelo uso pioneiro que fizeram do ciberespaço. Percebendo a economia e a agilidade das redes, a extrema-direita logo pôs as mãos nos teclados.” (p. 72).

Em seu texto, Maynard apresenta movimentos extremistas *online* ao redor da América do Sul, e muitos deles são parecidos com os movimentos *online* que vemos atualmente no Brasil. Para o autor, “A simples ideia de que qualquer pessoa pode expressar a sua visão de mundo para uma imensa massa contribuiu significativamente para o desenvolvimento de extremismos on-line.” (MAYNARD, 2013, p. 73). Nos últimos anos assistimos diversos discursos das pessoas mais variadas, contendo preconceitos, discursos de ódio e intolerância total. Tudo isso velado pela ideia de “liberdade de expressão”, que vem sendo confundida com “falar o que quiser”, mesmo algumas das falas sendo crimes constitucionais. Assim, em alguns casos, a ideia de liberdade de expressão apenas encobre o desejo de uns de “exigir que o outro, o diferente, não tenha direitos.” (MAYNARD, 2013, p. 75). Podemos ver essas características em diversas páginas que se manifestaram *online* no Brasil durante os últimos anos.

Para dar sequência à análise, apresentaremos uma descrição que existia na página do MBL desde 2014 até 2017:

*O MBL – Movimento Brasil Livre – é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia.*⁴⁰

Vemos como o MBL se importava em deixar claro que era uma entidade⁴¹ sem fins lucrativos, mesmo a página apresentando logo de cara os mais diversos

⁴⁰ Descrição retirada da página do MBL no *Facebook* no dia 21 de junho de 2017. Acervo pessoal.

⁴¹ Detalhe para a palavra “entidade” exposta nesta descrição. Em momentos mais antigos, a palavra no lugar de “entidade” era “ONG”. Ou seja, o MBL se considerava uma Organização Não Governamental. A palavra foi substituída, pois, com o tempo, o MBL mostrou que veio para

tipos de produtos para os *web* atores comprarem. Camisetas, copos, bonés e outros acessórios com o logo do MBL ou com a imagem de algum “herói” nacional defendido pelo grupo. Entre eles: os próprios membros da página (Kim Kataguirí, Fernando Holiday) e estampas do Sérgio Moro⁴². Além disso, deixavam claras as suas ideias sobre a defesa do liberalismo: o Livre Mercado e a redução do Estado.

Mas, como dissemos, esta não é mais a descrição que se encontra na página quando é acessada atualmente. A descrição foi substituída pela seguinte:

*O Movimento Brasil Livre é uma entidade que visa mobilizar os cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera.*⁴³

Com uma descrição bem mais sintética, o MBL substituiu a opção de apresentar objetivos específicos explicitamente. Agora, com uma descrição mais abrangente, conseguem atuar de forma mais livre, de acordo com o que tiver de ser para manter a força do movimento.

Falando mais a respeito do perfil político do MBL, usamos do estudo de Maria da Glória Gohn, que ao categorizar o MBL ao grupo dos “Novíssimos Sujeitos Coletivos nas Ruas”, diz que o “perfil político do MBL situa-se no campo contraditório de ideias que misturam o liberal e o neoconservadorismo” (2017, p. 46). Diz-se liberal pois defende o livre mercado e é totalmente antiestatista quando interpreta as ações que o Estado toma em relação à sociedade e à economia. Para o MBL, o “Estado é visto como um problema quando regula ou intervém no mercado”, e a corrupção é vista como um “efeito colateral” dessa intervenção estatal nas empresas, sejam as privadas, sejam as estatais. Mas também se caracteriza como neoconservador porque se posiciona “contra vários direitos sociais e culturais modernos” (2017, p. 46-47).

Como vemos, Gohn descreve o MBL como situado num campo contraditório entre o neoliberal e o neoconservador. Mesmo isto parecendo ser contraditório, vemos uma ascensão de movimentos e coletivos que se encontram neste espectro atualmente. Muitas defesas de tradições religiosas que podem ser vistas como

implantar seus membros na política brasileira, mesmo suas ideias sendo em defesa da diminuição do Estado. Pensamos que por isso ocorreu a substituição do termo “ONG” por “entidade”. Acaba sendo uma palavra mais neutra.

⁴² Estes são apenas alguns dos produtos vendidos. Na página, é possível encontrar outros exemplos.

⁴³ Descrição retirada da página do MBL no *Facebook* no dia 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal>. Acesso em 24 de maio de 2018.

neoconservadoras, concomitantemente à crítica severa às ações do Estado, tomando este como um dos principais antagonistas. O MBL não se considera de extrema-direita, preocupando-se em divergir a imagem do movimento com a de políticos como Jair Bolsonaro, por exemplo. O que não impediu o MBL de apoiar o candidato no segundo turno das eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Para o coletivo, mesmo com as divergências políticas do grupo com Jair Bolsonaro, o outro candidato era totalmente inviável por ser do Partido dos Trabalhadores, o professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Haddad. E como o MBL já se mostrou muitas vezes antipetista, alertando a população para sentirem medo de uma possível “Ditadura Socialista do PT”, o bordão de campanha no segundo turno foi “PT NÃO”. O MBL se denomina como neoliberal e a favor do Estado mínimo, mas a historiadora Kátia Gerab Baggio (2016) considera o termo “ultraliberal” propício para denominar estes movimentos ascendentes com estas características. Para a historiadora, a expressão “ultraliberal”, no lugar de “neoliberal”, cabe mais ao MBL porque é mais precisa em relação ao tipo de política econômica que o grupo apresenta. Na nossa perspectiva, a matriz ainda é liberal: é o liberalismo transformado conforme um desdobramento histórico, mas continua sendo “liberalismo”. Por isso, trataremos o MBL como uma página de cunho liberal, buscando apresentar também suas posições mais radicais (tanto em questões liberais como em conservadoras).

3.2.1 O MBL entrando no Estado e atuando na política brasileira

Após a sua criação oficial em 2014, é no ano de 2015 que o MBL “se mobiliza de forma mais intensa, com numerosas manifestações pró-*impeachment* em março, abril e agosto [...]” (SANTOS; VIEIRA, 2016, p. 595). No ano de 2016, além da manifestação do dia 13 de março, que somada às do ano anterior, segundo o próprio movimento, configuraram as manifestações mais expressivas da História do país (SANTOS; VIEIRA, 2016, p. 594), o MBL também lançou 44 candidatos a vereador e 01 a prefeito para as eleições municipais do mesmo ano. A página já possuía sua considerável fama, e já havia assistido o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff ser efetivado, obtendo a sua parcela de protagonismo aos olhos da população.

Com o tempo, diversos políticos se associaram ao MBL para conseguir mostrar quais eram as suas ideias (que estavam de acordo com o grupo), e conseqüentemente, obter a ajuda e a promoção do MBL em suas campanhas. Dos candidatos lançados, 08 foram eleitos: 07 vereadores e 01 prefeito. Os candidatos do MBL disputaram as eleições de 2016 pelos seguintes partidos: DEM, NOVO, PEN, PHS, PMDB, PP, PRB, PPS, PROS, PSB, PSC, PSDB, PTB, PTN e Solidariedade.

Segue abaixo uma tabela expondo os candidatos eleitos pelo MBL e seus respectivos partidos e cidades:

Tabela 2: Políticos eleitos associados ao MBL em 2016. Fonte: Revista VEJA, 03 de outubro de 2016.⁴⁴

PREFEITO	PARTIDO	CIDADE
José Pocai	PPS	Monte Sião (MG)
VEREADOR	PARTIDO	CIDADE
Homero Marchese	PV	Maringá (PR)
Fernando Holiday	DEM	São Paulo (SP)
Ramiro Rosário	PSDB	Porto Alegre (RS)
Marschelo Meche	PSDB	Americana (SP)
Caroline Gomes	PSDB	Rio Claro (SP)
Filipe Barros	PRB	Londrina (PR)
Leonardo Braga	PSDB	Sapiranga (RS)

É possível ver que a maioria dos políticos do MBL foram eleitos pelo PSDB, principal adversário do PT nas últimas eleições. Mesmo com o discurso de Estado mínimo, o MBL segue firme em suas campanhas políticas, buscando eleger o maior número de pessoas possíveis. Kim Kataguirí, em uma entrevista à Folha de S.Paulo, disse que o MBL pretendia sair das eleições de 2018 com 15 deputados federais e outros 15 estaduais ⁴⁵. Como novidades, o próprio Kim Kataguirí disse nesta entrevista que concorreria ao cargo de deputado federal, e Arthur do Val ao cargo de deputado estadual, ambos em São Paulo. Os dois ativistas filiaram-se ao partido

⁴⁴ FRAZÃO, Felipe. MBL elege um prefeito e sete vereadores, mas não emplaca 82%. **Veja**, 03/10/2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/mb1-nao-consegue-eleger-82-de-seus-candidatos/>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

⁴⁵ ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Líderes de movimentos de direita e esquerda querem concorrer em 2018. **Folha de S.Paulo**, 26/06/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895993-lideres-de-movimentos-de-direita-e-esquerda-querem-concorrer-em-2018.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=fbfolha>. Acesso em 25 de maio de 2018.

Democratas (DEM), já considerado um dos mais corruptos do Brasil ⁴⁶, e conseguiram se eleger nos cargos pretendidos, como mostraremos a seguir.

Nas eleições de 2018, o MBL conseguiu eleger 04 deputados federais, 02 senadores e 03 deputados estaduais. Não exporemos tais políticos em uma tabela como fizemos anteriormente, pois o próprio MBL publicou, no dia 10 de outubro de 2018, uma imagem em suas redes sociais que apresenta todos os políticos eleitos do MBL. Utilizaremos desta imagem para expor de forma mais clara os representantes do MBL:



Figura 1: Políticos eleitos associados ao MBL em 2018. Fonte: Facebook do MBL - Movimento Brasil Livre, 10 de outubro de 2018.

Na imagem acima, vemos as fotografias, os nomes e os estados pelos quais foram eleitos os políticos do MBL, não sendo apresentados os partidos políticos dos

⁴⁶ NASCIMENTO, Thiago. DEM, PMDB, e PSDB são os partidos mais corruptos do Brasil, segundo pesquisa. **Contraponto**, 04/03/2018. Disponível em: <https://www.contraponto.blog.br/artigos/1283/dem-pmdb-e-psdb-sao-os-partidos-mais-corruptos>. Acesso em 25 de maio de 2018.

mesmos. Por isso, mostraremos a seguir: Kim Kataguiri (DEM), Paulo Martins (PSC), “Zé” Mario (DEM), Jerônimo Goergen (PP), Eduardo Girão (PROS), Marcos Rogério Brito (DEM), Arthur do Val (DEM), Ulysses Moraes (DC) e Homero Marchese (PROS). Vemos uma exclusividade de partidos de direita, e principalmente do Democratas (DEM), já comentado anteriormente. Homero Marchese apareceu nas duas listas porque depois de se eleger vereador com o apoio do MBL em 2016, tentou o cargo de deputado estadual logo em 2018, também com o apoio do MBL, e repetiu o feito, só que por outro partido. Filipe Barros também conseguiu se eleger para outro cargo, o de deputado federal, só que não mais com o apoio do MBL, e também em um novo partido, o PSL⁴⁷. Aos poucos, o MBL foi colocando seus integrantes dentro de vários setores da política brasileira correspondentes ao legislativo e ao executivo, e pelo que o grupo mostrou até o momento, as pretensões são de que isso vai continuar acontecendo na História do Brasil.

Maria da Glória Gohn resume objetivamente as ações do MBL e dos outros movimentos que a autora chama de “novíssimos”, dizendo que estes “introduziram novidades na *performance* dos protestos, com outros focos e alvos em suas ações, trabalhando o repertório da não política, contra a corrupção, assim como reforçando teses liberais antiestatais na economia” (2017, p. 113). E de maneira contraditória, havendo líder homossexual e negro nos movimentos “novíssimos”, tais atuam contra os movimentos LGBT e negro, como é o caso de Fernando Holiday, já comentado anteriormente. Mas tal conservadorismo não para por aí, o MBL também aconselha a “atuação conservadora desse estado no plano da moral (família, educação, aborto, drogas, casamento etc.)” (GOHN, 2017, p. 113). Não podemos deixar de destacar o quão relevante foi a *web* para a atuação de tais grupos nos últimos anos. Foi ali que a batalha se deu, nas páginas do *Facebook*, do *Twitter*, entre outras plataformas digitais, pois os “recursos tecnológicos midiáticos foram utilizados para organizar e convocar grupos, fazer *pages*, elaborar ferramentas que gerassem novos instrumentos, organizar grupos de apoio e pressão em diferentes cidades” (GOHN, 2017, p. 113).

⁴⁷ O mesmo partido do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Filipe Barros, após se eleger com o apoio do MBL para vereador da cidade de Londrina – PR, acabou tomando posições mais radicais do que o grupo, e por isso, conseguiu o apoio direto do presidente e de seus filhos, principalmente do Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal pelo estado de São Paulo – também do PSL). Assim, deixou a parceria com o MBL e não apareceu na nova lista de eleitos apresentada neste trabalho.

Como vemos, a autora expõe os campos em que movimentos como o MBL trabalharam nesses últimos anos (família, educação, aborto, etc.), e mostra a importância que tiveram os recursos tecnológicos para tais grupos. Como já dissemos, esses movimentos de direita foram pioneiros no ciberespaço, mas a força que o MBL conseguiu em tão pouco tempo não foi fruto apenas de mérito próprio e de um público conservador. Por isso, vamos buscar entender quais os interesses por trás do MBL.

3.2.2 Estudantes Pela Liberdade (EPL) e *Atlas Network*, os “patrões” do MBL

Em seu estudo, a historiadora Kátia Gerab Baggio (2016) investigou quem está por trás do MBL. Buscou estabelecer as relações entre esta página do *Facebook* com empresas de poder econômico no mundo todo. Para entender os motivos do MBL, o porquê desta página que difunde ideias liberais fazer tanto sucesso atualmente, é preciso que nos atentemos não só as ideias publicadas pela página e nas figuras mais famosas do movimento, já faladas aqui. É necessário que compreendamos que o MBL é um coletivo financiado por outras instâncias, pessoas, partidos ou mesmo instituições, e que faz parte de uma rede mundial.

Como nos mostra a referida historiadora: “O MBL – que, como se sabe, teve destacada atuação na organização dos atos a favor do *impeachment* de Dilma – tem origem no *Students For Liberty* (SFL), fundado em 2008 na Columbia University” (BAGGIO, 2016, p. 08). A autora complementa que o SFL possui como “missão” o empoderamento de jovens estudantes liberais, líderes estudantis “libertários”, ou seja, lideranças jovens de direita. Baggio ainda comenta que existe um “ramal do SFL no Brasil, a organização Estudantes Pela Liberdade (EPL), com sede em Belo Horizonte” (2016, p. 08). Ou seja, vemos que o MBL é um movimento fundado por integrantes do *Students For Liberty* (SFL), uma organização mundial que visa criar lideranças jovens e liberais ao redor do mundo, para difundir ideias liberais.

A jornalista Marina Amaral, da *Agência Pública*, entrevistou Juliano Torres, o atual diretor-presidente do EPL no Brasil. Nesta matéria⁴⁸, Juliano Torres conta como o grupo EPL criou a “marca” chamada “Movimento Brasil Livre”. Posteriormente, a partir dos interesses do EPL que “se dedica sobretudo a cursos

⁴⁸ AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. *Pública*, 23/06/2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 26 de maio de 2018.

para formação política de jovens [...]”, eles encontraram Kim Kataguiiri e Renan Santos para continuar com a página e dar uma guinada incrível no movimento. Assim, “o EPL chega ao Brasil em 2012 e participa das manifestações de junho. Kim Kataguiiri, futuro [...] líder do MBL a partir de 2014, será o articulador do EPL nas ruas” (GOHN, 2017, p. 46).

Nesta mesma matéria, o diretor-presidente do EPL no Brasil naquele contexto, Juliano Torres, diz o seguinte sobre Kim Kataguiiri:

Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança.⁴⁹

Vemos então, que Kim Kataguiiri e outros membros do MBL receberam treinamentos da EPL, para saberem como atuar politicamente e difundir suas ideias liberais. Por que é importante que saibamos sobre esses grupos? Porque a rede de ligação entre as instituições e os interesses por trás do MBL não acaba por aqui: a relação EPL – MBL é só uma parte da rede. Estudos vêm surgindo tentando investigar essa ascensão de movimentos ultraliberais ao redor do mundo.

Baggio, que até o momento fez isso de forma clara em seus estudos, investiga as conexões entre o avanço dessa direita ultraliberal nos países latino-americanos, com o *think tank*⁵⁰ norte-americano *Atlas Network*. A autora comenta:

A Atlas Network – *think tank* legalmente denominado Atlas Economic Research Foundation, sediado em Washington, D.C. – atua, desde 1981, na defesa e propagação de concepções da direita ultraliberal, com organizações parceiras em todos os continentes. Em 2013, o nome da organização foi alterado para Atlas Network, ainda que o nome legal tenha permanecido o mesmo [...]. Seu principal idealizador – e fundador – foi Antony Fisher (1915-1988), um empresário britânico defensor das concepções do economista austríaco Friedrich Hayek – assim como,

⁴⁹ AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. **Pública**, 23/06/2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 26 de maio de 2018.

⁵⁰ *Think Tanks* são instituições ou organizações dedicadas a produzir e difundir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos. Segundo Rodrigo Amantea, coordenador dos programas de Educação Executiva do Insper, a função mais conhecida dos *Think Tanks* é pautar debates por meio da publicação de estudos, artigos e da participação de seus integrantes na mídia. Uma confusão comum é tomar *Think Tanks* por ONGs e vice-versa. A diferença é que as ONGs atuam com o poder público executando intervenções em contextos determinados enquanto os *Think Tanks*, prioritariamente, criam e disseminam conhecimento de interesse público. **Para que serve:** Para influenciar a opinião pública, formuladores de políticas e legisladores sobre as alternativas às questões que envolvem os temas em pauta. São formuladores de (grandes) ideias. Disponível em: <<https://projetodraft.com/verbete-draft-o-que-e-think-tank/>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

posteriormente, do norte-americano Milton Friedman [...]. Acerca do financiamento da Atlas Network, segundo consta no *site*, a organização não recebe recursos governamentais, apenas privados: de corporações, fundações ou doações individuais. É registrada como uma organização sem fins lucrativos. Portanto, todas as doações feitas nos Estados Unidos são dedutíveis de impostos. Entre os patrocinadores da Atlas Network, estão os irmãos Koch, bilionários norte-americanos cujas empresas atuam, entre outros setores, com petróleo e gás. (BAGGIO, 2016, p. 01-02).

Vemos, então, que a *Atlas Network* é um *think tank* poderoso, com investimentos significativos do setor privado. Na época que a historiadora publicou seu texto (2016), a Atlas, segundo mostrava no site, possuía 465 *partners* no mundo, sendo 11 no Brasil. No momento em que escrevemos, a Atlas aumentou este número para 483 *partners* em 93 países ao redor do mundo, estando 14 sediados no Brasil. Fora os vários institutos liberais denominados conforme a escola austríaca de economia que surgiram no Brasil nos últimos tempos, dois *partners* da *Atlas Network* que nos chamam a atenção são justamente: *Students For Liberty Brasil*, sediado em São Paulo; e o *Estudantes Pela Liberdade*, sediado em Belo Horizonte⁵¹. Percebemos como todas essas instituições estão conectadas e fazem parte de uma rede global com o total de 483 parceiros, até o momento. Sendo assim, temos uma conexão MBL – EPL – Atlas. “Juliano Torres teve treinamento na Atlas Network, assim como outros integrantes do EPL, Ordem Livre e Movimento Brasil Livre” (BAGGIO, 2016, p. 15).

Na citação acima, vemos como Baggio descreve que o fundador da *Atlas*, Antony Fisher, defendia as ideias econômicas de Friedrich August von Hayek. Tal autor claramente embasa a maioria destes grupos neoliberais que atuam no Brasil e no mundo, e por isso, traremos algumas ideias de Hayek expostas em sua obra *O caminho da servidão* (2010). Friedrich Hayek foi um economista austríaco que depois foi naturalizado britânico, e dedicou parte de sua vida a defender o Liberalismo, sendo um dos mais conhecidos representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Hayek comentou que escreveu *O caminho da servidão* devido ao desgosto que lhe causava “a interpretação totalmente errônea dada pelos círculos ‘progressistas’ ingleses ao caráter do movimento nazista [...]” (2010, p. 25).

Friedrich Hayek passa boa parte do seu livro buscando justificar que o Nazismo foi um movimento com bases socialistas, e por isso se caracterizaria como

⁵¹ Todas essas informações estão disponíveis em: <<https://www.atlasnetwork.org/>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

um movimento de esquerda. Para o autor, a ascensão do Fascismo e do Nazismo “não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário dessas mesmas tendências.” (HAYEK, 2010, p. 31). Vemos que o autor está concomitantemente colocando todos os autoritarismos representados pela esquerda política, e busca fazer do livro também um alerta para a Inglaterra e outros países que, segundo o autor, “sofreram” o ataque do Socialismo (que se infiltrou nos sistemas de governo, mesmo que com outros nomes). Hayek ainda diz, neste mesmo alerta, que a Inglaterra precisa desfazer-se de “todos os elementos da herança socialista que representam um perigo para a sociedade livre” (2010, p. 23). Hayek, assim como outros autores da Escola Austríaca, é a base para os grupos neoliberais que avançam no Brasil defendendo o Livre mercado e o Estado mínimo, e também, propagando novamente o medo do Comunismo, muito influente politicamente no Brasil recente.

Além de defender que Nazismo, Socialismo e Comunismo seriam variantes do mesmo totalitarismo que é produzido pelo controle centralizado da atividade econômica, Hayek argumenta que até mesmo “o socialismo democrático é algo muito precário e instável, corroído por contradições internas e produzindo em toda a parte resultados dos mais desagradáveis para muitos de seus defensores” (2010, p. 15). Para o economista, os sociais-democratas ocuparam a maioria dos cargos estatais, penetrando fundo no organismo do Estado, e assim, restaram apenas os liberais como os únicos que se opuseram às tendências socialistas na Inglaterra (p. 170). Hayek mostra os liberais como os antagonistas principais do Nazismo, e ainda diz que os conflitos que existiram na Alemanha pré-nazista e nazista “entre a ‘direita’ nacional-socialista e a ‘esquerda’ é o tipo de conflito que sempre se verifica entre facções socialistas rivais” (p. 35). Para o autor, o controle da economia pelo Estado sempre resulta em totalitarismo e opressão, levando o indivíduo sempre para um “caminho” da servidão, da dependência do Estado. E Hayek faz essa leitura desde o mais extremista governo fascista (que é igual ao socialista, para Hayek), até a socialdemocracia mais comedida. Pensamos ser importante trazer essa leitura de Friedrich Hayek, pois como vimos, grupos como o MBL possuem essa formação econômica voltada ao liberalismo, e possivelmente foram embasados por autores como Hayek, tanto nas questões econômicas, quando na opinião sobre o Nazismo.

O que queremos enfatizar com este estudo sobre as instituições por trás do MBL e suas parcerias, é que estes grupos de pressão política que surgiram no

espectro político da direita foram treinados por empresas nacionais e estrangeiras. Fazem parte de uma rede maior do que se imaginava. Não foram apenas páginas que difundiram ideias próprias sobre política e que, com o tempo, ganharam respaldo da população. São movimentos e coletivos que foram treinados, embasados e financiados. Não podemos ignorar estes movimentos, pois eles foram peça chave na derrubada de uma presidente democraticamente eleita no Brasil.

Kátia Gerab Baggio finaliza em seu texto dizendo que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi cercado de polêmicas, estratégias e questionamentos, estes feitos por um expressivo número de juristas. Segundo Baggio, sua intenção com o trabalho foi apresentar, de maneira sucinta, “algumas das conexões entre organizações da direita ultraliberal norte-americana, brasileira e hispano-americana”. Conexões essas que tiveram influência na manifestação de imagens estereotipadas sobre o governo petista, e na promoção das próprias manifestações de rua contra Dilma Rousseff. Baggio termina dizendo que é comum ver organizações com posições político-ideológicas assumidas tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, mas o que ocorreu no Brasil nos anos de 2015 e 2016 “foram doações em dinheiro, além de treinamento – por organizações estrangeiras, principalmente norte-americanas –, de personagens que tiveram um papel central na mobilização social [...]” e que foram substanciais para o êxito do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (BAGGIO, 2016, p. 22).

Vemos como a autora expõe sua posição sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, mostrando a importância que tiveram essas instituições e coletivos virtuais no processo ocorrido. Por meio das redes sociais, coletivos como o MBL conseguiram divulgar de forma eficaz as ideias ultraliberais vindas de interesses da Atlas e do EPL, formando opiniões políticas e históricas de pessoas que tiveram contato com a página nos últimos anos. “O uso das tecnologias digitais agregou potência e força às manifestações da população convocada para grandes atos de protesto, gerando as maiores manifestações públicas que o Brasil conheceu em sua história.” (GOHN, 2017, p. 78).

Para finalizarmos este capítulo, é ainda conveniente expormos algumas informações adquiridas pelo jornalista Bruno Abbud, da *revista piauí*, em sua consulta a um histórico de conversas de um grupo da rede social *WhatsApp* chamado “MBL – Mercado” no ano de 2017. Tal grupo teria sido criado por um entusiasta do MBL a fim de servir como “interface entre o movimento e executivos de

médio e alto escalão do mercado financeiro – pelo menos 158 funcionários de instituições como Banco Safra, XP Investimentos e Merrill Lynch”⁵². O objetivo principal para o MBL era levantar dinheiro para financiar o movimento e apresentar as pautas dos executivos do grupo do *WhatsApp* às discussões públicas e aos encontros do MBL. Nas mensagens enviadas pelos líderes do MBL, principalmente Renan Santos e Kim Kataguirí, também fica explícito que o MBL queria diminuir significativamente a força do PSDB, buscando aproximação com as pessoas mais novas do partido, com ideias mais liberais, que são chamados de “cabeças pretas”.

Na matéria de Bruno Abbud, o jornalista ainda apresenta uma nova forma de financiamento do MBL: a doação. O grupo do *WhatsApp* também serviu para o MBL fazer pressão nesses empresários que desejavam que seus interesses fossem representados pelo MBL. Existiram planilhas e tabelas referentes aos pagantes do mês, que também serviam de pressão para aqueles que não estavam colaborando com as doações. “No início da tarde de 9 de agosto, uma quarta-feira, um deles anunciou: ‘já mandei 15 mil e vou mandar mais’.”⁵³. Como vemos, as táticas de pressão e doação do MBL funcionaram bem, e o grupo ainda criou uma forma de distinguir seus membros e doadores, dos mais valiosos aos que contribuíram com o que puderam (também para o incentivo de mais doações). Para isso, o MBL criou categorias que representavam os valores doados mensalmente, como podemos ver na imagem a seguir, retirada do *website* oficial do MBL:

⁵² ABBUD, Bruno. O grupo da mão invisível. **Revista piauí**, 03/10/2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/>>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

⁵³ *Ibid.*, acesso em 31 de janeiro de 2019.

MBL

PRECISAMOS DE VOCÊ!

CONTRIBUA COM O MOVIMENTO QUE
ESTÁ CONSTRUINDO UM PAÍS MELHOR

Agente da CIA	Irmãos Koch	Mão Invisível	Exterminador de Pelegos	Rolo Compressor
R\$30 /mês	R\$100 /mês	R\$250 /mês	R\$500 /mês	R\$1000 /mês
<ul style="list-style-type: none"> • Resumo Semanal • 5% desc. loja MBL 	<ul style="list-style-type: none"> • Resumo Semanal • 5% desc. loja MBL • Congresso MBL • 4 Pimbas /mês 	<ul style="list-style-type: none"> • Resumo Semanal • 10% desc. loja MBL • Congresso MBL • Pimbas ilimitados • Convites p/ eventos exclusivos 	<ul style="list-style-type: none"> • Resumo Semanal • 10% desc. loja MBL • Congresso MBL • Pimbas ilimitados • Kit anual de produtos • Convites p/ eventos exclusivos • Jantar com líderes 	<ul style="list-style-type: none"> • Resumo Semanal • 10% desc. loja MBL • Congresso MBL • Pimbas ilimitados • Kit anual de produtos • Convites p/ eventos exclusivos • Jantar com líderes
DOAÇÃO ÚNICA ■ \$50	DOAÇÃO ÚNICA ■ \$150	DOAÇÃO ÚNICA ■ \$300	DOAÇÃO ÚNICA ■ \$750	DOAÇÃO ÚNICA ■ \$1500

Figura 2: Categorias de doações ao mês para o MBL - Movimento Brasil Livre. Fonte: *website* do MBL - Movimento Brasil Livre, 31 de janeiro de 2019.

Na imagem acima, podemos ver as categorias de “doações únicas” e as mensalidades destinadas ao MBL, com os seus respectivos valores e produtos disponíveis para cada doador. Sobre as mensalidades, temos as cinco categorias: “Agente da CIA” (R\$30 ao mês), “Irmãos Koch” (R\$100 ao mês), “Mão Invisível” (R\$250 ao mês), “Exterminador de Pelegos” (R\$500 ao mês) e “Rolo Compressor” (R\$1.000 ao mês). A página que no começo de suas atividades dizia ser “sem fins lucrativos”, com o tempo, passou a disponibilizar vários meios para que o grupo conseguisse arrecadar dinheiro e financiar o movimento e seus atos políticos.

O MBL – *Movimento Brasil Livre* entende a categoria “Irmãos Koch” como uma piada (assim como tenta fazer com os nomes das outras classes de pagantes), pois é assim que o grupo responde às afirmações da mídia de que são financiados por entidades como a *Atlas Network*, mesmo que indiretamente, como também já mostramos neste trabalho. Tais argumentos da mídia e também de estudiosos do movimento, surgiram baseados em informações que são encontradas no próprio *website* da *Atlas Network*. Vemos mais uma estratégia do MBL para ocultar seus reais patrocinadores, tentando zombar das afirmações da mídia sobre o grupo ser

financiado por instituições liberais e partidos políticos brasileiros, como foi o caso do Solidariedade e do PMDB (atual Movimento Democrático Brasileiro)⁵⁴.

No começo deste capítulo, quando falamos sobre o *Facebook*, dissemos que era possível patrocinar algumas publicações para que essas pudessem obter um alcance maior na rede. Esta lógica comercial do *Facebook* é muito utilizada pelo MBL também, pois muitas das publicações do MBL são impulsionadas a partir de pagamentos à plataforma, o que aumenta o alcance de difusão das páginas e é uma importante fonte de renda para o *Facebook*, mas também para o MBL, pois a partir da coleta de dados que o *Facebook* faz de seus usuários, as publicações impulsionadas são divulgadas exatamente aos *web* atores que correspondem aos ideais da página. A natureza das redes sociais nos mostra que estas produzem frustração, obsessão, depressão, para vender de volta alguma forma de satisfação. A “venda” de ideias políticas também ocorre desta forma, como um remédio amargo que curaria todas as injustiças do nosso país. Trabalhar com essas questões ainda é muito complicado, pois são relações novas em rede da qual estamos assistindo o início de seu desenrolar. Nas eleições para a presidência da República em 2018, tivemos casos de empresas que declararam apoio a Jair Bolsonaro e estão ligadas à compra de “pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp”, sendo uma delas, a Havan.⁵⁵

Como vimos, o *MBL – Movimento Brasil Livre* é um coletivo financiado por instituições nacionais e internacionais, que vem ganhando força no cenário político brasileiro. O período de pesquisa e escrita deste trabalho ocorreu entre 2017 e 2019, e o MBL já conseguiu protagonizar, nas ruas e na *web*, manifestações para a efetivação do *impeachment* de Dilma Rousseff e em apologia à prisão do ex-presidente Lula, eleger sete vereadores e um prefeito em 2016, e quatro deputados federais, três deputados estaduais e dois senadores nas eleições de 2018. É um movimento notável aos olhos dos estudiosos do Tempo Presente, seja da História, Ciências Sociais, Ciência Política, entre outros.

⁵⁴ LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. **UOL**, 27/05/2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

⁵⁵ MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S.Paulo**, 18/10/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

CAPÍTULO 04 - OS USOS DA IDEIA DE “NAZISMO” DIFUNDIDA PELO *MBL* – *MOVIMENTO BRASIL LIVRE*

Apresentaremos aqui os nossos resultados finais desta pesquisa, todas as publicações e alguns comentários analisados (seria impossível apresentar todos). Sendo o capítulo final, pretendemos realizar uma breve discussão sobre o Nazismo, apenas para contextualizar o termo e apresentar as análises e os resultados tanto comentados nos capítulos anteriores. Para tal discussão, utilizaremos de autores como Hannah Arendt (1989), Norberto Bobbio (1998; 2011), Pierre Rosanvallon (2010), entre outros. Talvez o Nazismo seja um dos temas que apresentam mais publicações na História, sendo impossível dar conta de boa parte da bibliografia a respeito. Por isso pensamos em focar em uma definição de Nazismo mais sucinta, mas que corresponda cientificamente aos estudiosos do evento em questão, às Ciências Humanas em geral, e que seja uma visão com o respaldo dos seus pares.

Tratando mais especificamente das fontes, neste capítulo apresentaremos cada uma das nove publicações e suas respectivas análises, e posteriormente as tabelas referentes às análises dos comentários de cada publicação, acompanhadas de alguns comentários para exemplificarmos nosso estudo. Também exporemos os resultados finais em forma de um discurso-síntese, como explicamos na metodologia.

4.1 Os “lados” da política no *Facebook*

Pierre Rosanvallon (2010) nos ensina que o estudo do político não é só o estudo dos grandes acontecimentos dos cenários políticos internacionais, mas é também, para “além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder”, estudar “tudo aquilo que constitui a *polis*”, levando em conta o cotidiano das pessoas, os meios pela qual estas se comunicam e recebem informações políticas, entre outros (p. 73). A História do político tem que se atentar para todos os mecanismos que, de uma forma ou de outra, estão nessa realização do político. Para isso, precisa levar em conta as “batalhas subalternas, de rivalidades de pessoas, de confusões intelectuais, de cálculos de curto prazo [...]”, as atividades do considerado “senso comum”, que são essenciais para essa realização do mundo político (ROSANVALLON, 2010, p. 78). O autor também aponta para o objeto

complexo que é uma cultura política, e que para entendê-la, é necessário investigar os grandes textos teóricos, a recepção das obras literárias, “a análise da imprensa e dos movimentos de opinião”, entre outros veículos (2010, p. 86). Seguindo nessa perspectiva de Rosanvallon, pensamos que analisar as ideias de Nazismo difundidas pelo MBL pode ser uma contribuição para o estudo da nossa cultura política, que nos últimos anos mostrou-se apegada aos radicalismos, seja na perspectiva da direita como da esquerda.

O *Facebook* mostrou-se um campo de disputa entre a esquerda e a direita brasileira. Noções essas autoconstruídas por seus defensores, não necessariamente discutidas por intelectuais da ciência política. Ainda assim, reconhecemos alguns grupos que se denominam de representantes da esquerda mostrarem realmente serem defensores de ideias já advogadas por grupos de esquerda na História, o que também vale para com os da direita. Para Norberto Bobbio (2011), “direita” e “esquerda” não são apenas ideologias⁵⁶, representando também ações a serem seguidas: “programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade [...]” (p. 51).

Logo, as palavras “direita” e “esquerda”, na sua concepção política, representam não só o seu lado no espectro político, mas acabam carregando consigo interpretações a respeito do mundo. Tendem ser interpretações e opiniões extremamente contrárias, que quase nunca conseguem convergir. A forma de pensar em “direita” e “esquerda” na política “representa um típico modo de pensar por díades”, que não é comum só nas Ciências Humanas, no aspecto político, mas em diversos tipos de explicações (psicológicas e biológicas também). Norberto

⁵⁶ “Ideologia” é um conceito empregado amplamente nas ciências humanas de diferentes formas conforme a perspectiva dos autores e vem sendo ressignificada e popularizada na atualidade. Terry Eagleton, em seu livro *Ideologia* 1991, elencou 16 sentidos. José D’Assunção Barros sintetiza estes sentidos: 1) processo de significados, signos e valores; 2) Um corpo de ideias de determinado grupo social; 3) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; 4) ideias *falsas* que ajudam a legitimar um poder político dominante; 5) comunicação sistematicamente distorcida; 6) aquilo que confere determinada posição ao sujeito; 7) noções motivadas por algum interesse; 8) pensamento de identidade; 9) ilusão socialmente necessária; 10) conjuntura de discurso e poder; 11) forma como sujeitos conscientes percebem seu mundo; 12) conjunto de crenças orientadas para a ação; 13) a contradição entre realidade linguística e a realidade fenomenal; 14) oclusão semiótica; 15) o meio pelo qual os sujeitos vivenciam suas relações com a estrutura social; 16) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural (BARROS, 2016, p. 57). Neste trabalho, usamos a concepção de Bobbio. Nas redes sociais, segundo o que já averiguamos, “ideologia” é mais usado de forma pejorativa, geralmente da direita desqualificando as ideias da esquerda.

Bobbio (2011) apresenta alguns exemplos nos quais existem explicações em forma de díades, sendo alguns deles a questão entre “público” e “privado” no direito e “clássico” e “romântico” em estética. Para o autor, “na esfera política, direita-esquerda não é a única, mas pode ser encontrada onde quer que se queira” (BOBBIO, 2011, p. 50).

Em sua obra, Bobbio está claramente colocando esta díade antitética em discussão, realizando uma crítica sobre tal forma de se ler o mundo do político. Para o autor, “os dois termos de uma díade governam-se um ao outro: onde não há direita não há mais esquerda, e vice-versa” (BOBBIO, 2011, p. 61), e por isso a crítica a essa díade é necessária, para que se consiga ir além de “esquerda” e “direita” na hora de se pensar as soluções para os problemas políticos. Ao analisarmos o objeto de nossa pesquisa, percebemos que não é o que ocorre atualmente na *web* em suas representações de como resolver as situações na política, pois, a díade esquerda-direita parece ser tão sólida que as próprias páginas já se definem como representantes de uma dessas partes da díade. Como exemplo, podemos mostrar os nomes das páginas “Jovens de Direita” e “Jovens de Esquerda”. Duas páginas que vivem em disputa sobre os problemas políticos brasileiros, cada uma em sua forma de interpretar e opinar sobre o mundo, e conseqüentemente, sobre a História.

Para fechar este primeiro tópico, cabe dizer que “direita” e “esquerda” não são considerados conceitos absolutos, pois “não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações” (BOBBIO, 2011, p. 107-108). Os conteúdos opinados por cada parte da díade dependem do seu contexto histórico e social, mudando quando tais fatores (temporais e relacionados a lugar) são alterados. “A oposição permanece, mesmo que os conteúdos dos dois opostos possam mudar” (BOBBIO, 2011, p. 108).

4.2 O Nazismo e o seu uso como ofensa

O tema do Nazismo, até hoje, é eficaz na sua capacidade de causar discussões, revisões, estudos e debates. Acaba sendo um dos temas históricos que não ficam apenas direcionados aos historiadores, cientistas políticos e sociólogos, pois causa grande interesse na população. Não é sem motivo o sucesso de livros e outras obras que não param de ser produzidas a respeito do Nazismo e da figura de

Adolf Hitler, trazendo novas abordagens, com uma perspectiva de “segredos nunca antes revelados”. Aqui temos já uma problemática interessante para a História, pois, muitas das narrativas que surgiram no século XXI sobre o Nazismo, das quais já dedicamos outras partes do texto teorizando-as, acabam trazendo consigo essa característica de “teoria da conspiração”. Precisamos deixar claro que a narrativa da teoria da conspiração não é exclusiva de grupos de direita, pois a esquerda também já se utilizou desse estratagema narrativo para defender suas ideias ao longo da História.

Nos últimos anos a História Pública descobriu que essa forma de se escrever sobre temas históricos, tentando trazer uma nova verdade reveladora e chocante, faz sucesso nas livrarias, no cinema, no *streaming*. Séries televisivas, filmes e livros com esse tipo de método ao abordar temáticas históricas, surgiram com certo furor nos últimos anos, e já destacamos algumas dessas obras (principalmente os livros) nos capítulos anteriores. É dentro dessa perspectiva que a nossa fonte também se encontra: o MBL, ao difundir suas ideias de Nazismo, mesmo que implícitas em suas publicações, acabou reproduzindo essas versões não especializadas da História do Nazismo, que se preocupam mais em obter sucesso no mercado, do que com o rigor metodológico da História. Recorrendo à Rüsen, podemos dizer que este tipo de “revisão” da História, considera muito mais a forma de apresentação da narrativa histórica, deste modo, conseguindo retrabalhar as atribuições de sentido na vida prática/pública, contudo, desprezando a fundamentação teórica (Ideias) e a metodologia específica da ciência histórica (Métodos).

Para Hannah Arendt (1989), o Nazismo é considerado um regime totalitário por possuir uma estrutura política a partir do terror, fazendo o que for preciso para se manter no poder. Também não é considerado qualquer despotismo, pois o totalitarismo tem a aceitação da maior parte da sociedade. A autora apresenta duas “leis” utilizadas por dois regimes totalitários, sendo essas leis aquilo que dá a base para as ações do governo e “promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei” (ARENDDT, 1989, p. 515). Convergindo com as ideias de Norberto Bobbio (1998), o Nazismo mostra-se como uma solução de todos os problemas, “a panacéia que curaria os males econômicos e políticos [...]” (BOBBIO, 1998, p. 810). Hannah Arendt diz que o Nazismo se utilizou de uma “Lei Natural”, enquanto o Stalinismo soviético, por sua vez, de uma “Lei Histórica” para dar base aos respectivos totalitarismos. Para os nazistas, em suma, a base estava

na ideia de a raça ariana ser superior às outras, o que legitimava as ações imperialistas do Nazismo.

O Nazismo mostrou seu protagonismo como uma reação direta à Primeira Guerra Mundial somada a questões mais antigas: a problemática da unificação política e da modernização social do século XIX (BOBBIO, 1998). Por mais que utilize o nome de “Nacional-socialismo”, o Nazismo surge com uma proposta diferente do socialismo internacionalista marxista, e de certa forma, até contrário ao mesmo (BOBBIO, 1998, p. 806). O Nacional-socialismo é um movimento político alemão, “fundado e guiado por Adolf Hitler após a Primeira Guerra Mundial, polemicamente conhecido pelo diminutivo de *Nazismo*.” (BOBBIO, 1998, p. 807). O movimento teve a sua ascensão entre 1919 e 1933, e conseguiu atingir todas as camadas da população alemã, passando a ideia de uma “revolução legal” necessária em tal sociedade.

Para Norberto Bobbio, o Nazismo estruturava-se em um “darwinismo social nacionalista, racista e muito simplificado” (1998, p. 810), buscando a legitimidade da raça perfeita, que em sua concepção, seria a alemã, herdeiros de uma cultura ariana. A ideia de restauração de uma Alemanha tradicional e forte acompanha outro ponto característico dos totalitarismos: a elaboração da ideia de um inimigo em comum e radical, perigoso ao extremo. Como conhecemos, o resultado disso é um dos maiores holocaustos da História mundial ocorrido contra os judeus. Não pretendemos aqui apresentar uma discussão historiográfica completa sobre os acontecimentos que marcaram o século XX, nem tampouco dar conta de uma concepção fechada de Nazismo. A historiografia sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre o Nazismo é imensa, e não nos propomos tratá-la aqui, querendo apenas pontuar algumas questões ideológicas relevantes ao Nazismo apontadas pelos autores.

No período de atuação do Nazismo (1933-1945), Hitler consolidou um controle totalitário de poder nomeando-se “chefe de Estado, chanceler, líder do partido e da nação, ditador único da Alemanha.” (BOBBIO, 1998, p. 811). O expansionismo territorial também foi parte de sua política de ação, justificando necessitar do “espaço vital” para o povo Alemão. Assim, Hitler e o Nazismo conseguem marcar a História do século XX para sempre, protagonizando um dos movimentos mais racistas e assassinos de toda a História, e participando de uma das guerras mais chocantes que já ocorreram.

Para darmos início à exposição das análises e dos resultados obtidos na pesquisa realizada e descrita até aqui, ainda apontaremos um argumento de Bobbio que converge com o que percebemos neste estudo. O ponto é que termos como “Nazismo” e “Fascismo” são utilizados com frequência de forma inapropriada, apenas como “instrumentos de polêmica ativa contra o adversário político, sem levar em consideração seu significado original e sua correta aplicação à realidade” (BOBBIO, 1998, p. 807). A obra de Bobbio pode não ser a mais recente, mas expõe uma ação que se repete atualmente. Usar os termos, ou a própria ideia de Nazismo para prejudicar a imagem do adversário político, é uma das técnicas mais utilizadas por páginas das redes sociais atualmente.

4.3 Os usos da ideia de “Nazismo” pelo MBL – Movimento Brasil Livre

Aqui vamos analisar as nove publicações selecionadas para a pesquisa. Pode parecer pouco, mas temos de lembrar que são publicações do *Facebook* com certo respaldo dos *web* atores, e por isso, possuem uma quantidade significativa de comentários e reações através dos emojis⁵⁷. Logo, é possível realizar um estudo relativamente denso e com valor quantitativo apenas com nove publicações, pois muitas dessas passam de 100 comentários, chegando até 1000 comentários por publicação. É bom deixar claro que estamos falando especificamente das postagens selecionadas para a análise. O MBL em suas publicações alcança números maiores do que 1000 comentários por publicação, mas o nosso foco está exclusivamente nas que usam da ideia de Nazismo, e estas nem sempre são as que mais repercutem. São questões metodológicas que fomos aprimorando com o tempo, sendo que já realizamos outras pesquisas com publicações do *Facebook* que apresentavam mais de 3000 comentários. Para esta pesquisa, consideramos que essa quantidade que muitas vezes só expressa “mais do mesmo”, pode ser substituída por publicações filtradas pelo tema, com menos comentários, mas que permeiam o mesmo filtro de busca e focam no mesmo tema, por isso nossa opção pelo estudo de amostragem da página do MBL.

⁵⁷ Definição: “Emoji é um conceito de origem japonesa, composto pela junção dos elementos (imagem) e *moji* (letra), e é considerado um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite a ideia de uma palavra ou frase completa. Atualmente, os emojis são muito populares nas redes sociais (*Facebook*, principalmente) e em comunicações de troca de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*, por exemplo”. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/emoji/>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

Antes de entrarmos especificamente nas publicações, vale falar da obra de Arthur Schopenhauer (1997): *Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratégias: (dialética erística)*, que foi oportunamente apresentada, comentada (e complementada) por Olavo de Carvalho em uma edição brasileira, personagem importante para entendermos o pensamento da direita no Brasil, do qual falaremos com mais aprofundamento durante a análise das publicações. Sobre a obra de Schopenhauer, o que foi criado pelo filósofo alemão como um manual contra o mau debate intelectual e com o objetivo de desmascarar charlatões, foi tomado por Olavo de Carvalho como um tutorial de discussão, de “patifaria intelectual”, como o próprio polemista diz: “Este livro é, com efeito, uma galeria de maus exemplos [...]” (p. 17).

Arthur Schopenhauer define a Dialética erística de modo objetivo: “é a arte de discutir, mais precisamente a arte de discutir de modo a vencer, e isto *per faz et per nefas* (por meios lícitos ou ilícitos)” (1997, p. 95). O autor argumenta que muitas vezes em uma discussão entre duas pessoas com dois pontos antagônicos, quem sai “vencedor” deve tal feito “não tanto à veracidade dos juízos expostos em suas proposições”, mas à forma, a destreza e a astúcia com que os defendeu (1997, p. 100). Por isso, Schopenhauer decidiu escrever este compêndio sobre 38 estratégias dos quais as pessoas devem se atentar em uma discussão, pois são estratégias utilizados para “ganhar” a discussão. O filósofo alemão também deixa claro que a utilização de alguns desses estratégias não necessariamente qualifica o usuário como charlatão, pois muitos dos estratégias também podem ser utilizados em favor da busca da verdade.

Tentaremos, ao longo da análise, denunciar alguns desses estratégias anunciados por Schopenhauer que foram utilizados pelo MBL. Caso fosse feita uma pesquisa que buscasse levantar os temas dos quais o MBL discute, comenta e compartilha, as chances de aparecerem quase todos os estratégias denunciados por Schopenhauer seria grande. Mas como a nossa pesquisa visou uma única palavra-chave de pesquisa, o “Nazismo”, o estratégia que mais foi utilizado para o tema do Nazismo foi o de número 32: o “rótulo odioso”. Tal estratégia esteve em todas as publicações (de forma direta e indireta).

Para ficar mais claro, nas palavras de Arthur Schopenhauer (1997):

[Rótulo odioso] Um modo rápido de eliminar ou, ao menos, de tornar suspeita uma afirmação do adversário é **reduzi-la a uma categoria geralmente detestada**, ainda que a relação seja pouco rigorosa e tão só de

vaga semelhança. Por exemplo: “Isso é maniqueísmo”, “É arianismo”, “É pelagianismo”, “É idealismo”, “É panteísmo” [...]. Com isto, fazemos duas suposições: 1) que aquela afirmação é efetivamente idêntica a essa categoria ou, ao menos, está compreendida nela e estamos dizendo: “Ah, isto nós já sabemos!”; e 2) que esta categoria já está de todo refutada e não pode conter nenhuma palavra verdadeira. (p. 174). Grifos nossos.

Em suma, o “rótulo odioso” é a comparação de um acontecimento, de uma ideia, a “uma categoria geralmente detestada”. Nas publicações do MBL, veremos como o coletivo utilizou deste estratagema para comparar a esquerda ao Nazismo, objetivando deslegitimar a confiabilidade dos argumentos antagônicos ao MBL.

4.3.1 Publicação 01

A primeira publicação analisada foi postada no dia 13 de janeiro de 2017, e é uma crítica a uma capa da Revista ISTOÉ, na qual tal revista faz uma comparação entre Donald Trump e Adolf Hitler. A publicação vem de um *link* postado pelo MBL que redireciona ao site “Ceticismo Político”, que foi um site ligado ao grupo MBL, tendo sua hospedagem cancelada devido as acusação de *Fake News*. Hoje, o site está no ar novamente, mas tal matéria que faz essa crítica à ISTOÉ está inacessível devido às referidas acusações. Da mesma forma, a publicação feita pelo MBL ainda pode ser acessada em sua página do *Facebook* (só a publicação, a matéria continua inacessível), como veremos a seguir:



Figura 3: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 13 de janeiro de 2017.

Como podemos perceber, o filtro de busca “Nazismo” nos trouxe uma publicação que não fala especificamente de “Nazismo” - e isso se mostrou comum na pesquisa -, mas dos usos da ideia de Nazismo e tudo aquilo que tange o assunto. Ao defender que Donald Trump não se parece com Hitler (comparação comum em vários jornais no mundo), o MBL tenta não relacionar Hitler com a direita política, “lado” que defendem. A Revista ISTOÉ lançou esta edição na semana anterior da posse da presidência dos Estados Unidos da América por Donald Trump, que ocorreu no dia 20 de janeiro de 2017. A repercussão e as polêmicas envolvendo tal capa foram significativas no Brasil, e muitos *blogs* e páginas de redes sociais autodenominadas de direita, fizeram publicações criticando esta comparação realizada pela ISTOÉ. O MBL, a partir do *website* “Ceticismo Político”, também tomou parte nessas ações. Em suma, a matéria critica tal comparação embasando-se na ideia de que a esquerda dominou os meios de comunicação no Brasil, e a grande mídia, de certa forma, sofre influência das ideias “esquerdistas”.

A matéria do “Ceticismo Político” também argumenta que a esquerda criticaria qualquer outro presidente “não-esquerdista” que estivesse no poder, chamando-o de

fascista, racista, entre outros. Para a página, a esquerda não consegue viver fora do poder, tentando deslegitimar e comparando ao Nazismo tudo o que faz oposição, e neste caso, usando da Revista ISTOÉ (na visão do MBL, representante da esquerda) para fazê-lo. O texto do *website* também condena a ISTOÉ por “ignorar” que Hitler era um “nacional-socialista”, que pelo nome, levaria a interpretação de ser defensor do Socialismo e pertencente à esquerda, por isso, não sendo “compatível” com Donald Trump. Vemos como nesses *blogs* e *websites* de informação da direita, a imprensa nacional é criticada por supostamente “ser de esquerda”, e que tal denominação já deslegitima qualquer informação que a imprensa possa vir a veicular.

Para fins de complementar as informações do texto, colocaremos abaixo a capa da Revista ISTOÉ que gerou a repercussão que analisamos acima:



Figura 4: Capa da Revista ISTOÉ do dia 13 de janeiro de 2017.

Tomando apenas a capa como comparação, vemos que a revista usou do famoso símbolo que o bigode de Adolf Hitler representa no imaginário político, inserindo-o em Donald Trump com as palavras “e agora?”, fazendo nítida comparação entre os dois políticos. Tal publicação do MBL mostrou-se relevante

para o trabalho, pois contava com aproximadamente 6 mil reações⁵⁸, 500 comentários e 914 compartilhamentos. As reações foram divididas em:

Tabela 3: Reações da publicação 01.

	Curtidas	4,6 mil
	Amei	15
	Haha	440
	Uau	60
	Grr	804
	Triste	61

As reações do *Facebook* são instrumentos que a rede social criou para que o usuário, de certa forma, avalie a publicação que entra em contato. Essas reações são divididas em seis, e cada uma é representada por uma figura, na qual o usuário clica e deixa marcada a publicação com uma dessas reações. Antes, o *Facebook* possuía apenas a opção de “Curtir” uma publicação. Atualmente, com essas transformações na interface da página, é possível que o usuário reaja a partir destas seis opções mostradas acima (incluindo o “Curtir”). Na tabela acima, percebemos a aceitação do público devido à maioria das reações em “curtidas” somadas com a reação “Amei” (aproximadamente 4,6 mil). A reação de raiva, representada pelo “Grr” também pode ser interpretada como indignação pelo fato da revista ter feito tal comparação. As reações que podem ser interpretadas como uma crítica ao MBL são as categorizadas pelo emoji “Haha”, que podem significar uma forma de zombar da publicação do MBL.

⁵⁸ Alguns números são aproximados porque são fornecidos pelo *Facebook*.

Partimos agora para a análise dos comentários, aqueles que nos trazem o grosso do objeto da pesquisa, as ideias de Nazismo dos *web* atores que atuam juntamente com o MBL, curtindo, compartilhando e comentando. A análise dos 500 comentários pode ser categorizada em:

Tabela 4: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 13 de janeiro de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	18%
Nazismo não era de esquerda	9%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	40%
Crítica ao MBL	15%
Menciona Bolsonaro	7%
Outros	11%

Diferente de estudos realizados anteriormente com redes sociais, desta vez, preferimos filtrar o máximo que conseguimos cada categorização dos comentários para o tema procurado. Logo, a partição “Outros” ficou com uma porcentagem considerável, já que colocamos ali os comentários que não faziam referência aos temas que investigamos, o que aconteceu também em outras publicações. Não adotando a perspectiva de quem concorda e quem discorda, resolvemos abrir outras partições que achamos interessantes para serem expostas nos resultados.

Exporemos agora alguns comentários como exemplos de cada partição, para que o leitor possa ter o contato com os documentos analisados. Na partição “Nazismo era de esquerda”, com 18%, temos como exemplo⁵⁹:

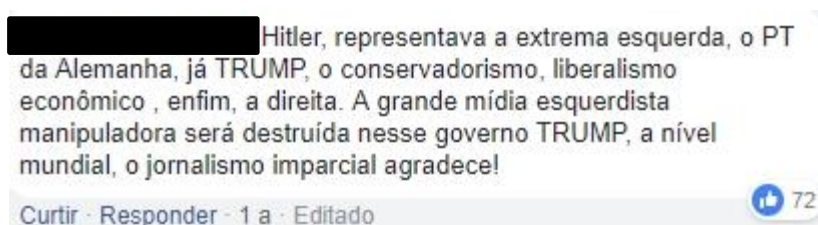


Figura 5: Comentário masculino, 2017.

⁵⁹ Para respeitar os direitos autorais do *Facebook* e a privacidade dos usuários, colocaremos uma tarja preta nos nomes dos autores dos comentários aqui apresentados.

Vemos que o autor do comentário entende que Hitler era representante da extrema-esquerda na Alemanha, e faz uma comparação com o Partido dos Trabalhadores no Brasil, como se o Nazismo fosse o “PT da Alemanha”. Já em contrapartida dessa perspectiva, na categoria “Nazismo não era de esquerda”, com 9%, podemos mostrar como exemplo:

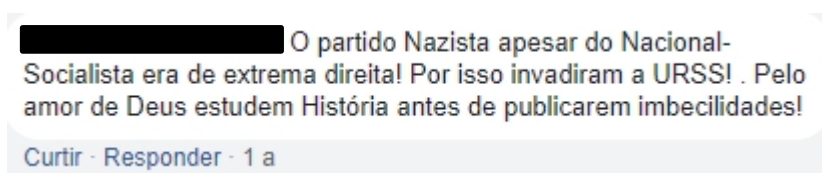


Figura 6: Comentário masculino, 2017.

O autor do comentário acima percebe que o nome do partido não define o seu tipo de governo, que ganha significado a partir de suas ações e projetos. Tal comentário é exemplo das partições “Nazismo não era de esquerda” e também uma referência cruzada⁶⁰ de “Crítica ao MBL”, com 15%. Referências cruzadas também ocorreram bastante nas partições “Nazismo era de esquerda” e “Apoio ao MBL/Crítica à esquerda”, que nessa publicação tem 40% dos comentários. Sobre essa primeira publicação, apresentaremos comentários referentes a todas as categorias para que o leitor possa ter uma noção maior dos documentos analisados, mas nas próximas publicações, nos atentaremos ao nosso objeto: as ideias sobre o Nazismo.

Outro exemplo de comentário que faz parte do “Apoio ao MBL/Crítica à esquerda”, são aqueles que concordam com a publicação:

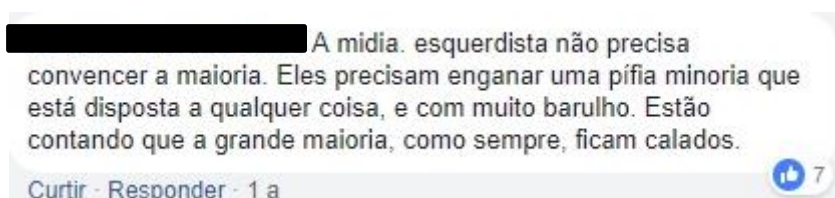


Figura 7: Comentário masculino, 2017.

E para fazer uma crítica ao MBL, temos o comentário:

⁶⁰ As referências cruzadas são comentários que fazem parte de mais de uma partição. É por isso também que preferimos apresentar as categorias dos comentários em porcentagem ao invés do número de comentários, uma vez que um mesmo comentário pode fazer parte de mais de uma categoria.

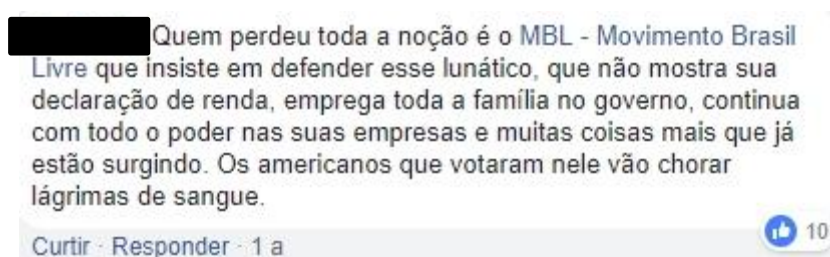


Figura 8: Comentário feminino, 2017.

Vemos como o primeiro comentário não faz nenhuma menção ao Nazismo ser de esquerda ou direita explicitamente, nem dá opinião sobre o assunto. Mas o que acontece é que ao concordar com a publicação, de certa forma, concorda também com as opiniões ali expostas, e por isso, podemos considerar um comentário de apoio ao MBL, de crítica à esquerda, e também de que o Nazismo seria de esquerda, pois critica justamente a mídia que tenta comparar Trump com Hitler. Interpretações como essa foram necessárias em todo o trabalho no momento de análise dos comentários.

É possível perceber na publicação e nos comentários acima, que outros temas foram levantados nas discussões, por exemplo: a mídia, a família, emprego, discussão sobre maiorias e minorias, privado e público, etc. Ao longo das análises e das exposições dos comentários e das tabelas, nos deparamos com diversos desses temas surgindo. Embora nosso foco seja a análise destas ideias do Nazismo que circulam nesta página, podemos perceber que estas temáticas correspondem às carências de orientação dos *web* atores. Em outras palavras, o que move os *web* atores a “retomarem” o passado são as problemáticas que vivenciam, como por exemplo: as mensagens midiáticas perpassando todo o cotidiano dos sujeitos; o questionamento da composição e do sentido da família; as cotas raciais; o desemprego; a corrupção política, etc.

Para não deixarmos de dar um exemplo da última categoria desta primeira publicação, que é a “Menciona Bolsonaro”⁶¹, temos o comentário:

⁶¹ A categoria “Outros”, como já comentada, não representa nenhum comentário relevante para a pesquisa e nem se encaixa em nenhuma outra partição aberta na tabela. Por isso decidimos não apresentar nenhum comentário de tal partição.



a mídia é comunista corrupta e maldita e seus dias estão contados não só com trump mais com Jair Messias Bolsonaro

Figura 9: Comentário masculino, 2017.

Comentários de apoio a Jair Bolsonaro para presidente do país aparecem em praticamente todas as publicações do MBL, mesmo o coletivo não tendo apoiado tal candidato de forma explícita no primeiro turno das eleições de 2018, o que mudou no segundo turno, como já comentado, no qual o MBL tomou partido em favor de Jair Bolsonaro. O MBL considera-se um grupo liberal, enquanto condenam Bolsonaro por ser estatista, mas também não fazem críticas contundentes ao candidato, pois diversos vídeos do MBL (que não estão na pesquisa, mas vale a menção) defenderam atitudes de Bolsonaro quando este fazia críticas à esquerda, e até mesmo difundia seus discursos de ódio e suas famosas *fake news*⁶², comuns nas publicações tanto de Jair Bolsonaro, quanto do próprio MBL. Aliás, o grupo já foi chamado à atenção pela própria coordenação do *Facebook*, que acabou por fechar algumas páginas das quais o MBL administrava por serem consideradas difusoras de *fake news*. Vemos como a elaboração do conhecimento histórico nessa publicação buscou relacionar Hitler à esquerda, e não à direita, com o objetivo de deslegitimar (também) as críticas a Donald Trump. A crítica à revista ISTOÉ mostra que as ideias que circulam na sociedade podem ter mais peso que aquelas da mídia, quando estas fazem mais sentido para os sujeitos.

4.3.2 Publicação 02

A segunda publicação analisada foi postada no dia 23 de fevereiro de 2017, e tentou fazer uma comparação entre a “esquerda brasileira” e o Nazismo. Colocamos “esquerda brasileira” entre aspas, pois a narrativa que o MBL critica é de uma jurista brasileira chamada Deborah Duprat, membra do Ministério Público Federal, e o entendimento de “esquerda” que tratamos aqui é uma noção própria do MBL. O Ministério Público Federal brasileiro, em 2016, encaminhou ao Congresso Nacional

⁶² *Fake News* transformou-se em uma estratégia política. Argumenta Matthew D’Ancona que nos tempos atuais, “a honestidade [das informações] e a exatidão não são mais consideradas como a maior prioridade nas trocas políticas” (D’ANCONA, 2018, p. 20). Para este autor, importa mais o impacto, os efeitos, do que a veracidade. Ainda: certamente a “novidade” não é a falsidade dos políticos, a manipulação, as mentiras, mas a resposta do grande público. Este, acredita sem questionamentos naquilo que já está propenso a acreditar (D’ANCONA, 2018, p. 34).

uma nota que tratava o projeto de lei do Programa Escola Sem Partido como inconstitucional, e a fala foi feita por Deborah Duprat, a quem o MBL chamou de extremista e buscou comparar suas ideias com ações nazistas. A publicação também é um *link* que redireciona o *web* ator a outro site, chamado de “O Reacionário”, também ligado ao grupo MBL e que possui a autoria de diversas publicações postadas na página do MBL no *Facebook*.

Vejamos a publicação:



Figura 10: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 23 de fevereiro de 2017.

No site é possível encontrar outro *link* que redirecionaria ao vídeo de fala da procuradora, mas no site “O Reacionário” tal vídeo não se encontra mais acessível. No que tange ao conteúdo da publicação, o MBL escreve que “tudo o que a procuradora defende é o primado do totalitarismo, da coerção e da submissão do indivíduo ao Estado” ⁶³. O MBL ainda cita o programa nazista *Lebensborn*, que consistia na criação de crianças voltadas ao Nazismo e aumento do exército alemão,

⁶³ Disponível em: <<http://www.oreacionario.blog.br/2017/02/ao-atacar-o-escola-sem-partido.html>>. Acesso em 27 de setembro de 2018.

através de um programa educacional ideológico ao partido desde o nascimento. O MBL claramente tenta forçar uma comparação de uma crítica ao Escola Sem Partido (feita por diversos juristas brasileiros), com um programa nazista, para assim poder depreciar/desqualificar a imagem daqueles que fazem oposição ao projeto, afinal, tudo o que se compara ao Nazismo, geralmente não é bem visto.

O autor do texto do *website* “O Reacionário” é Eric Balbinus, e em sua descrição curta informa-se que o autor é: “Bacharel em Relações Internacionais, pós-graduando em Ciência Política pela FESPSP, coordenador político do MBL, assessor parlamentar, palpiteiro e o mais importante: corintiano.”⁶⁴

Em seu texto, compartilhado pelo MBL e sendo o cerne desta publicação, Eric Balbinus defende que Deborah Duprat “está rasgando os nossos direitos em nome de uma ideologia genocida”, pois para Balbinus, quando o projeto Escola Sem Partido foi tido como inconstitucional, este argumentou que “essa ideia de que as crianças pertencem ao Estado ou mesmo de que a escola deve erradicar certas crenças ideológicas e religiosas já foi experimentada a partir de 1935 na Alemanha com o nome de Lebensborn.”⁶⁵. A contradição existe justamente em dizer que o Estado está erradicando crenças ideológicas e religiosas, sendo que o Projeto Escola Sem Partido foi criticado por especialistas em educação justamente por esses motivos.

Embora a proposta do Escola Sem Partido seja ao direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, os discursos se desdobraram para o que chamam de “doutrinação ideológica” em todos os sentidos, o que resulta na desqualificação da escola pública e dos professores como funcionários públicos. Alguns autores, dentre os quais Frigotto (2017), pensam que nada na sociedade é isento de interesses, e que o Escola Sem Partido, na verdade, é uma proposta carregada de conservadorismo, autoritarismo e fundamentalismo cristão. O autor também afirma que apesar do discurso de aparente neutralidade, o Escola sem Partido defende uma escola sem espaço para discussão da cidadania, voltada para o mercado com a ideia de meritocracia e as necessidades de empresas privadas dedicadas ao ensino.

Michael Apple (2003) considera esse movimento pautado na ideia de que devemos “libertar” nossas escolas, colocando-as dentro de um mercado competitivo,

⁶⁴ Ibid., acesso em 04 de fevereiro de 2019.

⁶⁵ Ibid., acesso em 04 de fevereiro de 2019.

restaurar “nossa” cultura tradicional comum e enfatizar a disciplina e o caráter, e mesmo voltar-nos para Deus em nossa sala de aula, como uma “modernização conservadora”. A educação é entendida como sendo apenas a transmissão de um conhecimento neutro aos alunos e o papel fundamental da escolarização é encher os estudantes com o conhecimento necessário para competir no mundo de hoje, que está em processo de transformação rápida.

Para completar, segundo a matéria compartilhada pelo MBL, o que defende Deborah Duprat não é um Estado Laico, mas um “Estado Ateu e Totalitário”. E ainda restou uma crítica direta ao Ministério Público Federal: “Fica a lição aos que imputam ao Ministério Público a mesma moral devida aos membros da força-tarefa da Operação Lava Jato. Aquilo é um dos maiores covis de militantes radicais deste país, conferir ainda mais poderes aos procuradores é tão prudente quanto dormir com escorpiões na cueca”.

O autor se esforçou em categorizar o Ministério Público Federal como um “covil de militantes radicais” da esquerda no Brasil, e ainda fez, mesmo que discreto, um elogio à Operação Lava-Jato, que sem entrar em detalhes, podemos dizer que é admirada pela maioria dos “direitistas” por ter conseguido o feito de prender o ex-presidente Lula, uma figura de antagonismo para o MBL e inserida no imaginário político brasileiro. Nesta publicação o MBL se utilizou essencialmente de duas estratégias de Arthur Schopenhauer, sendo elas: “Ampliação indevida” e “rótulo odioso”. O “rótulo odioso” já foi explicado anteriormente neste capítulo, e foi predominante nessa pesquisa, já que na maioria das publicações o MBL comparou a esquerda ao Nazismo, utilizando deste conceito como recurso retórico de “rótulo odioso” atribuído à esquerda. A maioria das pessoas que tenha o mínimo de conhecimento sobre a História do século XX, entende o Nazismo como um dos regimes totalitários com mais expressão mundial na História, por diversos motivos. Logo, ao fazer essa comparação, o MBL utiliza de um das estratégias mais famosos denunciados por Arthur Schopenhauer. O outro estratégia utilizado nessa publicação foi o de “ampliação indevida”, no qual se leva a afirmação do adversário “para além de seus limites naturais”, interpretando-a de “modo mais geral possível”, tomando-a no “sentido mais amplo possível”, para assim exagerá-la (SCHOPENHAUER, 1997, p. 124). Quando o MBL disse que Deborah Duprat defendeu algo semelhante ao Lebensborn nazista, o que o coletivo fez foi ampliar

indevidamente a crítica da procuradora, e exagerar tal feito a ponto de compará-lo ao Nazismo, utilizando dos dois estratagemas citados.

E como veremos com as reações (2,1 mil), com os comentários (135) e com os compartilhamentos (691), o MBL obteve sucesso na sua publicação:

Tabela 5: Reações da publicação 02.

Curtidas	1,6 mil
Amei	04
Haha	55
Uau	20
Grr	439
Triste	15

A segunda publicação obteve menos reações e comentários do que a anterior, mas pelas reações de raiva e as curtidas, vemos que muitos aprovaram as ideias expostas pelo MBL. Vamos agora para os resultados obtidos através da análise dos comentários da segunda publicação:

Tabela 6: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 23 de fevereiro de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	24%
Nazismo não era de esquerda	1%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	54%
Crítica ao MBL	5%
Ditadura Militar no Brasil	7%
Outros	9%

Como vemos na tabela acima, a segunda publicação obteve 54% dos comentários como apoio ao MBL e a crítica da esquerda. Podemos considerar, de certa forma, que tais comentários concordaram com a comparação feita pelo MBL de que a crítica de Deborah Duprat se assemelha às ações nazistas. Ainda assim, deixamos para categorizar como “Nazismo era de esquerda” apenas aqueles comentários que explicitaram tal opinião:

Ooooo #MBL
 VAMOS SER (um pouco) MAIS INTELIGENTES PORRA !!!
 O que significa a palavra #NAZISMO ???
 Respondo:
 Nacional SOCIALISMO !!!
 Nunca soube de SOCIALISMO de direita.
 Nazismo É regime SOCIALISTA de esquerda ULTRA RADICAL.
 E seus principais expoentes no Brasil é o #PSOL.
 O #PT perto disso não passa de escolinha pra retardados.
 #FALE!!!!

Figura 11: Comentário masculino, 2017.

O comentário acima, integrante da partição “Nazismo era de esquerda”, com seus 24% dos comentários, evidencia, novamente que a ideia de o Nazismo ser de esquerda vem do seu nome: Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, o nome completo traduzido do partido, mesmo não sendo mencionado no comentário analisado. Muitos *web* atores defenderam tal ideia ao longo da pesquisa, como veremos neste texto. O fato de o partido ter a titulação de “Socialista” como parte de seu nome, é o suficiente para que aqueles que não querem ver o Nazismo relacionado com a direita, pudessem argumentar que o Nazismo foi de esquerda, mesmo isso não sendo apoiado pela maior parte da historiografia e nem pela própria Embaixada da Alemanha, como mencionamos na introdução deste trabalho. Contudo, temos também que levar em conta de que para maioria desses grupos como o MBL, a historiografia é de esquerda e possui um preconceito com tudo que tange à direita, como se a História e o mundo fossem realmente divididos por essa díade.

O comentário abaixo também faz tal interpretação sobre o Nazismo:

Extrema esquerda é Nazismo, e o
 posicionamento da procuradora é ideologia Nazista, era isso que
 Ritler fazia na Alemanha; O Estado tirava as crianças dos pais, para
 transformar las em robôs para servir ao Estado, disciplinadas nas
 ditaduras cruéis e impiedosas do comunismo Nazista!


Curtir · Responder · 1 a  2

Figura 12: Comentário feminino, 2017.

A narrativa acima vai mais longe e chama de ditadura cruel e impiedosa do “comunismo nazista”. Vemos que a comparação entre Nazismo e Comunismo, não

como regimes parecidos, mas como o mesmo regime, ainda é recorrente, e pode ser vista como uma herança do pensamento de Hayek, ou seja, a defesa do Estado Mínimo, como aquele que não investe nas políticas públicas, mas sim nas concepções que regem a mesma, por exemplo, por meio da Escola Sem Partido (FRIGOTTO, 2017).

Em contrapartida a essas publicações, um comentário que representa a minoria das opiniões que circularam nessa postagem faz uma crítica a essa comparação realizada pelo MBL, e faz parte do 1% da partição “Nazismo não era de esquerda”:

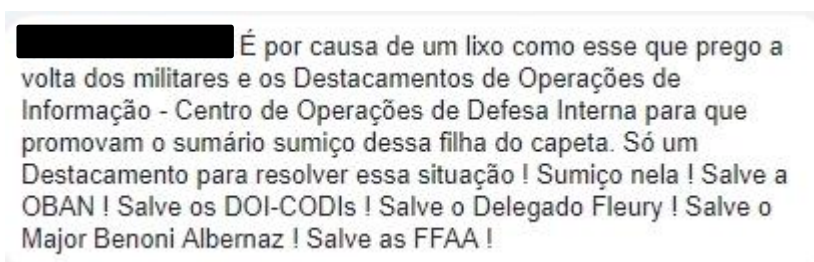
Hahahhahah. Comparar a esquerda com o nazismo MBL? Ainda querem tirar a história do currículo escolar. Para quem se interessar dá um pulinho no museu alemão sobre o Nazismo e vê lá se ele não foi um movimento de direita. Ai ai.

Figura 13: Comentário masculino, 2017.

O comentário que representa aqueles que não consideram o Nazismo como um regime de esquerda, ainda critica a falta que a História faria em um currículo escolar, a importância de se estudar o passado e as ações da humanidade no tempo. O autor do comentário ainda diz para visitarem algum museu alemão sobre o Nazismo para que se confirmasse que tal regime foi de direita, e não de esquerda. Percebemos com a pesquisa, até aqui, que muito da discussão sobre o Nazismo se resume em defini-lo como esquerda ou direita, e o que importa para o MBL é enquadrá-lo justamente na esquerda. A questão central está em colocar o “lado” do outro como o do errado comparando-o com o Nazismo.

Nesta “guerra de narrativas”, é sempre o Outro, de direita ou de esquerda, que não estudou, que é ignorante para saber a História “verdadeira”. Também seria o Outro que incorre em ideologias, servindo como “massa de manobra”. Evidentemente, o espaço do *Facebook* não é para o desenvolvimento do paradigma científico da História. Não há como realizar a História especializada. Antes: a História ali presente é aquela que representa o discurso-síntese de grupos antagônicos, então disseminado na vida social. Pelo exposto neste trabalho, este comentário acima como outros que criticam a ideia de “Nazismo é de esquerda” se configura como a expressão “popularizada” do que a maioria dos historiadores pensa/estuda sobre o assunto.

Antes de partirmos para a terceira publicação, pensamos ser importante falar da categoria “Ditadura Militar no Brasil”, com 7%. O foco da nossa pesquisa não foi este tema, mas falar sobre autoritarismos no Brasil pode recair sobre a Ditadura Civil-Militar vivida pelo Brasil. A segunda publicação obteve vários pedidos de intervenção militar no Brasil por parte dos *web* atores (algo comum atualmente em páginas que se destinam a discutir política). Mas esta publicação, em particular, recebeu um comentário que nos chamou a atenção pela consciência do *web* ator do que foi a Ditadura Civil-Militar, e ainda assim fez o pedido, que soa como um ataque direto à fala de Deborah Duprat⁶⁶:



É por causa de um lixo como esse que prego a volta dos militares e os Destacamentos de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna para que promovam o sumário sumiço dessa filha do capeta. Só um Destacamento para resolver essa situação ! Sumiço nela ! Salve a OBAN ! Salve os DOI-CODIs ! Salve o Delegado Fleury ! Salve o Major Benoni Albernaz ! Salve as FFAA !

Figura 14: Comentário masculino, 2017.

Nota-se que além da demonização da esquerda e das diversas saudações aos militares, o autor do comentário acima realmente defende que os militares realizem “o sumiço” de Deborah Duprat, e dá apoio para que isso aconteça com os opositores de um suposto governo militar. Ou seja, o *web* ator não é um negacionista da Ditadura Civil-Militar Brasileira, mas uma pessoa que legitima tais atos de uma ditadura. Nesta publicação, pedidos de intervenção das forças armadas foram mais numerosos do que comentários que negavam o Nazismo ser de esquerda.

Em diversas páginas do *Facebook* de direita é possível encontrar pedidos de intervenção militar, inclusive nos comentários da página que analisamos. Mas nas publicações que selecionamos para a nossa pesquisa, tais pedidos não foram tão frequentes devido ao filtro que fizemos das publicações, e por isso não nos ateremos a este tema. Isso não significa que em outras publicações o tema da Ditadura Civil-Militar brasileira deixe de aparecer, muito pelo contrário, é um tema

⁶⁶ É preciso reforçar mais uma vez que a tal fala a ser criticada não é acessível com o *link* postado pelo MBL. Os comentários surgem apenas a partir da publicação postada pelo “O Reacionário”, site ligado ao MBL. Ou seja, os *web* atores confiam cegamente nas publicações do MBL, e não buscam nenhuma outra fonte contrária para formular suas opiniões, mesmo o grupo já tendo sido notificado várias vezes devido ao uso de *fake news*.

frequente na História Pública atual brasileira. O MBL acabou sendo um grupo mais cuidadoso com este tema, diferente de outros que já analisamos, como o *Revoltados ONLINE*, então banido do *Facebook* justamente por defender de forma aberta a violência ocorrida na Ditadura Civil-Militar brasileira. O MBL não fez uma publicação pedindo explicitamente uma intervenção militar das forças armadas no Brasil, mas também não criticaram a Ditadura Civil-Militar. O MBL conseguiu atrair um público mais conservador (e muitos simpatizantes da ditadura) e com Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, tenta de várias formas desvencilhar sua imagem do mesmo (considerado muito estatista pelo MBL). O grupo anda sofrendo várias críticas e perseguições de setores mais conservadores no Brasil, incluindo outras páginas do *Facebook* que são abertamente defensoras de Bolsonaro e também de uma intervenção militar que supostamente “resolveria todos os problemas”.

Por ora, nos detemos na temática do Nazismo, cujo discurso síntese do MBL rotula de “esquerdista” como sinônimo de Nazista, instituições (Ministério Público), partidos (PSOL) ou pessoas (como Deborah Duprat), além da mídia, contrárias às suas ideias. O principal questionamento do MBL é o que consideram como excessiva intervenção do Estado, o que, de fato, corresponde ao Nazismo, à ideia nacionalista/imperialista daquele fenômeno. Talvez o entendimento de que um regime de governo civil-militar tenha desaparecido do discurso do MBL, assim como o apoio ao Bolsonaro, justamente por ser compreendido como intervenção estatal. De outro lado, a Escola Sem Partido entra no jogo do discurso, porque traz a ideia de menos investimento público. Contraditoriamente, vigora-se a ideia de Estado Mínimo, se quer um estado forte que possa controlar a “doutrinação ideológica” da escola realizada por intermédio dos professores.

4.3.3 Publicação 03

Na terceira publicação, postada no dia 23 de março de 2017, o MBL realizou uma comparação entre o governo do PT no Brasil com o Nazismo alemão, trazendo como paralelo a falência de algumas agências de correios no Brasil e a “Alemanha devastada e entregue pelo Nazismo”. A crise que se manifestou para a população, em março de 2017, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, é usada como comparação com o Nazismo nesta terceira publicação. Ao longo da matéria fornecida pelo site “Sul Connection”, extremista de direita, faz-se referências apenas

à crise brasileira, sendo a própria página do MBL a fazer tal menção, mesmo que leve, do Nazismo:



Figura 15: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 23 de março de 2017.

Como vemos, é mais uma tentativa de relacionar a esquerda com o Nazismo, considerando o governo petista como inimigo absoluto para o MBL, comparações entre Dilma e Hitler, entre outras figuras que no imaginário social simbolizam um tipo de “mal”, são bem comuns em páginas antipetistas. Na publicação 03, o MBL utilizou de informações de um *website* chamado “Sul Connection”, que após sua página do *Facebook* ter sido bloqueada pela própria rede social, foi descoberto que o *website* também possuía relações com o MBL, não sendo confirmado se o grupo era dono do site ou apenas um fornecedor de informações. O interessante é que o *Facebook* alertou diretamente o MBL devido ao bloqueio de várias páginas por *fake news*, e a página do “Sul Connection” foi uma delas. Posteriormente, outras páginas com o mesmo nome (ou títulos semelhantes) surgiram e continuaram integrando esta rede de informações que o MBL compartilha.

Com o tempo, foi possível perceber (muitos seguidores do MBL também perceberam) que o grupo apresenta uma rede articulada formada por várias páginas e perfis com autores às vezes desconhecidos, que são os informadores do MBL. É uma rede de *websites* ligadas ao MBL, da qual o grupo se utiliza compartilhando os textos e as publicações via *Facebook*. Quase todas as publicações do *Facebook* do MBL são fornecidas por algum *website* dessa rede articulada, que os nomes mais conhecidos são: “O Reacionário”⁶⁷, “O Diário Nacional”⁶⁸, “Sul Connection”⁶⁹, “Mãe Falei”⁷⁰, “MBL News”⁷¹, “MBL de São Paulo”⁷², “JornaLivre”⁷³, “Modo Espartano”⁷⁴ e “Movimento Brasil 200”⁷⁵, sendo as três últimas páginas já bloqueadas pelo *Facebook*. Sobre a exposição desta rede e as críticas que o MBL sofreu, o próprio grupo acusou o *Facebook* de uma suposta censura influenciada pela “mídia esquerdista brasileira”. Sobre os estratagemas de Schopenhauer, além do “rótulo odioso” (que se encontra em todas as publicações, direta ou indiretamente), também temos novamente o estratagema da “ampliação indevida”, já que para comparar o governo nazista com o petista (rótulo odioso), o MBL também teve que interpretar tais governos da forma mais geral possível, sem comentar as especificidades dos dois. Dessa forma, utilizou-se da “ampliação indevida” para ser possível o “rótulo odioso”.

Na matéria do “Sul Connection” que o MBL compartilhou nesta publicação acima, as informações, segundo a matéria, são de um jornalista chamado Cláudio Humberto⁷⁶. Esta matéria em questão também não se encontra mais hospedada no site, restando apenas em acervo pessoal do pesquisador. As informações trazidas pela matéria visam passar a mensagem de que o Partido dos Trabalhadores foi o responsável não só pelo “estrago bilionário na Petrobrás”, como também pela falência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Os Correios vêm sofrendo muitas críticas principalmente de pessoas que defendem a privatização dos

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.oreacionario.blog.br/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁶⁸ Disponível em: <<https://odiarionacional.com/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁶⁹ Disponível em: <<https://jornalivre.com/tag/sul-connection/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁷⁰ Disponível em: <<https://mamaefalei.com.br/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁷¹ Disponível em: <<https://mblnews.org/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁷² Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblsp/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁷³ Disponível em: <<https://jornalivre.com/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁷⁴ Disponível em: <<https://www.modoespartano.org/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

⁷⁵ Não está mais disponível, mas o endereço eletrônico era: <<https://www.brasil200.com.br/>>.

⁷⁶ Cláudio Humberto Rosa e Silva é um jornalista brasileiro que trabalhou como assessor de imprensa do ex-presidente Fernando Collor de Mello (PRN – Partido da Reconstrução Nacional) durante o seu mandato.

mesmos, mas nunca faliu, como diz a publicação. A empresa passou por uma crise no começo de 2017, mas a matéria passa a informação de que a situação dos Correios no Brasil beira à falência, visando justamente defender a privatização dos mesmos.

Para complementar a crítica aos Correios, o *website* diz que:

Vale lembrar que os correios tiveram papel central na reeleição de Dilma, ao atuar como distribuidor exclusivo de material da campanha da candidata e do então candidato ao governo de Minas Gerais, Fernando Pimentel. Ao mesmo tempo, materiais da campanha de Aécio Neves (PSDB) ficaram retidos em centros de distribuição da empresa. O resultado surpreendente foi que, mesmo tendo saído do governo de Minas em 2010 com mais de 70% de aprovação, Aécio acabou derrotado em seu estado natal.⁷⁷

Acima vemos uma clara tentativa de também colocar os Correios, justamente por serem estatais, como esquerdistas e propagadores dos governos petistas, ao afirmarem que os Correios atuaram como os “distribuidores exclusivos” do material de campanha de Dilma Rousseff, e que teriam retido alguns materiais de campanha do outro candidato à presidência em 2014, Aécio Neves (PSDB), o que é mais uma *fake news* divulgada pelo MBL. A comparação que existe com o Nazismo, e também o motivo de tal publicação surgir a partir do nosso filtro de pesquisa, fez-se pela própria página do *Facebook* do MBL na legenda da publicação, na qual encontra-se escrito: “Terra arrasada deixada pelo PT lembra Alemanha entregue devastada pelo nazismo”.

Tal publicação obteve aproximadamente 5,6 mil reações, 175 comentários e 3.392 compartilhamentos. Sobre as reações, foram espalhadas da seguinte maneira:

Tabela 7: Reações da publicação 03.

Curtidas	4,5 mil
Amei	03
Haha	31
Uau	68
Grr	697
Triste	331

⁷⁷ Matéria compartilhada pelo MBL (Publicação 03).

Segundo as reações, vemos uma maior parte do público concordando com as ideias do MBL também, sendo apenas 31 reações que zombam da publicação, catalogadas em “Haha”. Torna-se importante explicar que o modelo de interpretação das reações muda conforme cada publicação. Nesta, por exemplo, deduzimos que as reações de risadas existiram para tomar como “piada” as informações trazidas pelo MBL, pois para muitas afirmações absurdas as reações são de “risada” como uma forma de menosprezo, de não levar a sério.

Sobre a análise dos comentários, temos os seguintes resultados:

Tabela 8: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 23 de março de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Comparação do Nazismo com o Partido dos Trabalhadores	32%
Nazismo não era de esquerda	1%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	36%
Crítica ao MBL	21%
Ditadura Militar no Brasil	1%
Outros	9%

Nesta terceira exposição dos resultados obtidos com os comentários, nota-se que substituímos a categoria “Nazismo era de esquerda” por “Comparação do Nazismo com o Partido dos Trabalhadores”. Isso ocorreu porque com este levantamento pudemos perceber que a maioria dos comentários que defendiam tal ideia, explicitava uma comparação entre governo petista e governo nazista. Caberia talvez o uso da categoria “Nazismo era de esquerda”, mas preferimos substituí-la por uma que apresentasse mais claramente os resultados dessa análise. Vemos também nessa publicação a força da categoria “Apoio ao MBL/Crítica à esquerda”, com 36%. Vale lembrar que muitas referências cruzadas ocorreram com esta última categoria e a primeira, que compara o PT com o Nazismo. Pensamos isso porque mesmo comentários não fazendo tal comparação, acabam concordando com a publicação difundida pelo MBL, e logo, considerando semelhanças entre o Nazismo e o governo petista. Nesta publicação, tal feito foi maioria, como veremos nos exemplos dos comentários abaixo:

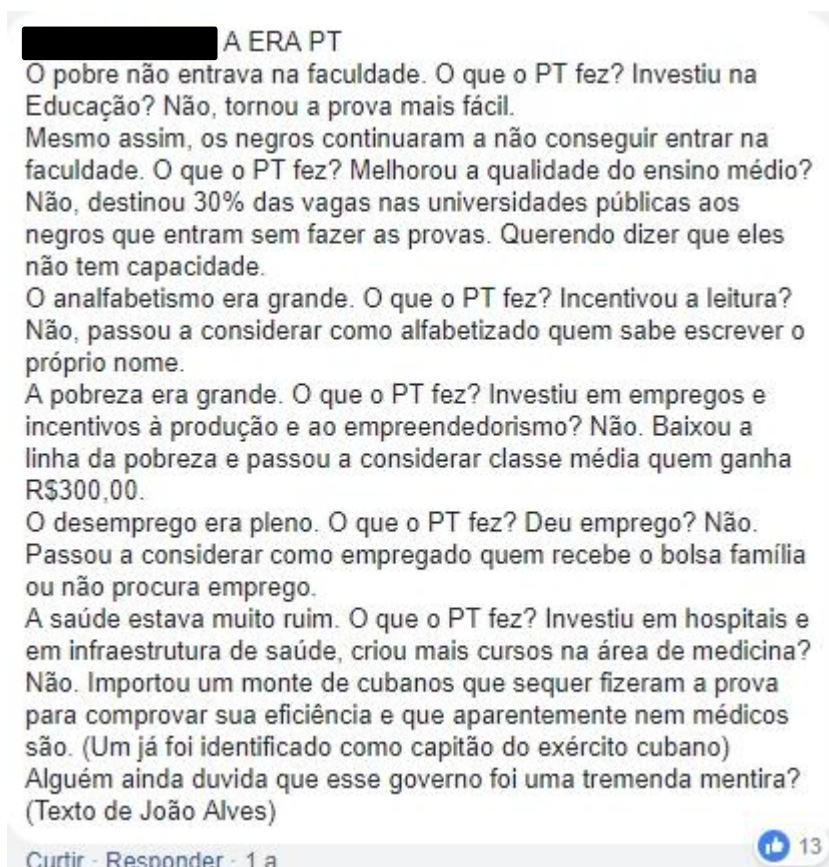


Figura 16: Comentário masculino, 2017.

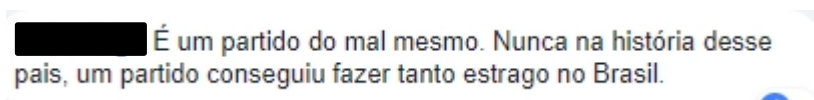


Figura 17: Comentário feminino, 2017.

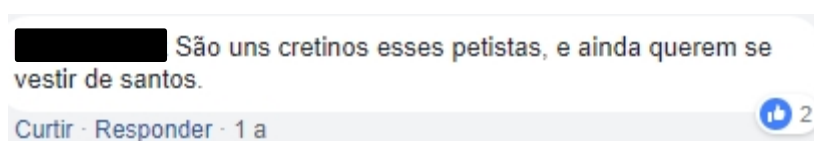


Figura 18: Comentário feminino, 2017.

No primeiro comentário é possível perceber que além de concordar com a comparação entre Nazismo e o PT, o autor faz duras críticas (a maioria embasada em *fake news*) às supostas ações do governo petista durante seus 13 anos na presidência da República. No segundo comentário a autora chama o PT de “um partido do mal”, e diz que nunca se viu na História do Brasil um partido que tenha feito tantos estragos. Vemos uma ideia maniqueísta, da luta do bem contra o “mal”, nas narrativas do MBL e de seus seguidores. E no terceiro, também uma crítica ao PT, mas que se utiliza de palavras ofensivas (também comuns, que só não

aparecem mais no trabalho por opção nossa em amostrar outros tipos de comentários). Todos esses comentários fazem parte das categorias “Comparação do Nazismo com o Partido dos Trabalhadores”, com 32%, e “Apoio ao MBL/Crítica à esquerda”, com 36%, sendo referências cruzadas.

Nesta postagem, vários itens nos reportam ao discurso-síntese do MBL. Questionam-se as cotas para os negros, alegando que entram na universidade sem fazer a prova do vestibular (afirmação sem fundamento algum). A crítica às cotas tem relação com o discurso de meritocracia, ou seja, o Estado, por meio das políticas afirmativas retira do negro a possibilidade de concorrer pelos seus próprios esforços/conquistas. A questão da bolsa família também recai neste discurso sobre o Estado “facilitando” a vida de algumas pessoas. Os médicos trazidos pelo governo petista através do programa “Mais Médicos” são vistos com desconfiança, pois o fato de serem cubanos resulta na associação com “esquerdismo”, comunismo, petismo.

Na categoria “Nazismo não era de esquerda”, com apenas 1% dos comentários, exporemos estes dois:



Figura 19: Comentário masculino, 2017.



Figura 20: Comentário masculino, 2017.

Apesar do erro de digitação ocorrido no primeiro comentário, podemos perceber que a intenção do autor na hora que escreveu “compra” era de escrever “compara”. Tal comentário defende que não tem como comparar o regime nazista com o governo do PT, e ainda chama o governo que ficou no poder após o *impeachment* de Dilma Rousseff de “governo golpista”. O segundo comentário, partindo da mesma perspectiva, diz que tal comparação é exagerada e que apesar da nossa situação estar difícil, segundo o *web* ator, ainda assim não se compara com o Nazismo. A terceira publicação ainda obteve 21% dos comentários que criticaram a publicação do MBL, e 1% de pedidos de intervenção militar no Brasil.

Vemos nessa publicação e nos comentários que concordam com ela, os 32% da categoria “Comparação do Nazismo com o Partido dos Trabalhadores”, que a utilização da ideia de Nazismo se deu como comparação com o suposto “Brasil arrasado” deixado pelo governo petista, da mesma forma que a Alemanha pós-Nazismo encontrou-se destruída (tanto pela guerra, quanto internamente, historicamente, entre outros). As ideias históricas que circulam em tal público são as de que o PT, tal qual regimes totalitários como o Nazismo, conseguiram que instituições estatais fossem difusoras de suas ideologias, como vimos nas afirmações que condenavam os Correios de terem sido os “veículos exclusivos” do material de campanha de Dilma Rousseff em 2014.

4.3.4 Publicação 04

A quarta publicação refere-se a um vídeo que foi postado no dia 25 de abril de 2017, e foi produzido pelo próprio MBL. O vídeo faz críticas ao governo venezuelano de Nicolás Maduro, principalmente no que tange a um plano anunciado em 2014 em favor do desarmamento da população da Venezuela. O MBL buscou expor que o desarmamento da população venezuelana desde 2014 foi o principal culpado pelo aumento da criminalidade e da atual crise da Venezuela, e também tentou relacionar isso ao Nazismo e aos partidos de esquerda no Brasil.

A publicação do vídeo é acompanhada do seguinte texto:

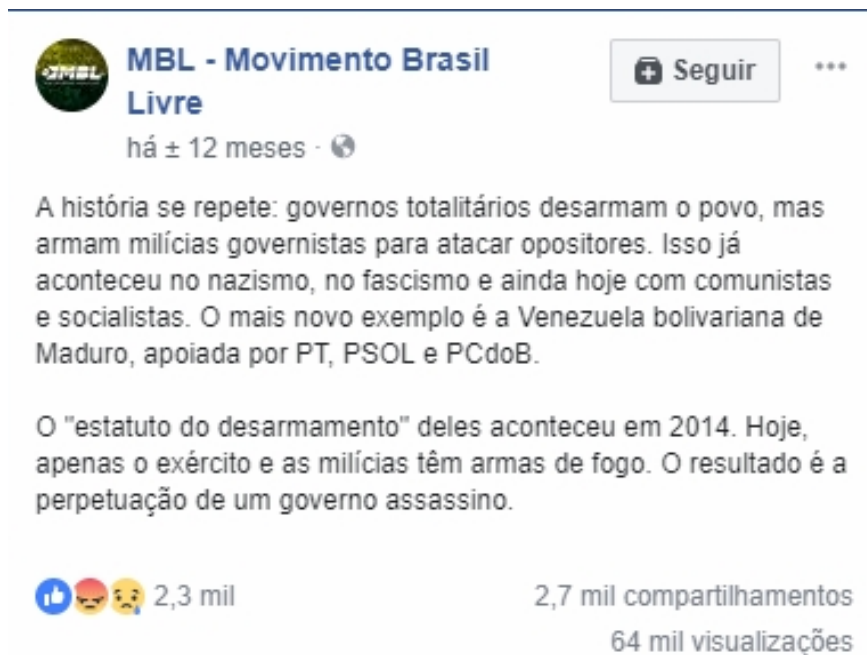


Figura 21: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 25 de abril de 2017.

Não pretendemos e nem temos condições de discorrer sobre a complexidade que é a crise da Venezuela atualmente, ainda assim, é importante perceber como o MBL narra a História das esquerdas, e daquilo que eles consideram de esquerda, como o Nazismo. Antes de analisarmos mais a fundo, é preciso dizer que o vídeo da publicação é apenas uma montagem de imagens em transição, mostrando os confrontos na Venezuela entre a polícia e os opositores do governo, estando tais imagens acompanhadas dos seguintes textos:

EM 2014, A VENEZUELA ANUNCIOU UM PLANO PELO DESARMAMENTO DA POPULAÇÃO.

ENQUANTO O POVO DE BEM SE DESARMAVA, A CRIMINALIDADE AUMENTAVA, E A DITADURA ARMAVA AS MILÍCIAS BOLIVARIANAS.

HOJE, O REGIME REPRIME MANIFESTAÇÕES PACÍFICAS COM VIOLÊNCIA E ASSASSINATOS.

E A HISTÓRIA SE REPETE MAIS UMA VEZ EM GOVERNOS SOCIALISTAS, FASCISTAS, COMUNISTAS E NAZISTAS.

A LIBERDADE DE SE ARMAR É A LIBERDADE DE SE PROTEGER CONTRA CRIMINOSOS E CONTRA GOVERNOS TOTALITÁRIOS.

FIM DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO JÁ! ⁷⁸

⁷⁸ Vídeo completo disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/584585334998947/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

Essa quarta publicação, fazendo todas essas relações expostas acima, teve o objetivo principal de defender o fim do Estatuto do Desarmamento no Brasil. Tal Estatuto é uma lei federal derivada do projeto de lei nº 292 (PL 1555/2003)⁷⁹, de autoria do então senador Gerson Camata (MDB/ES), que entrou em vigor no dia 23 de dezembro de 2003. Em suma, a lei proíbe o porte de armas por civis, mantendo exceções apenas para os casos de necessidade comprovada. A luta em favor da legalização do porte de armas é uma narrativa comum nos grupos de direita no *Facebook*, desde os mais liberais até os conservadores.

Na publicação acima, apesar das duras críticas ao governo de Maduro, o foco do MBL foi dizer que os partidos de esquerda (PT, PSOL e PCdoB) apoiam tal governo, e logo, o caminho do Brasil se seguir os passos desses partidos será trilhar o mesmo rumo da Venezuela. O MBL não está preocupado com o que acontece de fato na Venezuela, pois o objetivo principal foi atacar o Estatuto do Desarmamento do Brasil. O apelo final se dá nos três últimos textos expostos no vídeo: “E a História se repete mais uma vez em governos socialistas, fascistas, comunistas e nazistas. A liberdade de se armar é a liberdade de se proteger contra criminosos e contra governos totalitários. Fim do Estatuto do Desarmamento já!”. Vemos como a defesa de tal narrativa se dá através de uma perspectiva de liberdade, como se armar uma população fosse a única saída para supostos regimes totalitários⁸⁰. O apelo do MBL em fazer a comparação do Partido dos Trabalhadores com o Nazismo fica claro quando o MBL mostra que o desarmamento da população foi uma das táticas do Nazismo, e que se isso aconteceu no Brasil, então o PT (governante na época) também usou de táticas nazistas (ou semelhantes, o que já seria necessário para fazer a população se alarmar).

Assim como na ideia de Escola Sem Partido, que desqualifica a escola pública e indiretamente indica que o ensino em casa (*homeschooling*) ou a escola privada, controlados pelos interesses da família, seriam mais pertinentes, o armamento da população retiraria a responsabilidade do Estado com a segurança. Justifica-se o armamento com os mesmos argumentos em relação ao fim das cotas,

⁷⁹ Mais informações disponíveis em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/40341>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

⁸⁰ Aqui estamos nos referindo mais uma vez ao Brasil, uma vez que muitos *web* atores que comentam nas publicações do MBL pensam que os governos petistas foram ditaduras socialistas, e muitas vezes foram levados a assim acreditar pelo próprio MBL.

bolsa família, escola pública, saúde pública, qual seja, o Estado Mínimo e tudo o que este abarca, como o individualismo/meritocracia. Um discurso baseado no liberalismo e no conservadorismo, já analisado por Apple (2003), como um amálgama de tendências de extrema-direita.

A quarta publicação obteve 83 comentários, 2,7 mil compartilhamentos, 64 mil visualizações pela página do MBL e 2,3 mil reações, divididas em:

Tabela 9: Reações da publicação 04.

Curtidas	1,9 mil
Amei	10
Haha	05
Uau	12
Grr	244
Triste	75

Sobre as reações, vemos novamente uma maioria de pessoas que concordaram com as opiniões do MBL, juntando explicitamente as categorias “Curtidas” (mais significativa) e “Amei”. As outras categorias referentes a essa publicação são mais confusas de se interpretar, pois as reações de tristeza, raiva e surpresa podem surgir tanto em concordância quanto em discordância das ideias veiculadas no vídeo. Já as cinco reações de “Haha”, pensamos ser de críticas ao MBL, pois novamente expressa uma interpretação de não levar a sério a informação que a página traz.

Os resultados obtidos na análise dos comentários foram:

Tabela 10: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 25 de abril de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	2%
Nazismo não era de esquerda	0%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	48%
Crítica ao MBL	29%
Outros	21%

Nesta quarta publicação também tivemos a maioria das publicações categorizadas em “Apoio ao MBL/Crítica à esquerda”, com 48% dos comentários, ficando a categoria “Nazismo era de esquerda” com apenas 2%. As críticas ao MBL também foram frequentes entre os comentários (29%), inclusive pela própria direita, pois naquele momento o MBL ainda apoiava certas ações de João Dória (PSDB), que era prefeito da cidade de São Paulo, antes de sair e se candidatar para governador do estado de São Paulo, feito realizado e que se iniciou no ano de 2019. O grupo recebeu diversas críticas de uma ala mais extrema da direita justamente por apoiar João Dória, que na visão de alguns *web* atores, seria um social democrata (por ser do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira).

Nesta publicação, a porcentagem que tivemos a respeito do Nazismo ser de esquerda se deu mais a partir de referências cruzadas. Foram comentários que não expuseram tal ideia de forma explícita, mas concordaram com o MBL nas suas afirmações, e por isso consideramos uma referência cruzada entre duas categorias.

Vejamos a seguir:

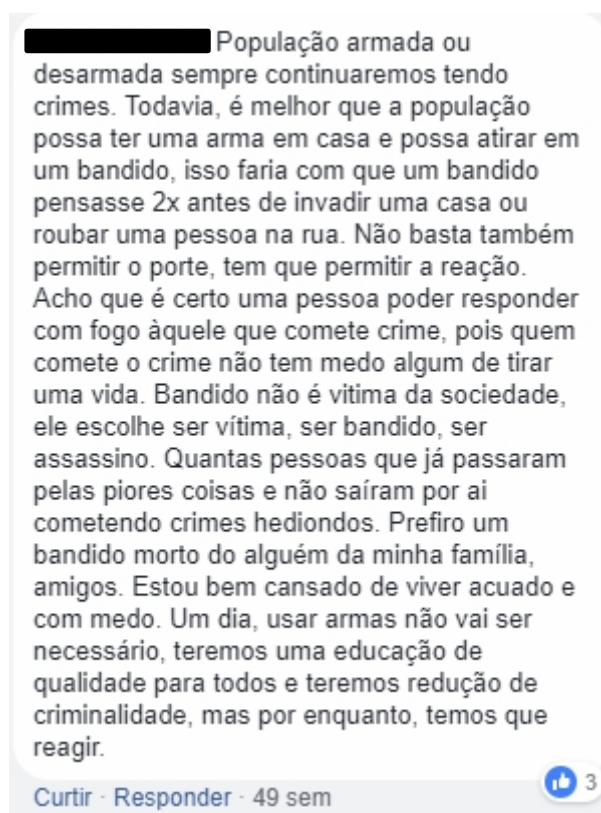


Figura 22: Comentário masculino, 2017.

██████████ O que a Venezuela faz a luz do dia o Brasil faz nas sombras, o único grupo bem armado na terra da banana e o pcc, o nome disso é expurgo, recorrente em ditaduras socialistas !!

Figura 23: Comentário masculino, 2017.

Vemos que os dois comentários acima não fazem menção ao Nazismo, mas concordam com as ideias do MBL e ainda complementam tais afirmações. O primeiro comentário buscou justificar com vários “motivos” a necessidade de a população poder ter uma arma, embasando tal argumento em diversos bordões do senso comum, como “o bandido pensará duas vezes antes de assaltar uma pessoa na rua ou invadir uma casa” sabendo que as pessoas estão armadas. O segundo comentário exposto apenas relacionou aquilo que o MBL disse sobre a Venezuela ter desarmado a população, o Brasil também o fez, só que de forma oculta, e que isso é recorrente em “ditaduras socialistas”, enquadrando o Brasil como uma (durante os governos petistas). Nos comentários dessa quarta publicação, como dissemos, não encontramos como previsto nenhuma relação direta sobre o Nazismo, apenas as concordâncias dos *web* atores com o que o MBL defendeu. A relação mais direta foi o próprio MBL que fez na sua publicação, como mostramos acima, quando este relacionou o desarmamento da população civil por parte do governo como um ato essencial dos governos nazistas, fascistas, comunistas e socialistas, levando em consideração que tanto o próprio MBL, quanto a maioria de seus seguidores, concordam que o Brasil se encaminhava para uma ditadura socialista durante os governos petistas.

Por não ter aparecido outros comentários que tratassem do Nazismo, preferimos terminar a amostragem da quarta publicação por aqui, para que possamos dar continuidade e focar em comentários que trataram diretamente do nosso objeto, como veremos nas próximas publicações. Cabe dizer que nessa quarta publicação os usos da ideia de Nazismo ocorreram como forma de relacionar o desarmamento como uma característica em comum entre o Nazismo, o governo venezuelano e o Brasil. A ideia que o MBL passou para poder defender o fim do Estatuto do Desarmamento no Brasil, foi que regimes nazistas e socialistas (para o MBL: a Venezuela e o Brasil durante os governos petistas) desarmam o “cidadão de bem” e armam as milícias que defendem o governo.

4.3.5 Publicação 05

A quinta publicação foi postada no dia 02 de maio de 2017, sendo também um vídeo, como a quarta publicação. A principal diferença é que este vídeo não foi produzido pelo *MBL – Movimento Brasil Livre*, mas pela *PragerU*⁸¹, considerada uma organização de mídia independente que diz não ter fins lucrativos (assim como o MBL), sendo inclinada a produção de conteúdo, geralmente educacional, com um viés conservador. Tal publicação obteve aproximadamente 12 mil reações, mil comentários, 29 mil compartilhamentos e 1,5 milhões de visualizações só na página do MBL.

O vídeo está acompanhado do seguinte texto:



Figura 24: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 02 de maio de 2017.

O vídeo apresenta duração de 5 minutos e 16 segundos, e como foi dito acima pelo próprio MBL, foi traduzido pela página do *Facebook* dos *Tradutores de Direita*⁸². O vídeo com áudio original em inglês, é uma fala de Dennis Prager, fundador da *PragerU*, defendendo que não se critica o Comunismo como se critica o Nazismo, acompanhada de imagens alegóricas para “comunicar” a mensagem objetivada.

⁸¹ Página do *Facebook* da *PragerU* disponível em: <<https://www.facebook.com/prageru>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

⁸² Disponível em: <<https://www.facebook.com/tradutoresdedireita>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

A transcrição da fala de Dennis Prager, disponível no vídeo com legenda em português é a seguinte:

Quando as pessoas descrevem indivíduos ou regimes particularmente maus, porque elas usam o termo “nazista” ou “fascista”? Mas quase nunca dizem “comunista”? Mesmo diante do inigualável nível de sofrimento humano que o comunismo causou, por que o termo “comunista” não causa tanta repulsa quanto “nazista”? Os comunistas mataram 70 milhões na China, mais de 20 milhões na União Soviética, sem contar em torno de 5 milhões de ucranianos. E quase 1 em cada 3 cambojanos. Os comunistas escravizaram nações inteiras. Na Rússia, Vietnã, China, Leste Europeu, Coreia do Norte, Cuba, e boa parte da Ásia Central, eles arruinaram a vida de mais de 1 bilhão de pessoas. Então por que o comunismo não tem a mesma reputação horrível que o nazismo?

Razão número 1: há, simplesmente, uma ignorância generalizada sobre a História do Comunismo. Se tanto a direita como a esquerda odeiam o nazismo e ensinam sua história perversa, a Esquerda – e refiro-me à “Esquerda”, não a democratas tradicionais como Harry Truman ou John F. Kennedy – nunca odiou o comunismo. E uma vez que a esquerda domina as universidades, quase ninguém ensina a história perversa do comunismo.

Razão número 2: os nazistas realizaram o holocausto. Nada é páreo em maldade para o Holocausto. A prisão de praticamente todo homem judeu, mulher, criança e bebê no continente europeu, enviando-os à morte, não tem precedentes e é inigualável. Os comunistas mataram muito mais do que os nazistas mas nunca se igualaram ao Holocausto na sistematização do genocídio. A singularidade do Holocausto e a atenção enorme que corretamente, a ele se dá, ajudaram a garantir ao nazismo uma reputação pior do que a do comunismo.

Razão número 3: o comunismo se baseia em teorias que soam bem. Já o nazismo não. Se baseia em teorias que soam odiosas. Os intelectuais, em geral, incluindo aqueles que escrevem a História, são seduzidos por palavras. Tanto é assim que eles consideram ações menos importantes do que palavras. Por isso, eles não prestaram tanta atenção aos atos perversos dos comunistas quanto deram aos atos perversos dos nazistas. Eles julgam a maldade dos comunistas como um desvio do verdadeiro comunismo. Mas eles julgam as atrocidades nazistas corretamente, como o resultado lógico e inevitável do nazismo.

Razão número 4: os alemães expuseram completamente as mazelas do nazismo, se responsabilizaram por elas, e tentaram se redimir delas. Os russos não fizeram nada parecido com os horrores de Lenin ou Stalin. Pelo contrário, Lenin, o pai do comunismo soviético, ainda é grandemente venerado na Rússia. E quanto a Stalin, como dito pelo historiador da Universidade de Londres, Donald Rayfield: “As pessoas ainda negam, aberta ou veladamente, o Holocausto de Stalin”. Tampouco a China expôs o maior dos genocidas e escravizadores: Mao Tsé-Tung. Mao ainda é reverenciado na China. Toda nota chinesa tem sua foto. Até que a Rússia, e China, e Vietnã, e Cuba, e a Coreia do Norte reconheçam as atrocidades que cometeram sob comunismo, as atrocidades do comunismo serão menos conhecidas do que as do Estado alemão sob Hitler.

Razão número 5: os comunistas mataram mais entre a sua própria gente. Os nazistas, porém, mataram bem poucos alemães. A “opinião internacional” – este termo altamente insignificante e imoral – vê o assassino do seu próprio povo como bem menos significativo do que o assassino de pessoas de outro povo. É por isso que, por exemplo, negros que matam milhões de outros negros na África quase não chamam a atenção da “opinião internacional”.

Razão número 6: na visão da esquerda, a última guerra justa foi a Segunda Guerra Mundial – a guerra contra o nazismo alemão e o fascismo japonês.

*A esquerda não considera guerras contra regimes comunistas como guerras “justas”. Por exemplo, a guerra dos EUA contra o comunismo vietnamita é vista como imoral. E a guerra contra o comunismo coreano e seus aliados chineses é simplesmente ignorada. Até que a esquerda e todas as instituições por ela influenciadas reconheçam quão perverso foi o comunismo, continuaremos a viver em um mundo moralmente confuso. Enquanto isso, todas as pessoas de bem têm como dívida às vítimas do comunismo aprender o que aconteceu com elas. Pior do que você ser assassinado ou escravizado, é um mundo que sequer sabe o que aconteceu com você. Eu sou Dennis Prager.*⁸³

Analisando tanto o texto do MBL, como a fala transcrita de Dennis Prager, a indignação em comum é a de que o Comunismo não é tão mal visto como o Nazismo, e que muito disso está ligado à dominância da esquerda sobre os meios de comunicação e as universidades. Dennis Prager defende tal ideia a partir de seis razões principais, como vimos acima. Um dos argumentos de Prager é de que “uma vez que a esquerda domina as universidades, quase ninguém ensina a história perversa do comunismo”, fazendo também uma crítica aos pesquisadores/professores de história. Para corroborar tal argumento, logo em seguida ele mesmo usa de um historiador que defende que as pessoas ainda negam o “Holocausto de Stalin”. Vemos que mesmo fazendo uma crítica para os “intelectuais que escrevem a História”, como ele próprio o denomina, Prager logo em seguida se utiliza de um historiador, soando até mesmo contraditório. Não entraremos em questões sobre o que e como os professores de História estão ensinando temas como Nazismo e Stalinismo nas escolas (no Brasil ou no mundo), pois para isso seriam necessárias diversas pesquisas e é impossível falar desses assuntos sem consultá-las. O ponto é que Dennis Prager, além de relativizar o Nazismo, generaliza os profissionais da História do mundo todo, como se esses fossem todos defensores do Comunismo.

Neste contexto, associar Nazismo, Comunismo, assim como a suposta “doutrinação ideológica” das escolas, culmina no discurso-síntese de que os profissionais da história, ou seja, historiadores e professores de história são “esquerdistas”. Vai se criando este discurso-síntese, que Burke e Porter entendem como sendo “jargão”. Determinados jargões expressam e sedimentam a delimitação sobre o que seria “esquerda” e “direita”, segundo sua adesão ou não às perspectivas sobre a sociedade e a projetos políticos específicos. Mesmo que os discursos sejam

⁸³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/588594481264699/>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

plurais, correspondendo a diferentes lugares e posições de luta em torno da atribuição de sentido sobre a escola, as políticas sociais, a segurança, etc., vão nos mostrando palavras ou expressões que configuram uma mensagem nuclear de cada “lado” da contraposição. O jargão expressa a necessidade que indivíduos e grupos têm de demarcar e defender seus territórios intelectuais e de se destacarem de seus competidores (BURKE; PORTER, 1997, p. 33). Quando falou de “jargão da escola” referiu-se à escola acadêmica no sentido de sistema de ideias.

Por mais que Prager tenha o cuidado de não negar o Holocausto e reafirmar o quão grave foi tal acontecimento, relativiza-o para adequar sua associação comunismo/esquerda. Outro problema nas pontuações de Dennis Prager é generalizar/equiparar os regimes que foram governados de modos diferentes. Estes usos do passado e os usos de certos jargões, rompem com a natureza do conhecimento histórico científico, cuja base é a contextualização histórica contra o anacronismo.

Das 12 mil reações que essa publicação recebeu, sua divisão foi:

Tabela 11: Reações da publicação 05.

Curtidas	11 mil
Amei	450
Haha	34
Uau	105
Grr	161
Triste	58

Novamente a maioria das reações é de consentimento com a publicação do MBL, sendo 11 mil curtidas e 450 “Amei” os mais expressivos. As únicas que podemos interpretar como contrárias à publicação são as 34 reações do “Haha”. As outras todas parecem concordar, mesmo que com diferentes reações, das informações trazidas pelo MBL.

Sobre a análise dos comentários, os resultados foram os seguintes:

Tabela 12: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 02 de maio de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	62%
Nazismo não era de esquerda	18%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	3%
Crítica ao MBL	9%
Outros	8%

Como vemos, em sua maioria os comentários defenderam que o Nazismo foi um regime de esquerda, com 62% de alusões. Em seguida, as defesas de que o Nazismo não era de esquerda apareceram com 18% dos comentários, um número até significativo se pensarmos o lugar que foi feita a pesquisa. Nessa publicação, algo que vale nota também é que as críticas (9%) ao MBL foram mais quantitativas do que os apoios (3%).

Veremos agora alguns comentários que se encaixaram na categoria “Nazismo era de esquerda”:

██████████ O nazismo é o comunismo sem hipocrisia. Se os nazis querem te matar, dizem logo que vão te matar porque você é judeu, cigano, gay e por isso não presta para viver. Já os comunistas dizem que vão te libertar e te matam do mesmo jeito.

Curtir · Responder · 1 a



Figura 25: Comentário masculino, 2017.

██████████ Que vontade de marcar os professores esquerdistas

Curtir · Responder · 1 a

Figura 26: Comentário masculino, 2017.

██████████ Enquanto professor de história for filiado a pt psol pcu p pqp...a história ainda vai ser "mal contada"...

Figura 27: Comentário masculino, 2017.

Isso acontece porque dona ONU é Comunista.

Curtir · Responder · 1 a

Figura 28: Comentário masculino, 2017.

HITLER Injustiçado pela História !!! ele esqueceu de dizer que o comunismo matou pobres e abandonados já o nazismo matou o que hoje é a casta do capitalismo ,

Curtir · Responder · 1 a

Figura 29: Comentário masculino, 2017.

O primeiro comentário faz uma comparação direta, dizendo que o Nazismo seria o Comunismo sem “hipocrisia”, o que mostra a influência da “Razão número 3” exposta por Dennis Prager no vídeo do MBL, de que o Comunismo seria um totalitarismo com ideias que “soam bem”, e que por isso convencem seus seguidores. Para o *web* ator, a única diferença entre Nazismo e Comunismo é que no último, a ideia que se passa para as pessoas é a de liberdade, e o Nazismo já deixaria claro quais seriam seus objetivos. O segundo e o terceiro comentário possuem uma visão parecida a respeito dos professores de História no Brasil, ao defenderem que estes “contam” uma história condicionada porque são esquerdistas e filiados ao PT, PSOL, etc. Tal fato mostra também o consentimento dos *web* atores com a ideia de que a esquerda domina as universidades e os meios de produção e difusão da História (que no caso, seria a escola). O quarto comentário defende que a ONU é comunista, demonstrando mais uma vez que a posição contrária do Outro, seja um indivíduo ou instituição, logo é classificada de “esquerdista” ou similar. O último comentário exposto é alarmante, pois parece defender Adolf Hitler, que seria um injustiçado pela História, pois o Comunismo “matou pobres e abandonados”, enquanto o Nazismo “matou o que hoje é a casta do capitalismo”, que para o *web* ator, parece ser visto como algo positivo.

Não entraremos em questões específicas sobre “quem matou mais” no Nazismo ou no Comunismo ou as diferenças e semelhanças entre duas ideologias de dois regimes totalitários, pois não é o objetivo deste trabalho. A questão principal é entender como que o posicionamento do MBL se dá na “guerra de narrativas”, como usa o passado para dar conta de suas carências de orientação engendradas na vida prática.

Sobre os comentários que fazem parte da categoria “Nazismo não era de esquerda”, com 18%, temos os seguintes exemplos:



Figura 30: Comentário masculino seguido de comentário feminino, 2017.



Figura 31: Comentário masculino, 2017.

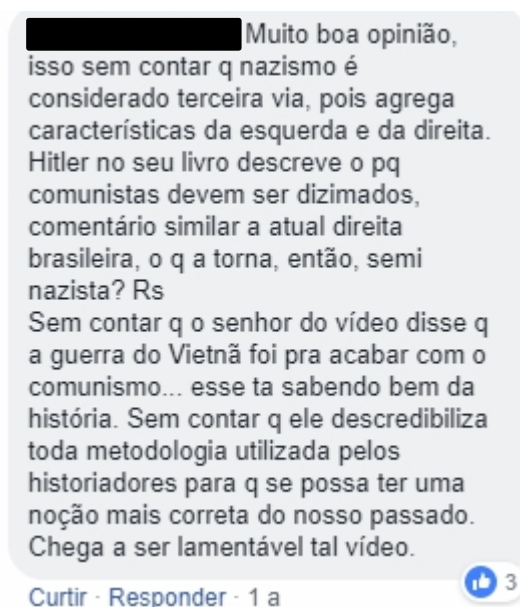


Figura 32: Comentário masculino, 2017.

O primeiro conjunto de comentários (Figura 30) foi de duas pessoas que buscaram satirizar as afirmações do MBL expostas no vídeo. O primeiro comentário (masculino) chama outra pessoa (comentário feminino) à conversa e ironiza: “Nunca ouvimos falar das barbaridades do Stalin na escola também. Tá certo [sic] né?”. E a convidada a participar da conversa, diz: “Imagina, nunca nenhum professor criticou o regimes socialistas”. A palavra “certo” escrita com a letra “s” ao invés de “c”, como foi feito, ironiza o MBL, na qual os dois *web* atores estão, na realidade, mostrando que os professores de História que eles tiveram trataram sim do Stalinismo como um regime totalitário e tão ideológico quanto o Nazismo (apesar das diversas diferenças tanto ideológicas quanto de conduta dos regimes).

O comentário referente à Figura 31 também ridiculariza as afirmações do MBL, ao dizer que “Hitler era tão de esquerda quanto o socialista bolsonazi, na lógica burra coxinha”⁸⁴. O *web* ator ainda diz que pela lógica do MBL, já que Jair Bolsonaro pertencia ao Partido Social Cristão⁸⁵, ele supostamente seria também esquerdista. É uma das principais críticas de que o nome de algo não o representa tanto quanto as suas ações ao longo do tempo. Claramente o *web* ator satiriza o fato de Jair Bolsonaro e a extrema-direita no Brasil serem fanáticos anticomunistas, capazes de invocar o “medo vermelho” para qualquer situação política no Brasil,

⁸⁴ O termo “bolsonazi” refere-se ao presidente da extrema-direita eleito no Brasil em 2018, Jair Bolsonaro, do PSL – Partido Social Liberal.

⁸⁵ Jair Bolsonaro entrou para o PSL apenas em 2018, e as nossas fontes são de 2017, ano em que Bolsonaro era do PSC.

sendo que o seu partido possui o título de “Social”, o que remeteria a partidos de esquerda na visão desta direita. O quarto comentário exposto possui uma característica mais moderada, e talvez mais conhecedora do que diz a historiografia, tomando o Nazismo como uma “terceira via”, porque agregou “características da esquerda e da direita”. Também chamou a atenção para o que Hitler disse em seu livro (provavelmente o *web* ator estava se referindo ao *Mein Kampf*) sobre dizimar os comunistas, o que faria de Hitler um anticomunista também. O *web* ator ainda finaliza seu comentário fazendo uma defesa das metodologias usadas pelos profissionais da História, dizendo que o vídeo deslegitima tais perspectivas, sendo elas as mais confiáveis para termos uma “noção mais correta” do passado.

A utilização da ideia de Nazismo do MBL nesta publicação se deu numa tentativa de relativizar tal regime para que se pudesse criticar o Comunismo, o antagonista máximo para o MBL. Dentro dessa elaboração de narrativa histórica principal, alguns pontos basilares foram apresentados tanto na publicação, bem como nos comentários dos *web* atores que concordaram com o grupo, sendo alguns deles: a ignorância generalizada sobre a História do Comunismo, que fez com que o Nazismo ficasse marcado na História como um dos piores regimes vividos; o Comunismo conseguir passar uma imagem melhor que a do Nazismo, mas no cerne são o mesmo tipo de totalitarismo; a dominância de uma esquerda influente nas universidades e em todos os veículos de comunicação; e os professores de História tidos todos como comunistas a serviço de tal doutrina, assim como a ONU.

4.3.6 Publicação 06

A sexta publicação aqui apresentada foi postada na página do MBL no dia 13 de junho de 2017, via página do *Facebook* do vereador associado ao MBL, Fernando Holiday (DEM). Sendo uma postagem mista de texto e imagem, segue abaixo a parte textual que acompanha a imagem (mostraremos a seguir):

Ao longo da história vimos regimes socialistas fracassarem em todo o mundo e infelizmente ainda podemos ter exemplos reais de como essa torpe ideologia pode destruir um país. A Venezuela deu ontem um golpe de Estado, onde o governo do ditador Maduro quer calar a Assembleia Nacional para que o totalitarismo de seu regime seja integralmente seguido. Além disso, o país passa por uma crise social e econômica monstruosa, onde os venezuelanos que ainda não tentaram fugir do país estão sobrevivendo de migalhas e restos. Esse é o modelo ideal de governo que a

esquerda brasileira prega? O povo faminto, sem esperanças e controlado por um psicopata? Precisamos cortar relações não só com a Venezuela de Maduro, mas sim com qualquer resquício socialista que ainda possa existir em uma democracia que almeja ser livre. (2017).

Fica clara a menção ao regime de governo venezuelano e à crítica ao mesmo, mas o nosso foco encontra-se no momento em que o texto chama a atenção para ser esse o “modelo ideal de governo que a esquerda brasileira prega”. E também no trecho no qual temos de cortar relações com qualquer “resquício socialista”. O uso da ideia de Nazismo, ainda não tão explicitado no texto, vem de forma mais direta na fotografia que o acompanha:



Figura 33: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 13 de junho de 2017.

Como vemos, ao relacionar os regimes da “Venezuela socialista”, da “Cuba socialista”, da “China socialista” e da “Rússia socialista” com ditaduras, a publicação também faz menção a uma “Alemanha socialista” que também se enquadra como ditadura. Ao usar o termo “socialista” acompanhado da nação alemã, a página não está fazendo referência à Alemanha Oriental do pós Segunda Guerra Mundial. Está chamando a Alemanha nazista de “Alemanha Socialista”. Uma pequena mudança no termo que faz toda a diferença no significado, e por isso mesmo o filtro de busca nos

trouxe esta publicação quando pesquisamos a palavra “Nazismo”. Veremos nos comentários as pessoas que concordaram ou não com esta categorização.

O que podemos considerar aqui é que existe uma disputa na História Pública na qual as páginas que discutem política tentam, umas contra as outras, depreciar o adversário. Para isso, vemos como exemplo na publicação acima a tentativa de mostrar que tudo que tange a esquerda é considerado ruim/injusto/mal e faz parte do lado do inimigo. Ao chamar a Alemanha nazista de Alemanha socialista, o objetivo está em jogar para o lado adversário todos os governos ditadores da História, buscando apenas, através do argumento, menosprezar a imagem do seu antagonista.

Tal publicação conta com 1010 reações de usuários divididas em:

Tabela 13: Reações da publicação 06.

Curtidas	947
Amei	04
Haha	27
Uau	14
Grr	12
Triste	06

Para termos uma noção do nível da difusão da informação, esta publicação obteve 687 compartilhamentos e 75 comentários. Lembrando que o número de compartilhamentos não é o número de pessoas que tiveram contato com a publicação, afinal, o que uma pessoa compartilha pode ser visto por todos os seus amigos. Se levarmos em conta que a maioria dos usuários do *Facebook* possui mais de 1000 “amigos” conectados na rede social, logo, o alcance dessa publicação foi maior do que aparenta. Ainda são necessários estudos, principalmente na área da Ciência da Informação, para entendermos mais como funciona esse alcance de publicações do *Facebook*. No momento, o que temos são esses números para nos auxiliar.

Sobre a análise dos comentários, estes podem ser categorizados da seguinte forma:

Tabela 14: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 13 de junho de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	40%
Nazismo não era de esquerda	12%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	7%
Crítica ao MBL	18%
Ditadura Militar no Brasil	1%
Outros	22%

Com a pesquisa, podemos ver que mesmo o MBL, uma das páginas de direita que se esforçou em diferenciar-se de políticos mais autoritários como Jair Bolsonaro, abriu margem para que seus curtidores mostrassem suas opiniões mais radicais no que tange a direita. Assim, vemos que muitos daqueles que “curtem” o MBL, de acordo com os seus perfis pessoais, apoiaram Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil nas eleições de 2018. Antes do primeiro turno das eleições de 2018, o MBL pretendia apoiar Flávio Rocha para a presidência da República, que vinha trabalhando no ano de 2017 para se candidatar em 2018. Isso não aconteceu, o que fez com que o MBL não apoiasse ninguém para o primeiro turno das eleições, e no segundo, o grupo apoiou Bolsonaro, mas se empenhou em construir uma imagem de campanha mais voltada ao antipetismo do que em defesa explícita de Bolsonaro.

Apresentaremos abaixo alguns dos comentários da publicação analisada, sendo estes correspondentes à partição “Nazismo era de esquerda”, com 40% das opiniões:

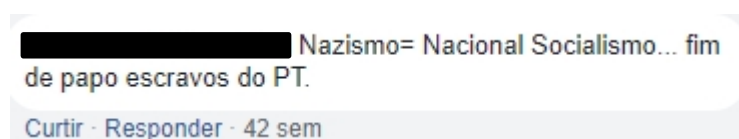


Figura 34: Comentário masculino, 2017.



Figura 35: Comentário masculino, 2017.

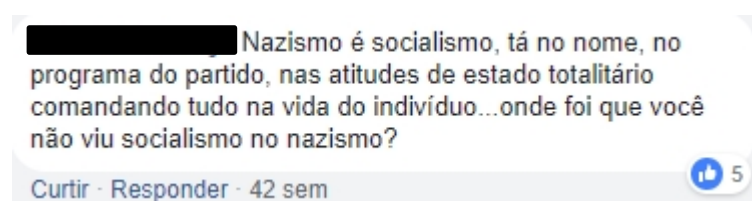


Figura 36: Comentário feminino, 2017.

No primeiro comentário temos mais uma vez uma simples analogia ao nome do Partido Nazista devido ao termo “socialismo”, além de taxar quem discorda dessa opinião de “escravos do PT”. O segundo comentário vai mais afundo, justificando que o Nazismo era socialista porque possuía um controle estatal sobre a população, devido à proibição do porte de armas para o cidadão, controle do mercado, doutrinação nas escolas, regulação da mídia, aliança com a URSS, entre outros. Outro ponto relevante é destacar que o autor, ao defender a direita, considera Nazismo, Fascismo, Socialismo/Comunismo, Socialdemocracia, como ideologias de esquerda com algumas divergências entre si, justamente por possuírem um “Estado forte”. E já a direita como defensora do Estado Mínimo, do Livre Mercado, da população armada e da mídia livre. Muitas pessoas que pensam apenas com essa perspectiva não percebem que a Ditadura Civil-Militar brasileira é um exemplo de governo de direita com Estado forte, regulação da mídia e doutrinação nas escolas. Ou seja, o poder que o Estado tem de regulamentar a vida, o mercado, entre outros, nem sempre define se o regime é de esquerda ou de direita.

E o terceiro comentário não se distingue dos outros citados acima, relacionando o Nazismo e o Socialismo devido ao nome, ao tipo de governo e ao totalitarismo. Criticando tal postura do MBL sobre o Nazismo, veremos dois comentários que fazem parte da categoria “Nazismo não era de esquerda”, que

representam 12% dos comentários (referências cruzadas para a categoria “Crítica ao MBL”):



Figura 37: Comentário masculino, 2017.



Figura 38: Comentário masculino, 2017.

O primeiro comentário faz a crítica ao MBL mostrando que um governo não pode ser analisado apenas pelo seu nome (nacional-socialista), e mostra como exemplo a questão da Coreia do Norte, que possui o nome oficial de “República Popular Democrática da Coreia”, mas que sua “democracia” é contestada no mundo todo. Já o segundo comentário, um ataque mais direto dizendo que o MBL defende bandido, e que são analfabetos em História (pensamos que por fazer tal afirmação de a Alemanha nazista ser socialista). Nesta publicação também tivemos pedidos de intervenção militar (1%) e muitas críticas à publicação do MBL (18%).

Vemos que os principais argumentos do MBL e dos seus seguidores aos justificaram o Nazismo como socialista, são o Estado forte, e o nome do Partido Nazista: Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Isso é o suficiente para que essas pessoas concordem que o Nazismo era Socialista. Definindo mais ainda: que o Nazismo era de esquerda. É essa mensagem que importa ao MBL, como dissemos anteriormente, o objetivo está em depreciar/prejudicar a oposição. Mesmo com a maioria da historiografia não concordando com isso, mensagens como essas são difundidas cada vez mais na nossa contemporaneidade, até porque, para a maioria desses grupos, a historiografia é “de esquerda”. Vê-se o debate sendo travado baseado muito mais na força de jargões, nas associações construídas na História Pública e não na História especializada.

4.3.7 Publicação 07

A sétima publicação é uma imagem que foi postada no dia 10 de julho de 2017, e que antes havia sido divulgada pela página *Liberalismo da Zoeira*, da qual o MBL referenciou a ideia. A imagem é uma sátira que faz alusão aos temas do Nazismo e do Comunismo, e como estes, na visão do MBL, são ensinados por professores de História. Segue abaixo a imagem:



Figura 39: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 10 de julho de 2017.

A imagem, dividida em quatro quadros, pressupõe que os professores de História tratam o Nazismo como a “pior ideologia de todas”, e o Comunismo como algo a ser defendido e uma das finalidades do que ensinam os professores de

História. Isso se mostra no último quadro com a fala: “vamos conseguir da próxima vez”. Novamente, o que o MBL faz é relativizar o Nazismo e seus números, visando o ataque aos regimes comunistas da antiga União Soviética e da China, com números sem referência ou embasamento algum (inclusive os números sobre o Nazismo).

Podemos perceber uma mudança de postura nas publicações do MBL sobre o Nazismo a partir de junho (publicação 06), e isso se acentuará mais nas próximas publicações. Nessas duas últimas, os professores de História e as universidades entraram na mira do MBL de forma mais destacada, como mostra a publicação acima. Nas primeiras postagens que vimos neste texto, buscava-se mais uma relação com o PT e a esquerda brasileira quando o assunto era Nazismo. A partir de junho isso mudou, e o “medo do Comunismo” voltou a aparecer na narrativa do MBL. Isso não significa que as comparações ao PT sumiram, mas uma visão mais abrangente, que conspira contra um suposto poder socialista que paira pelo mundo, passou a fazer parte da narrativa do MBL.

Esse molde de ataque aos professores das Ciências Humanas - porque não foram apenas os professores de História que viraram alvo do MBL -, tornaram-se comuns na nossa História recente, como já dissemos. Não é só o MBL que faz estes ataques e defendem essas ideias, os setores mais extremistas como o próprio partido de Jair Bolsonaro são os que mais lutam contra o que eles denominam de “Ideologia de Gênero”. Concomitante a essas ideias (pois para o MBL os culpados são os mesmos), atualmente também vemos deslegitimar o que a História ensina sobre regimes autoritários e “temas difíceis”, como a Ditadura Civil-Militar no Brasil, o próprio Nazismo, a escravidão no Brasil, entre outros. A publicação acima é só mais um ataque que compõe um acervo de afrontas que os professores sofreram (e continuam sofrendo) por grupos como o MBL.

A sétima publicação obteve 1.476 compartilhamentos, 102 comentários e 3,9 mil reações, divididas em:

Tabela 15: Reações da publicação 07.

Curtidas	3,2 mil
Amei	13
Haha	580
Uau	14
Grr	91
Triste	22

As curtidas, como em todas as publicações, foram as reações que apareceram em abundância, com aproximadamente 3,2 mil; e na sequência, a reação de risada (Haha) apareceu com 580. Nesta publicação é impossível distinguir quais reações de “Haha” estão ridicularizando o MBL, ou reagindo em concordância com a “sátira” apresentada pelo grupo.

Sobre os comentários, tivemos os seguintes resultados:

Tabela 16: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 10 de julho de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	37%
Nazismo não era de esquerda	1%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	13%
Crítica ao MBL	16%
Outros	33%

Novamente a categoria “Nazismo era de esquerda” apareceu com a maioria dos comentários (37%), enquanto a “Nazismo não era de esquerda” obteve apenas 1%. A partição “Outros” foi mais significativa do que as outras nesta publicação, pois ocorreu uma longa discussão sobre o cristianismo ser ou não culpado pelas milhares de mortes ocorridas ao longo da História em nome de Cristo. Todos os comentários desta discussão que não fizeram alusão ao Nazismo, nem mostraram concordar ou não com a publicação (realmente fugiu do tema), nós categorizamos como “Outros”.

Examinemos alguns comentários da categoria “Nazismo era de esquerda”:

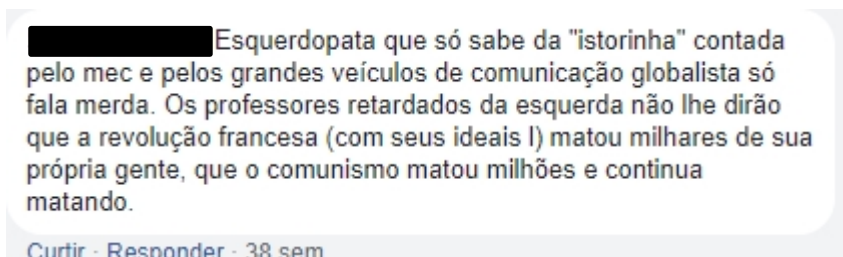


Figura 43: Comentário masculino, 2017.

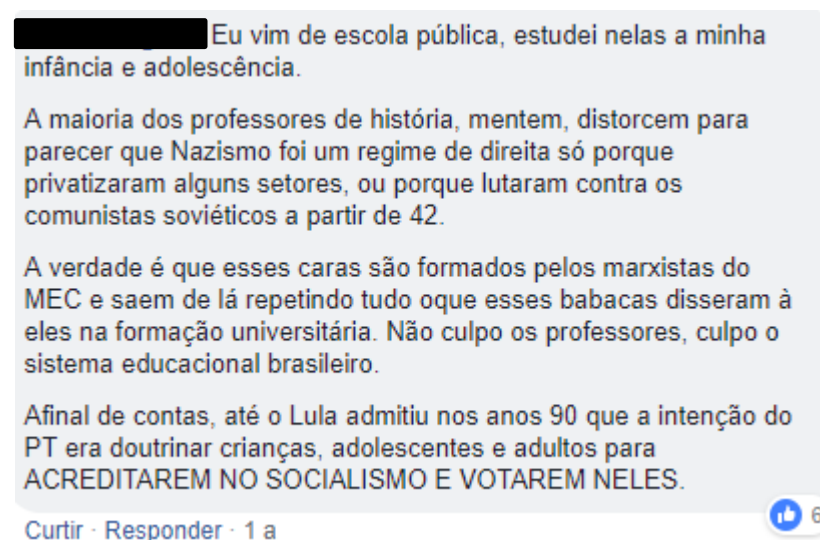


Figura 44: Comentário masculino, 2017.

Os dois primeiros comentários apenas reiteraram a narrativa de que o Nazismo foi um movimento de esquerda por causa da palavra “Socialismo” presente no título do partido, um dos principais pontos indicados por quem concorda com essa ideia sobre o Nazismo ao longo de toda a pesquisa. Já a conversa entre dois alunos e um professor aconteceu da seguinte maneira (Figura 42): um aluno marcou outro colega na publicação do MBL e mencionou que a professora de História deles pensa dessa maneira, e que por isso é escrava do século XX. O colega marcado na publicação respondeu com risadas e com a frase “comunismo aaaa d boa” - ridicularizando a professora -, e depois com mais risadas. Então um professor dos dois *web* atores, que não é de História, comentou: “To de olho nessas revoltas ai gurizada kkkkk”, claramente se posicionando de forma parecida com os alunos. Na sequência, um dos alunos respondeu que a esquerda estaria “em peso lá nas nossas aulas de sociologia, filosofia e história, principalmente história [...]”. O professor então concluiu a conversa dizendo que já sabia disso, e pedindo para não espalharem que foi ele (o professor) que levou os alunos para o “bom caminho”, ou seja, o caminho de interpretar todos os acontecimentos ditos ruins da História como

responsabilidade de pensamentos de esquerda. Cabe reforçar, caso isso não tenha ficado claro, que um professor de outra área do conhecimento teve mais legitimidade na sua narrativa sobre História, do que a própria professora de História desses alunos⁸⁶.

Os dois últimos comentários também estão sob essa visão de que a esquerda dominou os meios de comunicação, as universidades e, por consequência, a escola e o que nela é ensinado. Partindo dessa ideia, o penúltimo comentário acima afirma que aqueles que confiam na esquerda (nessa visão, qualquer aluno de escola pública que tem aula de História), só sabem das versões contadas pelo MEC (Ministério da Educação) e pelos “grandes veículos de comunicação” global, que na visão do *web* ator, “só falam merda”. A ideia de que o MEC é um órgão comunista a serviço de espalhar as ideias do PT também faz parte do nosso senso comum de forma considerável atualmente. O *web* ator ainda faz outra crítica aos professores de História, dizendo que estes nunca irão ensinar que a Revolução Francesa “matou milhares de sua própria gente”, e o mesmo do Comunismo. E no último comentário, para complementar essas críticas aos professores de História (e a visão que os seguidores do MBL possuem deles), a mensagem que o *web* ator tentou transmitir foi a de que a maioria dos professores de História mentem e distorcem o Nazismo para que este “pareça” ser de direita. E os professores fazem isso, na visão do *web* ator, pois foram “formados pelos marxistas do MEC”, e acabam repetindo tudo o que aprendem. Para o último comentário, a culpa é do sistema educacional brasileiro, e não os professores (que também foram doutrinados pela esquerda).

Em contraposição a essas ideias, apresentaremos dois comentários bem sucintos que apareceram nesta publicação, levando em conta também que eles foram minoria:

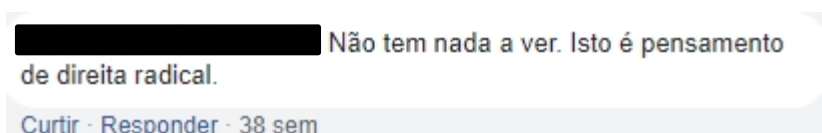


Figura 45: Comentário masculino, 2017.

⁸⁶ É claro que aqui ficamos a mercê do que os alunos disseram sobre as aulas dessa professora, sendo impossível saber se a professora realmente defendeu a ideologia comunista, ou se os alunos apenas interpretaram de forma condicionada e preconceituosa o que ela disse. Afinal, vivemos um período de caça aos professores, principalmente os de História, no Brasil.

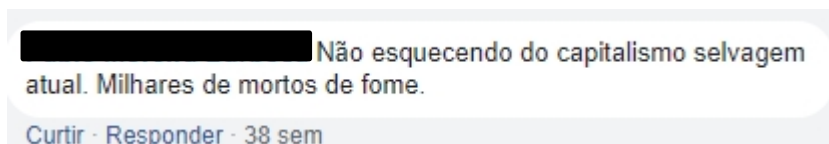


Figura 46: Comentário masculino, 2017.

O primeiro foi uma simples negação da afirmação do MBL na postagem. E o segundo visou apontar que na perspectiva que o MBL olha para os regimes ditos comunistas, o Capitalismo também seria um dos regimes que mais matou e continua sendo a causa da morte de milhares de pessoas que não possuem chances de viver neste sistema. É uma pequena contradição colocada pelo *web* ator que pode servir de crítica à publicação do MBL. Enfim, naquilo que tange à elaboração de ideias históricas, a narrativa do MBL preocupou-se em utilizar do Nazismo novamente como forma de comparação para se criticar o Comunismo, dizendo que este dominou inclusive o Ministério da Educação no Brasil, e por isso, o que se ensina nas universidades e nas escolas objetiva uma formação voltada ao Comunismo. Os ataques aos professores de História mostraram-se presentes sob a perspectiva de que tais professores foram formados por uma visão “marxista” por causa do MEC, e por isso dão aulas de História com esse viés. Tudo isso dentro de uma visão mais ampla na qual o PT inseriu este método no Brasil, e devido aos 13 anos no poder, teve tempo para que seu plano de doutrinação desse certo. Vemos que para tal narrativa fazer sentido, é preciso que se forcem aspectos que conotam quase uma teoria da conspiração comunista no Brasil e no mundo. Mas a questão é que independentemente do tamanho da excentricidade, essa narrativa está fazendo sentido para muitas pessoas.

4.3.8 Publicação 08

A oitava publicação foi postada no dia 14 de agosto de 2017, e refere-se a uma imagem produzida pelo MBL na qual é defendido que tanto o Partido Nazista foi formado por socialistas, quanto a Ku Klux Klan. Observemos a imagem:



Figura 47: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 14 de agosto de 2017.

O uso da ideia de Nazismo nesta oitava publicação surgiu a partir de um acontecimento na cidade de Charlottesville, no estado de Virgínia, Estados Unidos da América, que foi notícia no mundo todo. No dia 11 de agosto de 2017, três dias antes de o MBL realizar esta publicação, a cidade de Charlottesville foi palco de um protesto conduzido por grupos de extrema-direita, com centenas de supremacistas brancos, nacionalistas brancos, neo-confederados, neonazistas, entre outros; que reuniram várias pessoas carregando tochas, realizando saudações nazistas e bradando palavras de ordem contra negros, imigrantes, homossexuais e judeus ⁸⁷. Tal protesto ocorrido na sexta-feira foi descrito pelos próprios participantes como uma preparação para o evento “Unir a Direita”, que ocorreu no sábado daquela mesma semana, no dia 12 de agosto de 2017. Durante a noite de sexta-feira, as pessoas do protesto neonazista carregavam tochas, suásticas, rifles semiautomáticos, bandeiras antissemitas, bandeiras confederadas e placas pró-Trump. Tais manifestantes também gritaram bordões da era nazista, tais como:

⁸⁷ SENRA, Ricardo. ‘Sou nazista, sim’: o protesto da extrema-direita dos EUA contra negros, imigrantes, gays e judeus. **BBC Brasil**, 12/08/2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

“Sangue e terra”, e frases como “Vidas brancas importam”; “Os judeus não nos substituirão”.

Em 12 de agosto de 2017, o principal dia do evento “Unir a Direita”, que foi convocado por estes grupos de direita, foi cenário de um confronto entre grupos antifascistas e antirracistas contra os brancos neonazistas que convocaram o evento. Durante este confronto, diversas pessoas ficaram feridas e uma morreu, pertencente ao grupo antifascista. Um carro em defesa do evento “Unir a Direita” invadiu e atropelou uma multidão que estava protestando contra tal evento, e uma dessas pessoas atropeladas veio a falecer. O evento previamente havia sido criado devido aos “planos de remoção da estátua de um general pró-escavidão que lutou na Guerra Civil Americana”⁸⁸. Os protestantes do “Unir a Direita” eram contra a remoção desta estátua, mas tal acontecimento tomou enormes proporções midiáticas, e em pouco tempo o mundo estava falando dos acontecimentos de Charlottesville e retomando as discussões sobre a Ku Klux Klan e o Nazismo. A mídia mergulhou nessas discussões pelo mundo afora, e todo jornal com o mínimo de bom senso e respeito à História, tratou destes acontecimentos como causados por grupos de extrema-direita: neonazistas, nacionalistas brancos e a própria Ku Klux Klan.

No Brasil, os influenciadores da direita contemporânea acusaram a mídia (seja ela brasileira ou internacional), de mais uma vez, ser mentirosa e voltada à esquerda. Nando Moura, um dos principais influentes e formadores de opinião dessa direita radical no Brasil, publicou um vídeo no seu canal do *YouTube* no dia 14 de agosto de 2017, com o título: “SUPREMACIA BRANCA???...FAKE NEWS!!!”⁸⁹. Em suma, Nando Moura dedicou aproximadamente 14 minutos tentando justificar que os movimentos que ocorreram em Charlottesville, o Nazismo e a Ku Klux Klan, seriam todos de esquerda. Em um momento do vídeo, o vlogueiro chega a afirmar que: “Na verdade, o Nacional-socialismo, o Nazismo, é um partido de extrema-esquerda”, e que todas as pautas que o Nazismo defendia também eram de esquerda. Vemos que o objetivo de relacionar o Nazismo à esquerda não vem só do MBL, a maioria desses influenciadores e formadores de opinião da direita se empenham muito em

⁸⁸ CHARLOTTESVILLE: supremacistas brancos e grupos antirracismo entram em confronto. **BBC Brasil**, 12/08/2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40913908>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

⁸⁹ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wAi4yDFB8jA>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

passar essa narrativa sobre o Nazismo. Para estes, é impensável tal movimento ser considerado de extrema-direita.

Outro influenciador digital muito importante para a direita brasileira é o próprio Olavo de Carvalho, um astrólogo, jornalista e escritor, que na década de 1990, “após a polêmica causada pela publicação de livros em que criticava intelectuais e acadêmicos de esquerda, resolveu apostar na divulgação de suas ideias na internet” (ROCHA, 2018, p. 48). Olavo de Carvalho criou seu blog pessoal no ano de 1998, e em 2002 o *website* coletivo *Mídia Sem Máscara*, todos como veículos de difusão das suas ideias conspiratórias sobre o Brasil e o mundo. Em 2006 também criou um programa de rádio chamado *TrueOutspeak*, “por meio do site *BlogTalkRadio*, que era acompanhado pelos membros das comunidades do Orkut fundadas em sua homenagem e por simpatizantes de ideias de direita espalhados pelo país” (ROCHA, 2018, p. 48). Com o tempo, seus simpatizantes foram aumentando de forma significativa, e atualmente sua página do *Facebook* possui 565.461 seguidores⁹⁰, e o seu canal do *YouTube*, que recebe como título o seu próprio nome, conta com 635.644 inscritos⁹¹.

O astrólogo ficou famoso por difundir teorias da conspiração ao longo dos últimos 20 anos, chegando a dizer que a *Pepsi*, uma marca norte-americana muito famosa de refrigerantes, usava células de fetos abortados em sua composição; e também já contestou o Heliocentrismo e a eficácia das vacinas aplicadas pelo governo do Brasil⁹². Mas a teoria mais famosa veiculada por Olavo de Carvalho, aquela que o fez virar o principal mentor da direita no Brasil, chegando a ser indicado pelo presidente Jair Bolsonaro como uma das “excelentes opções de canal de informação no youtube”, é a do Marxismo Cultural. Uma teoria da conspiração difundida nos círculos mais conservadores da extrema-direita norte-americana a partir dos anos de 1990. Tal teoria faz referência a uma suposta forma de marxismo que teria abandonado a revolução a partir da luta armada, mudando o foco para a tomada de todos os meios de comunicação da grande mídia, incluindo as escolas e as universidades (é a teoria que embasa as publicações que vimos acima sobre a “Esquerda mundial” ter dominado tais veículos que agora servem como instrumentos

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/olavo.decarvalho>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/olavodeca/featured>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mz9f3fLks9s>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

de doutrinação marxista). Para analisar a obra completa de Olavo de Carvalho, que embasa boa parte dos pensamentos dos conservadores no Brasil atual, é necessário um trabalho a parte. Aqui, mencionamos tal personagem da nossa História devido à sua importância neste momento como um dos principais influentes digitais do Brasil. Dentro dessa perspectiva do Marxismo Cultural, que conversa com todas as teorias de Olavo de Carvalho que tomam a esquerda como planejadora de uma dominação mundial, encontra-se também a ideia de o Nazismo ser de esquerda, e por isso Olavo de Carvalho tem importância para este estudo. Com toda essa influência, o “professor Olavo”, como é chamado pelos seus obcecados seguidores, também foi responsável (provavelmente o maior) por embasar a ideia de o Nazismo ser de esquerda no Brasil.

Também influenciados pelo contexto histórico (os ocorridos em Charlottesville), no dia 15 de agosto de 2017 um canal do *YouTube* chamado *Terça Livre TV* publicou o vídeo: “Olavo de Carvalho | O Nazismo era esquerdista? E o Fascismo?”, no qual o astrólogo afirma que tanto o Nazismo quanto o Fascismo seriam regimes de esquerda política. Segundo os argumentos de Olavo de Carvalho, a esquerda mundial sempre quis o intervencionismo do Estado, e ela se define por isso. Logo, Nazismo, Fascismo, Comunismo (na mesma medida, os governos petistas) todos seriam regimes pertencentes à esquerda. Ao final do vídeo, o astrólogo ainda diz que “a esquerda brasileira, ela é a favor de uma economia fascista [...]”, e que “essa síntese de Socialismo e Fascismo é o que funciona no Brasil”⁹³. No contexto histórico em que vivemos, esse mundo ficcional e conspiratório que Olavo de Carvalho acredita, faz parte da nossa realidade, pois muitos dos pensamentos e ideias por ele defendidos circulam em vários meios da nossa sociedade. O próprio astrólogo tem consciência da enorme influência que possui para essa nova direita, pois ele mesmo já se denominou de o “parteiro”⁹⁴ desses movimentos. É claro que existiram muitas ramificações desses movimentos de direita ao longo dos anos, até em relação ao próprio MBL que já protagonizou algumas desavenças com Olavo de Carvalho, mas seria muita negligência deixar de

⁹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oODfzPLE_m4>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁹⁴ FELLETT, João. Olavo de Carvalho, o ‘parteiro’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. **BBC Brasil**, 15/12/2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

falar desse escritor, e atualmente *Youtuber*, que foi um dos precursores dessa nova direita no Brasil.

O MBL, naquele momento, também fez publicações com esta temática para tentar afastar de seus seguidores a ideia de que o Nazismo seria de direita, como é o caso desta oitava publicação. Nela, vemos uma montagem de três imagens com textos diferentes para cada uma: na primeira, a frase “o partido Nazista foi formado por socialistas”, acompanhada de uma imagem de uma multidão nazista com um símbolo do Nazismo que possui a foice e o martelo (principal ícone do Comunismo). Na segunda, quatro pessoas com as vestimentas da Ku Klux Klan e a seguinte frase: “a KKK foi criada pela esquerda americana”. E a terceira, a imagem de uma jornalista (representando a mídia criticada na postagem pelo MBL) acompanhada da frase: “Aí chega uma turma desonesta e até a imprensa e falam em ‘direita’”⁹⁵. Mais uma vez vemos o apelo a uma possível vertente esquerdista da mídia mundial, a ideia de “A Esquerda” ser influente em todos os meios de comunicação, no Brasil e no mundo.

Esta publicação obteve aproximadamente 4,2 mil reações, divididas em:

Tabela 17: Reações da publicação 08.

Curtidas	3,6 mil
Amei	11
Haha	392
Uau	9
Grr	166
Triste	4

⁹⁵ No ano de 2018, outras afirmações grotescas foram feitas por membros do MBL utilizando de temáticas históricas. Um bom exemplo foi quando David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogiou Jair Bolsonaro, que naquele momento ainda era apenas um candidato à presidência da República no Brasil. David Duke, ao dizer que “Ele soa como nós”, referindo-se a Bolsonaro, tornou-se assunto em diversas mídias no Brasil. Setores da esquerda aproveitaram para continuar criticando o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (eleito presidente do Brasil em 2018), enquanto a direita, e podemos especificar aqui o coordenador do MBL e vereador de São Paulo, Fernando Holiday (DEM), tentou defender Jair Bolsonaro, dizendo que a Ku Klux Klan seria de esquerda.

As fontes dos dois discursos (David Duke e Fernando Holiday) podem ser encontradas nos links a seguir: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019. <<https://twitter.com/fernandoholiday/status/1053013887208120320>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

A oitava publicação foi compartilhada por 2.038 *web* atores, e obteve 336 comentários. Como vemos, a maioria das reações são novamente de curtidas, seguidas de risadas (podemos interpretar como discordância do MBL), e das reações de raiva (aqui a interpretação fica complicada, pois podem ter expressado raiva para com a imprensa, ou em relação à informação que o MBL publicou). Estas foram as reações mais significativas, vamos então para a análise dos comentários:

Tabela 18: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 14 de agosto de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	35%
Nazismo não era de esquerda	34%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	4%
Crítica ao MBL	15%
Outros	12%

Nesta análise nota-se uma pequena diferença das duas principais categorias: “Nazismo era de esquerda” e “Nazismo não era de esquerda”, com uma distância de apenas 1% dos comentários. Aqui, faremos diferente: começaremos com a exposição de alguns comentários da categoria “Nazismo não era de esquerda”:

██████████ Sua intenção era criar um partidos de massas, radicalmente antissemita e anti-comunista. Hitler e os nazistas eram nacionalistas extremistas. Acreditavam na construção de um Estado alemão baseado na raça ariana. Assim, quaisquer perspectiva de classes ou internacionalistas eram consideradas posições inimigas e deviam ser derrotadas. Dessa forma, Hitler percebe o socialismo, o marxismo e o judaísmo como inimigos. Os dois primeiros por falar em luta de classe e internacionalismo, o segundo por ser, segundo ele, cosmopolita.

Não há dúvida, o nacional –socialismo se consolida como movimento de extrema direita, anti- marxista e antissemita.

Michel Gherman, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém e coordenador do Centro de Estudos Judaicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Terra é plana tb, negadores da realidade?

Apologistas da ignorância...

Figura 48: Comentário masculino, 2017.

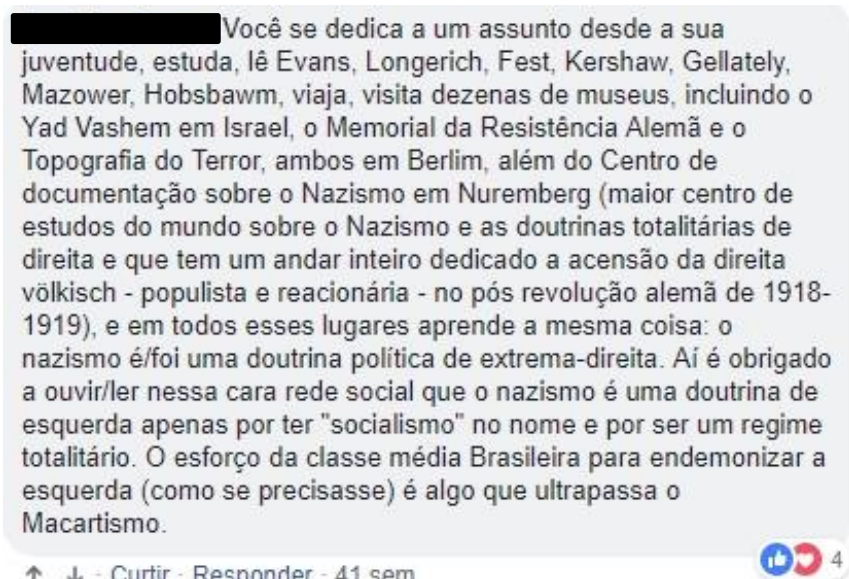


Figura 49: Comentário masculino, 2017.



Figura 50: Comentário masculino, 2017.

Vemos que no primeiro comentário o *web* ator justificou que o Nazismo era de extrema-direita, antimarxista e antissemita, pois ao acreditar na construção de um Estado baseado na “raça” ariana, “quaisquer perspectiva de classes ou internacionalistas eram consideradas posições inimigas e deviam ser derrotadas”. Além de relembrar que Hitler e os seus seguidores eram nacionalistas extremistas, características geralmente defendidas de forma radical por setores da direita. O *web* ator terminou o seu comentário referenciando tais pensamentos a Michel Gherman, professor convidado da Universidade Hebraica de Jerusalém, e coordenador do Centro de Estudos Judaicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No segundo comentário, nesta mesma perspectiva, o *web* ator relata que passou a juventude

estudando o Nazismo, citou vários autores consagrados pela historiografia sobre o tema, disse que visitou vários museus em diversos países, e que todos ensinam a mesma perspectiva: “o nazismo é/foi uma doutrina política de extrema-direita”. E ainda assim, após todas essas experiências por ele relatadas acima, precisa escutar que “o nazismo é uma doutrina de esquerda apenas por ter ‘socialismo’ no nome e por ser um regime totalitário”. O *web* ator terminou relacionando esses pensamentos ao Macartismo, e dizendo que a “classe média Brasileira” (a qual ele supôs ser toda direitista) se esforça em “endemonizar” a esquerda, mas que isso não era necessário - criticando também a esquerda brasileira atual.

No terceiro comentário exposto da categoria “Nazismo não era de esquerda”, o *web* ator qualificou o MBL como um grupo fantasioso e responsável por incitar as “pessoas ao ódio e a mentira”. O cerne de seu argumento foi que os dois movimentos citados, o Nazismo e a Ku Klux Klan, “são oriundos da extrema-direita nacionalista”. Como fonte, o *web* ator citou um artigo da *Wikipedia* sobre a definição de Nazismo, e a partir daí uma discussão sobre a confiabilidade ou não da *Wikipedia* como fonte de informação se desenrolou. A maioria dos artigos da *Wikipedia* é formada por uma compilação de escritos de várias pessoas ao redor do mundo. Mas o que ocorre atualmente, é que tais artigos são sempre revisados por um grupo que trabalha justamente para isso na *Wikipedia*, o que faz com que os artigos que faltam fontes sejam notificados assim que o leitor entra na página, o que não é o caso da referência realizada pelo *web* ator acima.

Em resposta ao *web* ator que referenciou a *Wikipedia*, tivemos comentários como os abaixo:

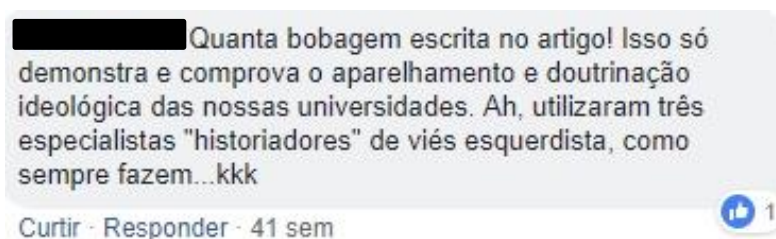


Figura 51: Comentário feminino, 2017.

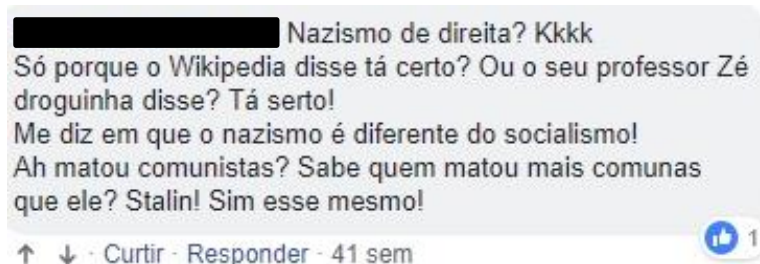


Figura 52: Comentário masculino, 2017.

Os dois comentários acima fazem parte da categoria “Nazismo era de esquerda”, na qual defendem a mesma perspectiva de que a *Wikipedia* não é uma fonte confiável, e de que os professores de História/historiadores são todos de viés esquerdista. O primeiro comentário ainda fala também da ideia de “aparelhamento e doutrinação ideológica das nossas universidades”; e o segundo questiona: “Só porque o Wikipedia disse tá certo? Ou o seu professor Zé droguinha disse? Tá certo!”, zombando dos professores. A questão que se verifica aqui é como diferentes grupos defendem seus posicionamentos usando o passado para responder as problemáticas que se apresentam na esfera social: quem realmente detém o conhecimento histórico? Os historiadores que representariam a História como ciência? A *Wikipedia* como espaço em que vários sujeitos se inscrevem como autores? Ou a opinião do MBL, pautada nos jargões que se repetem nas postagens, memes, comentários? Também se constatou a tentativa dos comentaristas em desmontar a autoridade do discurso, uma vez que a crítica à *Wikipedia* trouxe leituras sobre a dominação e doutrinação ideológica da esquerda na mídia e nas universidades.

Outros dois comentários que defenderam o Nazismo ser de esquerda foram:



Figura 53: Comentário masculino, 2017.

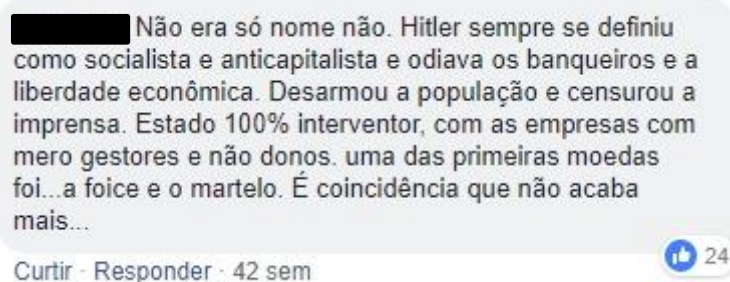


Figura 54: Comentário masculino, 2017.

O primeiro comentário refere-se a um suposto discurso no qual Hitler teria admitido ser socialista, e por isso, de esquerda, além de dizer que “nós somos inimigos do sistema econômico capitalista atual de exploração dos economicamente fracos [...]”. É um dos principais argumentos dos *web* atores nesta publicação, aparecendo muitas vezes como ponto de confirmação de que o Nazismo era de esquerda, já que o próprio Hitler teria admitido. O problema é que não foi Hitler que proferiu este discurso, mas Gregor Strasser⁹⁶, um dos principais líderes do partido Nazista antes de Hitler. Anteriormente, o Partido Nazista havia divulgado seus ideais entre os operários alemães que estavam descontentes com as políticas liberais, e foi Gregor Strasser o responsável por tal feito. Mas o mesmo abandonou o partido em dezembro de 1932 porque as diferenças entre os membros do Partido Nazistas tornaram-se insustentáveis. Em 1933, Hitler alcançou o poder do partido, e em 1934, Gregor Strasser e outros dissidentes de seus ideais foram assassinados pelo grupo de Hitler.

O segundo comentário, além de concordar com o primeiro, acrescentou que não é só o nome que define o Nazismo como pertencente à esquerda política, mas o desarmamento da população, a censura da imprensa, o Estado fortemente interventor, e também uma das primeiras moedas nazistas que possuía uma foice e um martelo como símbolo. O primeiro problema é que não era uma moeda, mas um broche nazista, e como dissemos no parágrafo anterior, antes de Hitler, o Partido Nazista realmente buscou difundir suas ideias entre os operários alemães, não sendo contraditório o aparecimento de símbolos que representassem o trabalho do campo e o trabalho da cidade. Muitos defendem que este símbolo seria comunista, mas o principal símbolo do Comunismo compõe-se de uma foice e um martelo cruzados, representando a união desses dois tipos de instrumentos de trabalho, que

⁹⁶ Disponível em: <<https://citacoes.in/autores/gregor-strasser/>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

representam o operário e o camponês; já o broche nazista, apresenta tais objetos separados pela águia do partido de Adolf Hitler. O broche em questão pode ser encontrado nesta oitava publicação, no canto alto esquerdo da imagem postada pelo MBL.

A próxima sequência de comentários foi uma discussão entre um pertencente da categoria “Nazismo era de esquerda” e outro da “Nazismo não era de esquerda”. Vejamos:

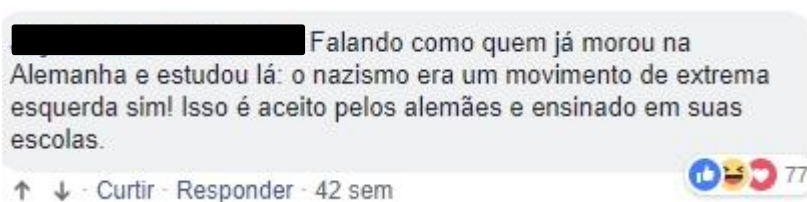


Figura 55: Comentário masculino, 2017.

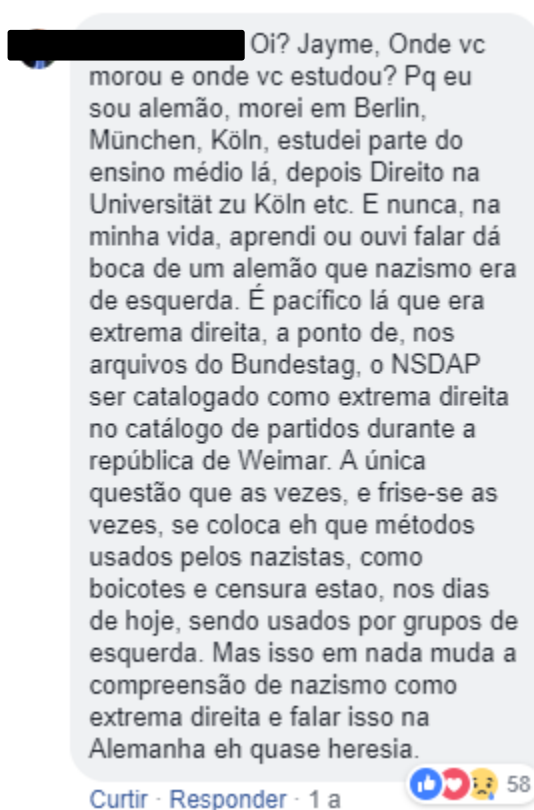


Figura 56: Comentário masculino, 2017.

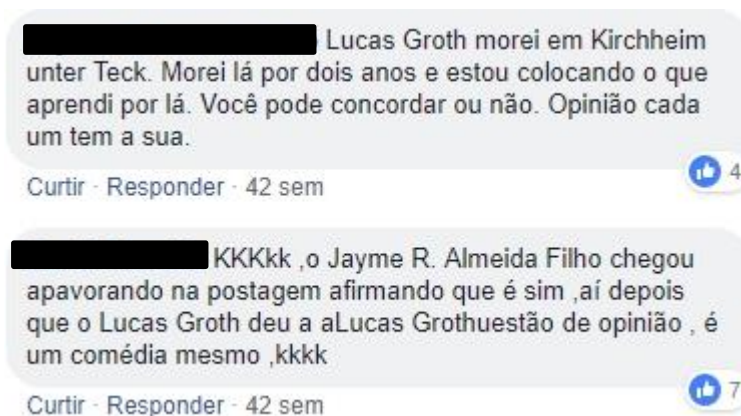


Figura 57: Comentários masculinos, 2017.

O primeiro *web* ator disse que morou e estudou na Alemanha, e confirma: “o nazismo era um movimento de extrema esquerda sim! Isso é aceito pelos alemães e ensinado em suas escolas.” Logo em seguida foi rebatido pelo segundo comentário exposto acima. Nele, o *web* ator questiona o primeiro comentarista perguntando “Onde vc morou e onde vc estudou?”, e continua justificando tais perguntas afirmando que é alemão, morou em Berlim, Munique e Colônia⁹⁷, e que estudou uma parte de seu ensino médio e posteriormente cursou Direito na Universidade de Colônia. Em toda a sua vida, nunca aprendeu que o Nazismo era de esquerda, e acrescentou que “é pacífico lá que era extrema direita”. O *web* ator também chamou a atenção para os “arquivos do *Bundestag*”, que é o parlamento da República Federal da Alemanha, que catalogou o NSDAP⁹⁸ como extrema direita no “catálogo de partidos durante a República de Weimar”.

O segundo comentário terminou o argumento frisando que raramente é dito que os métodos de censura usados pelo Nazismo também foram utilizados por grupos de esquerda, mas que tal fato não interfere na compreensão do Nazismo como extrema-direita, e argumentar que o Nazismo foi de extrema-esquerda no território alemão, soa como uma “heresia”, nas palavras do *web* ator. A resposta do primeiro *web* ator às críticas do segundo, foi que morou na cidade de Kirchheim unter Teck, e expôs o que aprendeu por lá, mas que “Opinião cada um tem a sua”. Ou seja, quando foi criticado sobre o seu argumento, apelou para a liberdade de opinar como bem desejar. O terceiro comentário debochou exatamente de tal feito do primeiro *web* ator, que após ficar “encurralado” pelo argumento de um alemão

⁹⁷ Munique e Colônia são as respectivas traduções de München e Köln.

⁹⁸ NSDAP é o acrônimo de *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, que traduzido para o português, significa: Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

que estudou boa parte da vida em cidades alemãs sendo formado em Direito no mesmo país, invocou a “questão de opinião” sobre o assunto.

Vimos nesta oitava publicação que a ideia de Nazismo veiculada pelo MBL e que circula também entre os seus seguidores, é a de que o Partido Nazista foi formado pela esquerda alemã, comparando com a organização Ku Klux Klan, que para o MBL, também é de esquerda. A narrativa que o MBL buscou passar é que a compreensão desses dois movimentos como representantes da extrema-direita existe porque a imprensa assim divulga, justamente porque para o coletivo de direita, a imprensa está dominada, assim como as universidades, pela esquerda. A partir dos comentários, que além de concordarem e refletirem tais argumentos apresentados pelo MBL, também expõem uma total deslegitimação dos professores de História e do que se ensina nas escolas, e mostram a crença numa suposta doutrinação esquerdista realizada pelas universidades brasileiras. Outros pontos que vimos a partir desta publicação, foi a utilização de um discurso que não foi proferido por Hitler, mas que foi dada a autoria a ele, no qual é admitido que o Nazismo era socialista e inimigo do capitalismo (utilizado para mostrar que como era inimigo do capitalismo, hipoteticamente não poderia ser de direita); e também várias menções a um broche nazista apresentado como moeda pelos seguidores do MBL, que possuía os símbolos da foice e do martelo, usados como comparação ao Comunismo.

4.3.9 Publicação 09

A nona e última publicação foi postada no dia 20 de agosto de 2017, e trata-se de uma imagem que compara três tópicos: “Nazismo”, “Esquerda” e “Direita”. No Brasil e no mundo, o foco das discussões da imprensa ainda eram as manifestações ocorridas em Charlottesville e as reações contrárias e favoráveis a esses protestos. Dentro deste contexto, no Brasil, as discussões das páginas de direita e de esquerda também se concentraram em tratar dos temas do Nazismo e da Ku Klux Klan, cada grupo buscando deslegitimar o “outro lado” ao colocar os dois movimentos como pertencentes ao “outro lado”. Seguindo essa linha, o MBL não ficou para trás e continuou suas publicações buscando relacionar a esquerda ao Nazismo, e devido ao contexto histórico daquele momento, também à Ku Klux Klan.

A nona publicação é a seguinte imagem:

NAZISMO	ESQUERDA	DIREITA
ESTADO ABSOLUTO	ESTADO ABSOLUTO	ESTADO MÍNIMO
ANTI CAPITALISMO	ANTI CAPITALISMO	CAPITALISTA
ESTADO CONTROLA A ECONOMIA	ESTADO CONTROLA A ECONOMIA	LIVRE MERCADO
DESARMAMENTISTA	DESARMAMENTISTA	CIDADÃOS ARMADOS
DITADURA	DITADURA	DEMOCRACIA
CONTROLE DE IMPRENSA	CONTROLE DE IMPRENSA	LIBERDADE DE IMPRENSA
SEM LIBERDADE INDIVIDUAL	SEM LIBERDADE INDIVIDUAL	LIBERDADE INDIVIDUAL
EDUCAÇÃO DOUTRINADORA	EDUCAÇÃO DOUTRINADORA	EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA

Figura 58: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 20 de agosto de 2017.

Como vemos, a imagem faz uma comparação como se todas as características do Nazismo fossem as mesmas características de um governo de esquerda, e coloca a direita como totalmente o oposto a tudo isso. Em suma, a esquerda e o Nazismo teriam de semelhantes um Estado absoluto, ser anticapitalistas, o Estado controlando fortemente a economia, desarmamentistas, governos ditadores, controle de imprensa, sem liberdade individual, e possuiriam uma educação doutrinadora. Já a direita, como oposição absoluta, o Estado seria mínimo, capitalista, defensor do Livre Mercado, os cidadãos seriam armados, defensor da democracia, da liberdade de imprensa, da liberdade individual, e a educação não seria doutrinadora, mas de excelência.

A nona publicação obteve 159 comentários, 836 compartilhamentos e aproximadamente 2,4 mil reações, divididas em:

Tabela 19: Reações da publicação 09.

Curtidas	2,3 mil
Amei	66
Haha	33
Uau	3
Grr	5
Triste	1

Como vemos, mais uma vez, as curtidas foram maioria, seguidas das reações de “Amei”, que expressam aprovação das ideias da página. Na sequência, as reações “Haha” representam aqueles que mais uma vez satirizam as publicações do MBL. As reações de “Grr”, “Uau” e “Triste” são difíceis de serem analisadas nesta publicação, pois podem ser interpretadas como concordância ou não com o MBL.

Sobre os comentários da publicação do dia 20 de agosto de 2017, tivemos os seguintes resultados:

Tabela 20: Resultados obtidos pelo autor sobre os comentários da publicação do dia 20 de agosto de 2017.

CONTEÚDO	PORCENTAGEM
Nazismo era de esquerda	24%
Nazismo não era de esquerda	24%
Apoio ao MBL/Crítica à esquerda	11%
Crítica ao MBL	20%
Outros	21%

Nesta última publicação tivemos a surpresa de as categorias “Nazismo era de esquerda” e “Nazismo não era de esquerda” somarem a mesma porcentagem de 24%. O fato de o número de críticos ao MBL ser mais elevado nesta publicação também se mostrou na categoria “Crítica ao MBL”, com 20%, em comparação a “Apoio ao MBL/Crítica à esquerda”, com 11%.

Vejamos alguns exemplos de comentários da categoria “Nazismo era de esquerda”:

██████████ Nós somos socialistas e inimigos do sistema econômico capitalista atual, feito para a exploração dos economicamente frágeis – com seus salários injustos, com a sua indecorosa avaliação do ser humano de acordo com a riqueza e a propriedade, em vez da responsabilidade e desempenho. Estamos determinados a destruir este sistema a todo custo. - Adolf Hitler

Figura 59: Comentário masculino, 2017.

██████████ O Nazismo é de esquerda. O livro O Caminho da Servidão de Hayek, no capítulo 12 fala sobre As raízes Socialistas do Nazismo. Este livro é fácil de encontrar em PDF no Google.

Curtir · Responder · 40 sem



Figura 60: Comentário feminino, 2017.

██████████ O Nazismo na prática pode se intitular de direita mas as práticas são COMPLETAMENTE DA ESQUERDA...Exemplos...Campos De concentração , desarmamento , sem liberdade de expressão , controle total do estado sobre a economia e a vida das pessoas , contra o capitalismo e em fim até hoje existe campos de concentração na Coreia do Norte , na União Soviética existia os Gulags , tudo o que o Nazismo fez copiou IDENTENTICO dos comunistas .

Curtir · Responder · 40 sem

Figura 61: Comentário masculino, 2017.

O primeiro comentário amostrado refere-se novamente ao discurso que não foi proferido por Adolf Hitler, mas que muitos o citam como o autor. Consideramos esse discurso mais uma vez porque foram muitas as alusões a ele. O segundo comentário faz referência ao livro de Friedrich August von Hayek, chamado *O caminho da servidão*, que tratamos no terceiro capítulo deste trabalho, no qual o autor dedica um capítulo para defender que o Nazismo possuía suas raízes no Socialismo, e é exatamente a isso que o comentário faz menção. A *web* atora enfatizou: “O Nazismo é de esquerda. O livro O Caminho da Servidão de Hayek, no capítulo 12 fala sobre As raízes Socialistas do Nazismo”. Como vemos, o livro de Hayek é um dos embasamentos dessa perspectiva de que o Nazismo seria de esquerda, tanto para o MBL⁹⁹, quanto para seus *web* atores. Já o terceiro comentário, por mais que tenha começado dizendo que o Nazismo podia se intitular

⁹⁹ Incluindo também vários outros autores e suas influências não só no MBL, mas da mesma forma na maioria dos grupos de direita que atuaram no Brasil nos últimos anos. A ampliação do estudo dessas relações de autores e como estes influenciaram (e ainda influenciam) as ações da direita no Brasil, pretendemos tratar em trabalhos futuros.

como de direita, acabou sendo mais um comentário de consentimento com o que dizia a publicação do MBL, pois na prática, para o *web* ator, o Nazismo seria “completamente” de esquerda, devido aos “Campos De concentração, desarmamento, sem liberdade de expressão, controle total do estado so re [sic] a economia e a vida das pessoas [...]”, entre outros. O *web* ator ainda mencionou que tudo o que o Nazismo fez foi uma cópia idêntica das realizações dos comunistas.

Agora, veremos dois comentários em oposição, sendo o segundo uma resposta ao primeiro:

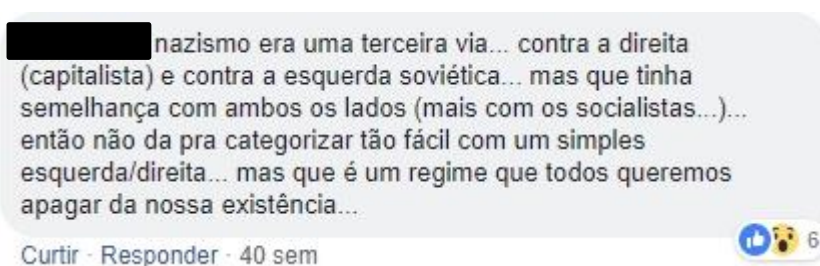


Figura 62: Comentário masculino, 2017.

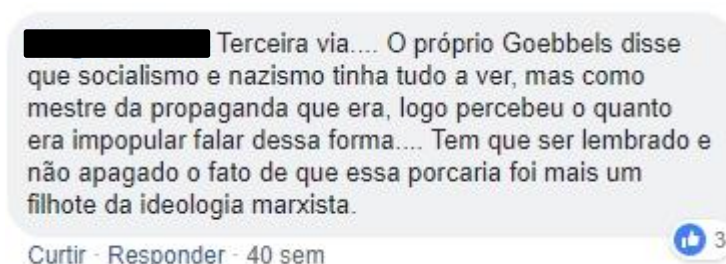


Figura 63: Comentário masculino, 2017.

O primeiro comentário acima faz parte da categoria “Nazismo não era de esquerda”, com 24%, pois entende o Nazismo como uma terceira via, deixando claro sua opinião: “contra a direita (capitalista) e contra a esquerda soviética”. Para o *web* ator, o Nazismo realmente teve mais semelhanças com o Socialismo, mas a crítica que este faz é que não se pode categorizar de forma tão simplória o Nazismo como “esquerda” ou “direita”. Já o segundo comentário, o *web* ator refuta o argumento anterior de que o Nazismo foi uma terceira via, e enfatiza que “Tem que ser lembrado e não apagado o fato de que essa porcaria foi mais um filhote da ideologia marxista”, categorizando o movimento apenas como pertencente à esquerda (também com 24% nesta publicação).

Focando na categoria “Nazismo não era de esquerda”, colocaremos como exemplo os seguintes comentários:

██████████ O comunismo eh uma merda completa, mas que medo hein de assumir o que todos sabem que o nazismo era um movimento de extrema direita. Nao precisa ter medo de assumir isso nao. Nem a direita, nem a esquerda tem culpa do que o nazismo fez.

Curtir · Responder · 40 sem



██████████ O Nazismo é de esquerda. Você pode procurar por um livro no Google. O Caminho da Servidão de Hayek. Este livro fala sobre As raízes Socialistas do Nazismo. O Nazismo pregava o controle estatal da economia.

Curtir · Responder · 40 sem

Figura 64: Comentário masculino e comentário feminino, 2017.

██████████ Segundo esse post o governo militar foi de esquerda.

Curtir · Responder · 40 sem



Figura 65: Comentário masculino, 2017.

██████████ Dificil ser historiador num país onde querem aprovar escola sem partido, acreditam que o nazismo é de esquerda e que não se vê o óbvio...

Curtir · Responder · 40 sem

Figura 66: Comentário masculino, 2017.

██████████ Tá vendo essa pilha de livros aqui? Nela, apenas livros sobre o nazismo. Na minha especialização em História na PUC-SP, meu objeto de pesquisa foi a Eugenia no cinema nazista. Tinha que ler sobre, certo? Vários livros muitos bons, inclusive duas biografias de Hitler, uma de Joachim Fest e outra de Ian Kershaw (os dois maiores biógrafos de Hitler). Sabe o que eu encontrei nessas minhas leituras?

Muita coisa, mas nunca (nunca mesmo) encontrei nenhuma menção ou dica de que o Nazismo teria sido um movimento de esquerda!

Mas tem um livro que eu li que não está nessa pilha. Ele tem evidências bem mais diretas sobre o assunto que vou compartilhar com vocês. O livro em questão é o *Mein Kampf* (Minha Luta), a autobiografia do Hitler escrita (perdoem a piada) por ele mesmo! Deem uma lida nessas citações aqui e depois, tirem suas próprias conclusões:

“Em um tempo em que os melhores elementos da nação morriam no front, os que ficaram em casa, entregues aos seus trabalhos, deviam ter livrado a nação dessa piolharia comunista” (p. 76)

“Não hesito em declarar que julgo os homens que arrastam o movimento de hoje na crise de divergências religiosas piores inimigos da pátria que qualquer comunista com tendências internacionais, pois converter o comunista é a tarefa do movimento nacional-socialista” (p. 239)

“Vencendo a minha relutância, tentei ler essa espécie de imprensa marxista, mas a repulsa por ela crescia cada vez mais.” (p. 30)

“Se o judeu, com o auxílio do seu credo marxista, conquistar as nações do mundo, a sua coroa de vitórias será a coroa mortuária da raça humana” (p. 32)

“Não precisamos dizer nada sobre os mentirosos jornais marxistas. Para eles o mentir é tão necessário como para os gatos o miar” (p. 107)

“(…) para arranjar dez cadeiras no parlamento, ligam-se com os marxistas, inimigos de todas as religiões” (p. 118)

“Eis a verdadeira essência da doutrina marxista, se é que se pode dar a esse aborto de um cérebro, criminoso a denominação de “doutrina”” (p. 140)

“O sintoma da fraqueza que representam esses 15 milhões de marxistas, democratas, pacifistas e centristas, não é somente perceptível a nós, mas muito mais ao estrangeiro, que mede o valor de uma aliança conosco por esse peso morto” (p. 146)

"Mais do que qualquer outro grupo, os marxistas, ludibriadores da nação, deveriam odiar um movimento cujo escopo declarado era conquistar as massas que até então tinham estado a serviço dos partidos marxistas dos judeus internacionais. Só o título "Partido dos Trabalhadores Alemães" já era capaz de irritá-los" (p. 154-155)

... E ainda tem mais! Tá aqui o link do livro pra quem quiser ler. Ele é domínio público. Custo zero. Só ler. Aí quem sabe você começa a pensar pela própria cabeça e pára de ficar comprando e repetindo as ideias de quem nunca leu um livro sequer sobre o assunto 😊


link do livro: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites...>

... E ainda tem mais! Tá aqui o link do livro pra quem quiser ler. Ele é domínio público. Custo zero. Só ler. Aí quem sabe você começa a pensar pela própria cabeça e pára de ficar comprando e repetindo as ideias de quem nunca leu um livro sequer sobre o assunto 😊

link do livro: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites...>

"Conhecimento é conquista" - FS

Segue link do vídeo que fiz sobre o assunto:
<https://www.facebook.com/.../1577414165636191/...>



DOCS.GOOGLE.COM
Minha Luta Hitler.pdf


Curtir · Responder · 40 sem  2

Figura 67: Comentário masculino, 2017.

O primeiro comentário faz uma crítica ao Comunismo, dizendo que é “uma merda completa”, mas que isso não muda o fato de o Nazismo ter sido um movimento de extrema-direita. Achamos interessante apresentar tal comentário aqui, porque vem de um *web* ator que não aparenta concordar com ideias de esquerda, mas foi sensato em seu raciocínio - porque se aproxima de estudiosos do assunto - e não viu problema em categorizar o Nazismo como extrema-direita. Como resposta, a mesma *web* atora que outrora mencionou o Hayek para justificar que o Nazismo era socialista, repetiu tal feito como réplica a esse primeiro comentário, complementando com a frase: “O Nazismo pregava o controle estatal da economia”. O pensamento desta *web* atora que, baseada em Hayek, acha que um governo pode ser taxado de socialista porque o Estado regula a economia, foi rebatido com o comentário seguinte, que enfatizou: “Segundo esse post o governo militar foi de

esquerda”. Este é mais um comentário da categoria “Nazismo não era de esquerda”, porque ao fazer tal afirmação, o *web* ator está criticando tanto o MBL, quanto o pensamento da *web* atora de que um governo é de esquerda porque o Estado tem força na economia.

O comentário seguinte foi mais um lamento, provavelmente de um professor de História, defendendo ser difícil atuar como historiador em um país onde acreditam que o Nazismo é de esquerda e querem aprovar o Programa Escola Sem Partido. Tal crítica provém da possibilidade de a Escola Sem Partido influenciar os currículos de História, principalmente no que tange a temas como Nazismo e Ditadura Civil-Militar no Brasil.

O último comentário foi escrito por um *web* ator que diz ter feito especialização em História sobre a eugenia no cinema nazista. Em seu texto, o *web* ator argumentou que leu diversas obras sobre o Nazismo devido ao seu tema de estudo, e que nunca achou algum indício de que tal movimento fosse de esquerda. Em seguida, apresentou várias citações da obra *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, da qual o *web* ator utilizou como fonte em sua pesquisa, expondo os argumentos de Hitler várias vezes contra os marxistas, contra a esquerda, a democracia, os judeus, entre outros; de forma que ficou claro o ódio de Adolf Hitler aos marxistas e as leituras de mundo dos mesmos. O *web* ator ainda deixou o *link* do arquivo PDF do livro em questão, mas ninguém respondeu este comentário. Neste comentário vemos a estratégia, também utilizada nos comentários pertencentes à categoria “Nazismo não era de esquerda”, de autoridade sobre a narrativa a partir da formação profissional.

Nesta última publicação o MBL difundiu a ideia de que o Nazismo possuía todas as características de um regime de esquerda, além de terem defendido que a direita seria o antagonismo total do Nazismo. Vemos que com essa narrativa o objetivo está novamente em prejudicar a imagem da esquerda brasileira, e no mundo, para que o MBL consiga continuar influenciando e atuando partindo de seus princípios liberais, como já vimos nos capítulos 3 e 4. A partir da publicação e com a complementação dos comentários, a análise mostrou que circula a ideia de que o Nazismo era de esquerda por ter sido desarmamentista, ditatorial, pelo Estado ter regulado a economia, a imprensa censurada e possuir uma educação doutrinadora. A ideia de o Nazismo ser de esquerda também veio embasada em Friedrich Hayek, mencionado nos comentários analisados.

4.4 O discurso-síntese da ideia de Nazismo veiculada pelo MBL

Como dissemos na nossa metodologia, utilizaremos da criação de um discurso-síntese sobre a ideia de Nazismo veiculada pelo MBL, baseando-nos na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) ¹⁰⁰. Segue abaixo o discurso-síntese criado a partir das narrativas sobre o Nazismo na visão do MBL e de seus seguidores:

- De acordo com o nome completo do Partido Nazista, Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Nazismo foi um movimento Socialista, e por isso, pertencente à esquerda política. O próprio Adolf Hitler fazia parte da extrema-esquerda na Alemanha, e o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, seria uma equivalência ao Partido Nazista da Alemanha. Justamente por causa da palavra “Socialismo”, não teria como o Nazismo ter sido um regime de direita, mas sim de esquerda ultra radical. As semelhanças ocorrem também na Alemanha devastada da qual o Nazismo foi o responsável, assim como o Brasil devastado deixado pelo Partido dos Trabalhadores.
- As semelhanças não estão apenas nos nomes dos dois partidos, mas também no programa de ação, na característica de ter um Estado Totalitário (tanto o PT, quanto o Nazismo) que comandava tudo na vida do indivíduo, a proibição do porte de armas para o cidadão de bem e o desarmamento da população, o controle estatal do mercado, a busca da morte dos inimigos, regulação da mídia, aliança com a URSS, doutrinação esquerdista nas escolas, entre outros. O Nazismo seria o Comunismo sem a hipocrisia de uma teoria que tenta soar “bem”, já que é mais direto sobre seus objetivos.
- Sobre a doutrinação nas escolas, isso reflete também no campo da mídia, das universidades, e de qualquer instituição que seja estatal, como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou o próprio Ministério Público Federal, que é um covil de esquerdistas. Todos estes espaços foram ocupados pelos petistas, que com sua ideologia comunista/nazista, foram predominantes em

¹⁰⁰ Muitas frases que compõem o argumento principal do discurso-síntese são cópias das narrativas que vimos ao longo da nossa pesquisa. O Discurso do Sujeito Coletivo também leva em conta não só a criação de um discurso baseado em opiniões semelhantes, mas também a utilização original desses textos ao longo da produção do discurso-síntese.

efetivar uma doutrinação esquerdista em todos os setores: espaços públicos, mídia, universidades (formação de professores) e escolas. Sobre os professores da área Humanidades, principalmente os de História, foram formados pelos marxistas do MEC e repetem o que foi ensinado a eles, fazendo parecer que o Nazismo foi de direita. Todas essas características inseridas durante os governos do PT são métodos Nazistas, dos quais a intenção da esquerda foi doutrinar as crianças, adolescentes e adultos para acreditarem no Socialismo como forma de vida.

- Além desses detalhes, o próprio Adolf Hitler já proferiu um discurso admitindo que o Nazismo era de esquerda, e uma das moedas nazistas possuía os símbolos do comunismo: a foice e o martelo. O Nazismo e os governos de esquerda foram defensores de um Estado absoluto e regulador da economia, anticapitalistas, desarmamentistas, ditadores, controlaram a imprensa e tiveram uma educação doutrinadora. Já a direita, sempre defendeu o Estado Mínimo, o Livre Mercado, o Capitalismo, a possibilidade dos cidadãos de bem estarem armados, a democracia, a liberdade de imprensa e uma educação de excelência. A direita, em suma, sempre foi o contrário do que pregou o Nazismo e a esquerda.

Como vemos, o discurso-síntese é uma sistematização do que o MBL e seus *web* atores fieis divulgaram ao longo do nosso período estudado. Uma síntese que levou em conta os argumentos básicos até aqueles que são considerados incoerentes por qualquer estudioso da História ou das Ciências Humanas no geral. Para a criação de tal discurso-síntese, utilizamos de frases originais vindas dos comentários e do próprio MBL, como podem ser constatadas nas publicações e comentários analisados ao longo deste quarto capítulo.

Os resultados apresentados em forma de discurso-síntese sobre a ideia do que foi o Nazismo para esse grupo (e seus seguidores), trouxe à superfície a discussão sobre outros temas, como o que é ser e atuar dentro dos campos políticos da esquerda e da direita; os governos petistas; o governo da Venezuela, formação de professores; doutrinação ideológica nas escolas; entre outros. O estudo do nosso tempo presente fez com que tais temas surgissem em uma pesquisa sobre Nazismo, e só nos mostrou mais ainda como o MBL utilizou de sua ideia de Nazismo para tentar depreciar uma imagem da esquerda, apresentando o que eles defendem, a

direita, como a opositora do Nazismo e do Comunismo, a solução para os problemas do Brasil. Atualmente, as ideias apresentadas de forma sucinta no discurso-síntese, que são os resultados do nosso trabalho, inserem-se na consciência histórica de, provavelmente, uma grande parcela da população brasileira. São narrativas das quais essas pessoas acreditam e defendem suas posições.

No início de nossa pesquisa, levantamos algumas hipóteses: de que o pensamento do MBL era liberal, de direita e mesmo conservador. Finalizando, ao contrapor o que pensam com o que *web* atores opositores responderam às suas postagens, descobrimos um grande “abismo” entre os grupos sociais envolvidos. Embora a direita e a esquerda sejam posições difíceis de delimitar de forma exata, pois são formadas de pensamentos múltiplos, existe uma divergência clara entre os mesmos, o que nos remete ao que Boaventura de Sousa Santos nos diz sobre o “pensamento abissal”. Este autor entende que o pensamento moderno ocidental é um “pensamento abissal, pois consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras” (SANTOS, 2007, p. 71). Santos refere-se ao pensamento dos países dominantes *versus* países subdesenvolvidos, não a partidos/posições políticas, mas nos serve ao propósito de mostrar o abismo entre concepções, noções, ideias, perspectivas de presente-passado-futuro. Na análise das ideias do MBL e nas postagens correspondentes, as distinções não são tão invisíveis assim. Antes, “são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’” (SANTOS, 2007, p. 71). Para Santos, a “divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente” (SANTOS, 2007, p. 71). No caso do pensamento abissal de nossa pesquisa, o Outro existe e precisa constantemente ser posto como inimigo, como incoerente, ignorante, desprezível para ser deslegitimado/excluído de forma radical. Ou seja, para responder a realidade problemática que se apresenta na atualidade, dois tipo de perspectivas se apresentam, ao mesmo tempo plural e bem delimitados. Por fazerem uso do passado, por mencionarem a história, por atribuírem sentido ao passado, são tipos de consciência histórica.

Para finalizarmos, utilizaremos também de um conceito do qual Serge Bernstein (1998) trabalhou, que é o de “cultura política”. Para o autor, a cultura política engloba “uma leitura comum e normativa do passado histórico com

conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado” (p. 351), abrangendo também uma projeção de futuro em comum. Para Berstein, um país possui uma pluralidade de culturas políticas, mas existe sempre uma cultura política dominante, a qual todas as outras culturas políticas correspondem. Vemos muitas semelhanças com as discussões dos autores da Didática da História aqui, da qual a busca pelo aprendizado da História vem a partir de demandas sociais, de inquietações do sujeito que aprende, e as culturas políticas são respostas a essas demandas sociais também. Uma cultura política não é uma ideologia a se seguir, mas um código de atuação que permeia a todos os participantes dela, que geralmente utilizam de um vocabulário e palavras-chave específicos dentro de um determinado grupo. O MBL e seus seguidores fazem parte de uma cultura política neoliberal com aspectos conservadores, e tal cultura política possui suas visões de passado, suas consciências históricas que alimentam o sentido do que foi o Nazismo na sua articulação com um determinado projeto político em oposição ao que consideram “esquerdismo” ou ao o que o PT tentou implantar no país, supostamente regulador da economia.

O que vimos com o estudo de grupos de direita como o MBL, foi a predominância de uma cultura política nacionalista com características autoritárias; uma cultura política individualista na resolução dos problemas, que foi sendo constituída para pretensas ausências/ineficácias do Estado em prover serviços públicos. Logo, as pessoas não assimilaram que o Estado deve providenciar saúde, educação, segurança, entre outros. As pessoas pertencentes a essa cultura política da qual o MBL é um difusor de opiniões, entendem que esses problemas citados são responsabilidades individuais, e não do Estado, sendo esse o principal código de ideias dessas pessoas, além da busca incessante em rebaixar os governos de esquerda atuais comparando-os com suas noções de passado (como foi o caso do Nazismo).

Vemos que a discussão da cultura política no Brasil é uma das chaves dos resultados da nossa pesquisa. A consciência histórica sobre o Nazismo que vimos nos resultados da pesquisa, é também resultado dessa cultura política nacionalista e conservadora que atua no Brasil. Vemos muitas permanências ao longo da História nos discursos da direita no Brasil sobre como resolver os problemas do país, e essas constâncias ocorrem devido à cultura política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal investigar os usos e a ideia de Nazismo difundida pelo *MBL – Movimento Brasil Livre* ao longo de 2017, uma página da rede social online *Facebook*, a partir dos embasamentos teóricos da Didática da História e da História Pública. O MBL é um coletivo influente na conjuntura política atual de nosso país, pois o grupo que começou em 2014 opinando política *online* e organizando manifestações de rua, atualmente possui representantes nos setores legislativos e executivos do país, compondo o Senado Federal, prefeituras, câmaras municipais, estaduais e federais. Com seus 3.413.935 seguidores no *Facebook*, o MBL manifesta suas opiniões políticas de cunho liberal, voltando suas atividades à defesa de um Estado Mínimo e do Livre Mercado. Ao agir dessa maneira, o coletivo, formado por maioria jovem, dissemina algumas narrativas com temáticas históricas que nos interessaram como objeto de pesquisa.

O Nazismo sempre foi um tema que ocasionou diversas discussões, e em um contexto histórico como o Brasil atual, tal tema tomou conta de vários espaços de debate, e a *web*, principalmente as redes sociais, mostraram-se lugares propícios para o desenrolar dessas discussões. Nesta pesquisa, levantamos a ideia de Nazismo que o MBL disseminou na sua página do *Facebook*, e observamos como o coletivo fez isso com o propósito maior de relacionar o Nazismo à esquerda, de várias formas, buscando deslegitimar as ações daqueles que o MBL considera seus principais opositores.

Discutimos alguns tópicos antes de chegarmos à análise de fontes. Começamos este trabalho falando sobre os campos investigativos da Didática da História e da História Pública. O primeiro capítulo foi dedicado a estas duas vertentes, que de lugares e perspectivas diferentes, convergem ao se interessar pela História que circula na sociedade. As preocupações com as demandas de orientação temporal dos sujeitos que apreendem História ficaram, por um longo tempo, afastadas das discussões do campo científico da História. É na Didática da História, após a mudança de paradigma da História e do ensino de História que ocorreu na Alemanha, como vimos no primeiro capítulo, que novamente se inserem as preocupações com os usos do passado. Já a História Pública, tem origem norte-americana, trazendo-nos a discussão de que a História produzida na academia, por não alcançar a maioria da sociedade, isto é, o grande público, deve não apenas ser

posta em pauta, mas confrontada para que possa cumprir uma função crítica na sociedade. Segunda esta perspectiva, existem demandas por História nesse “grande público”, das quais não estão sendo supridas pelos profissionais da História, mas por jogos, filmes, séries televisivas, novelas históricas, e romances com narrativas simples e novelescas. Em suma, o que enfatizamos no primeiro capítulo a partir dos autores da Didática da História e da História Pública, é que os sujeitos aprendem História não só na escola, mas no seu cotidiano, no seu processo de socialização, seja entrando em contato com pessoas que falem do passado, assistindo televisão, lendo jornais, e atualmente, o cerne do nosso trabalho, através da *web*, das redes sociais online.

O segundo capítulo teve o objetivo de justamente discutir esse espaço onde também se aprende História: a *web*, o ciberespaço. A partir de autores como Pierre Lévy, Manuel Castells, Francis Pisani, Dominique Piotet, entre outros, discutimos as características do ciberespaço e a nova forma de cultura que ali se originou: a cibercultura. Neste capítulo também pontuamos as transformações da *web* 1.0 para a *web* 2.0, que são de suma importância para entendermos como os usuários mais simples (e leigos em programação) conseguiram se tornar protagonistas de movimentos nacionalmente conhecidos. Foram as possibilidades da *web* 2.0 que proporcionaram tal feito, a partir de uma relação “todos-todos” de comunicação virtual. Ainda assim, é importante lembrar que o mercado movimenta tudo, inclusive quais dessas ideias conseguem mais difusão do que outras, a partir de patrocínios e financiamentos dos movimentos e das postagens (que conseguem um maior alcance quando existe o investimento nela).

Também foi no segundo capítulo que apresentamos as nossas metodologias de seleção, captura e análise de fontes. Principalmente a partir das discussões de Robert Kozinets, falamos da Netnografia, a metodologia que embasa o levantamento das noções e representações existentes na comunicação entre pessoas no ciberespaço. Já Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre foram necessários para explicar a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que visa à produção de discursos-síntese, levando em conta as regularidades enunciativas e os discursos semelhantes. Tal metodologia foi explicada no segundo capítulo para que produzíssemos o discurso-síntese que se encontra no quarto capítulo (4.4).

O terceiro capítulo passou brevemente pela História do *Facebook*, visando as possibilidades de interação que a rede oferece para o *web* ator, assim como a

própria rede social ter sido também uma construção dos usos feitos pelos usuários ao longo do tempo, sendo essa a base da História da Tecnologia. Foi no terceiro capítulo também que apresentamos a nossa fonte de forma mais detalhada, a página do *Facebook* do *MBL – Movimento Brasil Livre*. Com 3.256.699 curtidas e 3.413.935 seguidores, o coletivo que nasceu enquanto página do *Facebook* em 2014, somou algumas conquistas ao longo de sua jornada de manifestações online e de rua. Entre elas, o protagonismo obtido tanto no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, quanto na prisão do ex-presidente Lula, em 2018. Nesses dois ocorridos, o MBL teve sua dose de protagonismo, realizando manifestações de rua e difundindo suas ideias a favor dos dois acontecimentos.

Foi no terceiro capítulo que apresentamos também os personagens mais conhecidos do MBL, tais como Kim Kataguirí, Fernando Holiday e Arthur do Val. Expusemos análises de outros estudiosos sobre o movimento, e apresentamos as ingressões do MBL na política brasileira durante as eleições de 2016 e 2018. Além das atuações políticas diretas do MBL, pudemos ver também os principais financiadores e grupos de apoio, tais como o *Estudantes Pela Liberdade* e a *Atlas Network*. Esses dois grupos, além de auxiliarem economicamente o MBL, também foram responsáveis pela formação ideológica do grupo, totalmente voltada ao Liberalismo. Vemos mais uma vez as interferências de agências estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos da América, onde se encontra a sede principal da *Atlas Network*, buscando disseminar o modelo de vida neoliberal para o restante do mundo, no qual o Brasil é representado por grupos de direita como o MBL e outros institutos liberais dos quais vimos neste trabalho.

No quarto capítulo nós apresentamos as análises feitas das publicações e dos comentários selecionados para este estudo. A partir de Pierre Rosanvallon, pudemos compreender que o estudo do político se dá não só a partir dos grandes acontecimentos, mas também a partir dos lugares mais comuns, de tudo aquilo que compõe a “*polis*”. Por isso, estudar também os comentários publicados pelos *web* atores foi relevante para a nossa pesquisa, para que pudéssemos ter uma noção de como foram recebidas as postagens do MBL. Norberto Bobbio nos auxiliou no começo deste capítulo nos temas da díade “esquerda-direita”, e sobre as características do Nazismo, e como este termo acabou sendo usado por muitos apenas para denotar sentido pejorativo no opositor. Antes de apresentarmos as publicações analisadas, também comentamos a respeito da obra de Arthur

Schopenhauer, e de como este já denunciava os estratégias para se vencer um debate sem a necessidade de ter a razão sobre o tema. Um dos estratégias apresentados por Schopenhauer mostrou-se muito utilizado pelo MBL, devido ao conteúdo substantivo da nossa pesquisa, e por isso vimos a necessidade de explorar algumas das considerações do autor sobre os métodos de se vencer uma discussão.

Sobre as análises, a partir também da produção do discurso-síntese exposto no final do quarto capítulo, pudemos constatar que o MBL disseminou uma ideia de Nazismo como um movimento de esquerda, Socialista, entendido como semelhante aos governos petistas e outros governos de esquerda atuantes no mundo. Os principais argumentos para tal afirmação foram suposições como: o estado totalitário (que para o MBL e seus seguidores representam apenas regimes de esquerda); o nome “Socialismo” inserido no título completo do Partido nazista; o desarmamento da população; o controle estatal do mercado; a regulação da mídia; o desejo de morte aos inimigos e a doutrinação esquerdista nas escolas e universidades, entre outros pontos. O MBL buscou difundir uma ideia do Nazismo vinculado à esquerda, pois assim sustentam a sua luta em favor de um Estado Mínimo na economia, sem regulamentação de mercado, mas interventor (e muito conservador) quanto ao controle das ideias. O quarto capítulo, em suma, apresentou as publicações seguidas de suas respectivas descrições e análises, resultando nas mensagens nucleares acima.

O MBL e seus seguidores mais fieis integram uma cultura política neoliberal com aspectos conservadores e até autoritários, que apresentam uma mesma leitura de passado sobre diversos temas. No nosso trabalho objetivamos mostrar essa leitura sobre o Nazismo, e como tal ideia foi utilizada pelo coletivo, que nos últimos anos, vem conseguindo um número cada vez maior de *web* atores que concordam com essas ideias, que formam suas opiniões políticas e históricas com as informações veiculadas pelo MBL.

Pensando no modo como funciona a História Pública, entendemos que o *Facebook* do MBL, não necessariamente cria ou impõe determinadas noções ou crenças ao *web* ator, mas se aproveita de ideias que já são mobilizadas frente às problemáticas da sociedade, de forma a fortalecê-las e realimentá-las por intermédio de determinados usos do passado, como por exemplo, de que o Nazismo é de esquerda.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, Bruno. O grupo da mão invisível. **Revista piauí**, 03/10/2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/>>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.
- AIRES, Luísa; AZEVEDO, José. Contributos teórico-metodológicos para a análise de comunidades virtuais de aprendizagem. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José. (Org.). **Atores em rede: Olhares luso-brasileiros**. São Paulo: Editora SENAC, 2010. p. 29-61.
- ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-28.
- ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Líderes de movimentos de direita e esquerda querem concorrer em 2018. **Folha de S.Paulo**, 26/06/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895993-lideres-de-movimentos-de-direita-e-esquerda-querem-concorrer-em-2018.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=fbfolha>. Acesso em 25 de maio de 2018.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, v. 3, n. 8, janeiro/junho. 2011, p. 09-30.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. História e vida: o encontro epistemológico entre Didática da História e Educação Histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013.
- AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, Ano 13, n. 20, dezembro 2008, p. 34-40.
- AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. **Pública**, 23/06/2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 26 de maio de 2018.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.
- ARAÚJO, George Zeidan. Ler, pesquisar e escrever história em tempos de internet: desafios e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 151-164, mai./ago. 2014.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Editora UFG, 2010.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o *think tank* norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**. 2016 – Campo Grande – MS. p. 01-26.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. v.9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p. 349-363.

BITTENCOURT, João Ricardo; GIRAFFA, Lucia Maria. Role-Playing Games, Educação e Jogos Computadorizados na Ciberultura. In: **I Simpósio de RPG em Educação**. Rio de Janeiro: CCEAD/PUC – Rio, 2003. p. 01-14.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. Nacional-socialismo. In: _____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 806-812.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). **Línguas e jargões. Contribuições para uma história social da linguagem**. Trad. Álvaro Luiz Hattner, São Paulo: UNESP, 1997.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira da História**, São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. 6 ed. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional**. 15(2): 264-278, Inverno, 2010.

_____. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. Fronteiras Interdisciplinares do Ensino de História. IV Seminário Perspectivas do Ensino de História, 2003, Ouro Preto. **Anais do IV Seminário Perspectivas do Ensino de História**, 2003. Disponível em:

<<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT1502.htm>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2018.

_____. O historiador na reflexão didática. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 27-47, jan./jun. 2013.

CHARLOTTESVILLE: supremacistas brancos e grupos antirracismo entram em confronto. **BBC Brasil**, 12/08/2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40913908>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Trad. Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CORREIA, Pedro M. A. R.; MOREIRA, Maria F. R. Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve. **ALCEU** – v. 14 – n.28 – p. 168-187, jan./jul. 2014.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do. **Cibercultura, Juventude e Alteridade: aprendendo-ensinando com o outro no Facebook**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade. A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Barueri: Faro editorial, 2018.

FACEBOOK atinge marca de 1 bilhão de usuários todos os dias. **G1**, 28/04/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/facebook-atinge-marca-de1-bilhao-de-usuarios-todos-os-dias.html>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

FELLET, João. Olavo de Carvalho, o 'parteiro' da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. **BBC Brasil**, 15/12/2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

FRANCO, Aléxia Pádua. Formação da consciência histórica e redes sociais: autorias discentes, saberes e práticas docentes. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino; FINOCCHIO, Silvia; ZAMBONI, Ernesta (Org.). **Peabiru, um caminho, muitas trilhas**. – Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014. p. 91-113.

FRAZÃO, Felipe. MBL elege um prefeito e sete vereadores, mas não emplaca 82%. **Veja**, 03/10/2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/mbl-nao-consegue-eleger-82-de-seus-candidatos/>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

GAUTHIER, Jorge. Vereador eleito em São Paulo, Fernando Holiday, defende fim de secretarias para negros e LGBTs. **Me Salte**, 07/10/2016. Disponível em: <<http://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/vereador-eleito-em-sao-paulo-fernando->

[holiday-defende-fim-de-secretarias-para-negros-e-lgbts/](#)>. Acesso em 10 de maio de 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GUTIERREZ, Suzana de Souza. A etnografia virtual na pesquisa de abordagem dialética em redes sociais on-line. **Anais da 32ª Reunião Anual da ANPED Caxambu. Sociedade, Cultura e Educação: Novas Relações?**. Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2009. p. 01-16. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT16-5768--Int.pdf>>. Acesso em 08 de maio de 2018.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

KATAGUIRI, Kim. **Quem é esse moleque para estar na Folha?**. Santos: Simonsen, 2017.

KLEINA, Nilton. As 10 páginas mais populares do Facebook no Brasil e no mundo [vídeo]. **TecMundo**, 15/04/2016. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/facebook/103611-10-paginas-populares-facebook-brasil-no-mundo-video.htm>>. Acesso em 13 de maio de 2019.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIDDINGTON, Jill. O que é a História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. **UOL**, 27/05/2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149-163.

_____. Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; MOLLO, Helena (Org.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**. Mariana: SBTHH, 2015. p. 09-52.

LULA se entrega à Polícia Federal. **Deutsche Welle (DW)**, 07/04/2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/lula-se-entrega-%C3%A0-pol%C3%ADcia-federal/a-43293959>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. **História da Historiografia**, v. 15, p. 27-50, 2014.

_____. Os historiadores e seus públicos: Desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Texto de Divulgação**. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/27247441/Os_historiadores_e_seus_p%C3%ABlicos_Desafios_ao_conhecimento_hist%C3%B3rico_na_era_digital>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesus; REY, German. **Os exercícios do ver. Hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. Trad. Jacob Gorender. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Ciberespaço e extremismos políticos no século XXI. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013, p. 71-80.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S.Paulo**, 18/10/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

NASCIMENTO, Thiago. DEM, PMDB, e PSDB são os partidos mais corruptos do Brasil, segundo pesquisa. **Contraponto**, 04/03/2018. Disponível em: <<https://www.contraponto.blog.br/artigos/1283/dem-pmdb-e-psdb-sao-os-partidos-mais-corruptos>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

NEY, Thiago. Roqueiro e ativista na web, líder anti-Dilma defende privatizar saúde e educação. **iG**, 12/03/2015. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-12/roqueiro-e-ativista-na-web-lider-anti-dilma-defende-privatizar-saude-e-educacao.html>>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

PEREIRA, Daniel Carvalho. O conhecimento histórico sob a perspectiva da Didática da História Pública. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 63-80, dez. 2017.

PISANI, Francis; PIOTET, Dominique. **Como a web transforma o mundo. A alquimia das multidões**. Trad. Gian Bruno Grosso. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

QUAIS são os grupos que prometem levar 100 mil às ruas contra Dilma em 15 de março. **Época**, 09/03/2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/03/quais-sao-os-grupos-que-prometem-levar-b100-mil-ruasb-contradilma-em-15-de-marco.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O estudante de Ensino Médio nas comunidades virtuais “eu amo história” e “eu odeio história” e uma questão antiga: para quê serve a história?. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 665-689, jul./dez. 2012.

ROCHA, Camila. O *boom* das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 47-52.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSSI, Marina; OLIVEIRA, Regiane. Fremdschämen, a constrangedora ‘aula’ sobre Nazismo dos brasileiros aos alemães. **EL PAÍS**, 17/09/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605_958656.html. Acesso em 18 de setembro de 2018.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011a. p. 41-49.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011b. p. 23-40.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

_____. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

SADDI, Rafael. Didática da história como sub-disciplina da ciência histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SANTOS, Thaiza de Carvalho dos. Movimentos sociais em rede: uma aproximação das ações sociodiscursivas do “Movimento Brasil Livre”. **Dissertação de Mestrado em Linguística**. Brasília, UnB, 2016.

_____; VIEIRA, Viviane Cristina. Representações da Presidenta Dilma Rousseff pelo “Movimento Brasil Livre”. **Discurso & Sociedad**, vol. 10 (4), 2016, p. 588-609.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. – CEBRAP**, no.79 São Paulo Nov. 2007 p. 71-94.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratagemas: (dialética erística)**. Introdução, notas e comentários por Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SENRA, Ricardo. ‘Ele soa como nós’: David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogia Bolsonaro, mas critica proximidade com Israel. **BBC Brasil**, 16/10/2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

_____. ‘Sou nazista, sim’: o protesto da extrema-direita dos EUA contra negros, imigrantes, gays e judeus. **BBC Brasil**, 12/08/2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

SILVA, Marcos. Ensino de História e Novas Tecnologias. **Educadores Dia-a-dia PR**. 2012. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

SILVA, Rogério Chaves da. MATRIZ DISCIPLINAR DE JÖRN RÜSEN: Uma reflexão sobre os princípios do conhecimento histórico. **Outros Tempos**. Dossiê História e Literatura. Vol. 08, núm. 11, 2011, p. 15-40.

SUSSAI, Matheus H. M. História e Cibercultura: os “Revoltados ON LINE” e as suas manifestações e ideias do governo federal brasileiro (julho a dezembro de 2014). 2017. 97 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)** – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

THE 30 Most Influential Teens of 2015. **Time**, 27/10/2015. Disponível em: <<http://time.com/4081618/most-influential-teens-2015/>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

TOTH, Janderson; MENDES, Viktor Chagas. Monitorando memes em mídias sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Org.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016, p. 211-233.

WANDERLEY, Sonia. Narrativas contemporâneas de História e Didática da História escolar. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo

(Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 207-217.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

FONTE

www.facebook.com/mblivre/ (Página do *Facebook*: “MBL – Movimento Brasil Livre”).

WEBSITES

citacoes.in/atores/gregor-strasser/ (Citações de Gregor Strasser).

jornalivre.com/ (Jornal Livre).

jornalivre.com/tag/sul-connection (Sul Connection).

mamaefalei.com.br/ (Mãe Falei).

mblnews.org/ (MBL News).

odiarionacional.com (O Diário Nacional).

twitter.com/FernandoHoliday (*Twitter* do Fernando Holiday).

twitter.com/mblivre (*Twitter* do “MBL – Movimento Brasil Livre”).

www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/40341 (Página do Senado).

www.atlasnetwork.org (*Atlas Network*).

www.brasil200.com.br (Movimento Brasil 200).

www.facebook.com/EmbaixadaAlemanha (Página do *Facebook* da “Embaixada da Alemanha” no Brasil).

www.facebook.com/esporteinterativo/ (Página do *Facebook* “Esporte Interativo”).

www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro (Página do *Facebook* “Jair Messias Bolsonaro”).

www.facebook.com/mblsp/ (MBL de São Paulo).

www.facebook.com/neymarjr/ (Página do *Facebook* “Neymar Jr.”).

www.facebook.com/olavo.decarvalho (Página do *Facebook* do Olavo de Carvalho).

www.facebook.com/prageru (Página do *Facebook* da *PragerU*).

www.facebook.com/vempraruia.net/ (Página do *Facebook* do “Vem Pra Rua Brasil”).

www.instagram.com/mblivre (*Instagram* do “MBL – Movimento Brasil Livre”).

www.internetworldstats.com (Internet World Stats).

www.linkedin.com.br/ip-profile/Arthur+do+Val/ (Página do *LinkEdu* do Arthur do Val).

www.mbl.org.br (*Website* oficial do “MBL – Movimento Brasil Livre”).

www.modoespartano.org/ (Modo Espartano).

www.oreacionario.blog.br (O Reacionário).

www.projetodraft.com/verbete-draft-o-que-e-think-tank (Verbetes Draft).

www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/fernando-holiday (Página sobre Fernando Holiday no *website* da Câmara Municipal de São Paulo).

www.significados.com.br/emoji/ (Definição de Emoji).

www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWA0g3AOCCFDCOYw/featured (Canal do *YouTube*: “MBL – Movimento Brasil Livre”).

www.youtube.com/channel/UCkSjy-IOEq-eMtarZI2uH1Q (Canal do *YouTube*: “Mamaefalei”).

www.youtube.com/user/olavodeca/featured (Canal do *YouTube*: “Olavo de Carvalho”).

www.youtube.com/watch?v=Mz9f3fLks9s (Vídeo do *YouTube*: “QUEM É OLAVO DE CARVALHO?”, do canal Meteoro Brasil).

www.youtube.com/watch?v=oODfzPLE_m4 (Vídeo do *YouTube*: “Olavo de Carvalho | O Nazismo era esquerdista? E o Fascismo?”, do canal Terça Livre TV).

www.youtube.com/watch?v=wAi4yDFB8jA (Vídeo do *YouTube*: “SUPREMACIA BRANCA???...FAKE NEWS!!!”, do canal Nando Moura).